

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JUSTIFICANDO INTERVENÇÕES: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-  
AMERICANA E A AMÉRICA LATINA**

**IZAURA PEGHIM MERENDI**

**SÃO CARLOS  
ABRIL 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JUSTIFICANDO INTERVENÇÕES: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E A AMÉRICA LATINA**

**Izaura Peghim Merendi**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

Submetida à defesa em sessão pública realizada às 10h30 no dia 25/04/2007.

Banca Examinadora:  
Prof. Dr. Marco Antonio Villa  
Pro. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo  
Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe

Homologado pela CPG-PPGCSO na \_\_\_\_\_<sup>a</sup>. reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Prof. Dr. Igor José de Reno Machado  
Coordenador do PPGCSO

**SÃO CARLOS  
ABRIL 2007**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M559ji

Merendi, Izaura Peghim.

Justificando intervenções : a política externa norte  
americana e a América Latina / Izaura Peghim Merendi--  
São Carlos : UFSCar, 2007.

123 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2007.

1. Ciência política. 2. Estados Unidos. 3. América Latina.  
4. Relações internacionais. I. Título.

CDD: 320 (20<sup>a</sup>)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

*Izaura Peghim Merendi*

25/04/2007

---

Prof. Dr. Marco Antonio Villa  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Prof. Dr. Fernando Antonio Faria de Azevedo  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe  
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"(UNESP)

Aos meus pais, Edson e  
Maria Amélia

*“Estados Unidos parece  
destinado por la  
Providencia a plagar a la  
América española de  
miserias en nombre de la  
libertad”*

Simón Bolívar

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, que concedeu a bolsa de mestrado, me permitindo dedicação integral ao curso.

Ao meu orientador, Marco Antônio Villa, a quem sou grata por ter aceito me orientar, e por ter contribuído com sugestões e leituras que foram de suma importância para a conclusão do trabalho.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação da UFSCar, pelo ensino e conhecimento proporcionado.

A todos os funcionários da UFSCar, pela conservação do Campus, pela limpeza e pela refeição do Restaurante Universitário.

À secretaria do programa de Pós-Graduação, e às “Anas”, pelas informações, dicas, pela paciência, orientação, conselhos, e pelo carinho e amizade.

Aos colegas de turma, pela companhia nestes dois anos de curso, pela troca de experiências e conhecimento.

Às minhas fiéis amigas de São Carlos, por todos os momentos, pela amizade, companheirismo, amor e fidelidade.

Aos meus amigos de graduação, sempre presentes, Priscila Morrone, Tatiani Ayachi e Prof. Marcos Del Roio.

E finalmente, aos meus pais, Edson e Maria Amélia, e aos meus irmãos, Tatiana e Edson, pela paciência, compreensão e apoio durante os dois anos de estudo.

## **RESUMO**

Este estudo tem por finalidade mostrar que os Estados Unidos sempre buscaram dissimular suas intervenções na América Latina. Desde a independência das colônias latino-americanas os Estados Unidos vêm justificando seu expansionismo na região. Até o final da Guerra Fria, as intervenções eram justificadas pela retórica da contenção das ameaças externas – recolonização européia e comunismo soviético – com o final do conflito bipolar, a dominação ganhou nova justificativa, qual seja, a necessidade de manter a ordem e promover a democracia. Assim, a hegemonia passou a ser exercida através da capacidade norte-americana de introjetar seus valores – democracia e livre mercado – na região.

Palavras-chave: Estados Unidos; América Latina; intervenções; hegemonia.



## **ABSTRACT**

This study aims to demonstrate that the United States of America have always tried to dissimulate their interventions in Latin America. Ever since the independence of Latin-American colonies, the U.S. have been trying to justify their expansionism in the region. To the end of the “Cold War”, the interventions were justified by the rhetoric of the contention of external threatens – European recolonization and Soviet communism – with the end of the bipolar conflict, the domination has won a new justification, i. e., the necessity of keeping the order and promote democracy. Thus, hegemony began to be exerted through the North-American capacity of imposing its values – democracy and free trade – in the region.

Key Words: United States; Latin America; interventions; hegemony.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
1. O INÍCIO DAS INTERVENÇÕES.....	11
1.1 A Doutrina Monroe.....	11
2.1.2 O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe.....	18
1.2 Praticando intervenções.....	24
1.2.1 Democracia.....	24
1.2.2 A política de Boa Vizinhança.....	31
2. A GUERRA FRIA.....	34
2.1 Conter o Comunismo.....	34
2.2 Contenção na América Latina.....	42
2.3 A Segunda Guerra Fria.....	60
2.4 América Latina: Mudança de estratégia.....	64
3. O PÓS-GUERRA FRIA E PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA.....	84
3.1. O fim da Contenção.....	84
3.2 América Latina: Promovendo Democracia.....	88
3.3 Democracia como forma de hegemonia.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	117

## APRESENTAÇÃO

A linha mestra deste estudo está centrada na análise da política externa dos Estados Unidos para a América Latina. O objetivo é compreender como a política norte-americana vem justificando práticas intervencionistas na região latino-americana desde a independência das colônias, e como essas justificativas modificaram-se com o final da Guerra Fria.

Se até o final do conflito bipolar os interesses norte-americanos e a expansão de seu domínio na América Latina eram justificados através da retórica da defesa contra ameaças externas, com o fim da Guerra Fria, as justificativas advêm da necessidade de manter a ordem e promover democracia, ou seja, a dominação passa a decorrer da capacidade dos Estados Unidos em projetar um formato de idéias políticas ou princípios coniventes com seus próprios interesses.

Para realizar este estudo, utilizar-se-á o padrão histórico como método de análise, uma vez que, para compreender a política externa dos Estados Unidos, é preciso entender que a América, desde sua independência como colônia Britânica, se vê como uma “nação excepcional”, e alega possuir uma “missão especial” no mundo, ou seja, a política externa do país é vista como um instrumento fundamental para fazer do mundo “um lugar melhor para a humanidade”.

A dissertação compreenderá três capítulos, além desta apresentação e daqueles relativos às Considerações Finais e às Referências Bibliográficas. Esta apresentação resume-se a fornecer um panorama geral do tema, explicitando o objetivo da pesquisa e a maneira como ela será desenvolvida. Apresenta, ademais, um breve resumo da estruturação da tese.

O primeiro capítulo versará sobre o início das intervenções norte-americanas na América Latina. Ele será dividido em dois itens, o primeiro abordará as Doutrinas – Monroe e o Corolário Roosevelt – por meio das quais os Estados Unidos se adjudicaram o direito de

“defender” e intervir no hemisfério em caso de ameaça externa. No segundo, analisar-se-á a expansão do domínio norte-americano na região até o início da Guerra Fria.

No capítulo seguinte, será analisado o período da Guerra Fria e a Doutrina da Contenção. A intenção é demonstrar como a política externa dos Estados Unidos, nesse momento, utilizou o discurso da contenção do comunismo para expandir seu domínio na região latino-americana. O capítulo será dividido em quatro itens. O primeiro abordará a criação da estratégia da contenção e como esta doutrina consolidou-se como o referencial da política externa norte-americana ao longo de toda Guerra Fria. No segundo item será analisado a Doutrina da Contenção na América Latina, cuja abordagem foi altamente ofensiva, justificando várias formas de intervenção e interferência na região. No terceiro item será focado o período conhecido como “Segunda Guerra Fria”, quando a disputa bipolar, sob o governo de Ronald Reagan, é reavivada. E por fim, o item quatro tratará da política externa norte-americana para a América Latina neste período, quando a política ofensiva de Reagan é substituída por uma agenda de “promoção de democracia”.

O terceiro e último capítulo deste estudo, constituído de três itens, versará sobre a política externa norte-americana no período Pós-Guerra Fria. O objetivo é demonstrar que com o fim do conflito leste-oeste as intervenções norte-americanas continuaram, porém sob novas justificativas. Em seu primeiro item, será analisado o final da Guerra Fria e da Doutrina da Contenção. O segundo item abordará o final da contenção na América Latina e a política norte-americana de promoção de democracia na região e, por fim, o último item versará sobre a importância de considerar essa conduta norte-americana, missionária na promoção de seus valores, como uma forma de exercer hegemonia.

E finalmente, na última parte, serão apresentadas as considerações finais do trabalho sobre as intervenções da política externa norte-americana na América Latina e as retóricas utilizadas para dissimulá-las.

## 1. O INÍCIO DAS INTERVENÇÕES

### 1.1 A Doutrina Monroe

Os Estados Unidos sempre mantiveram, pelo menos desde meados do século XIX, uma relação desfavorável ao subcontinente latino-americano. Mesmo antes do envolvimento mais direto no sistema internacional, que se efetivou a partir de 1898 com a participação norte-americana na Guerra hispano-americana<sup>1</sup> e o aumento de atuação no Pacífico, sinais de interesse e ações efetivas para garantir seus interesses externos na região já estavam presentes desde 1823, com a Doutrina Monroe.

A Doutrina Monroe bem como a I Conferencia Pan-Americana, realizada em 1889, constituem duas importantes iniciativas da política externa norte-americana de ativismo em nível hemisférico, ambas originando temas básicos e permanentes do engajamento continental.

No século XIX, acompanhando o processo de expansão do poder norte-americano, essas duas iniciativas lançaram as idéias do hemisfério ocidental (América para os americanos) e do pan-americanismo. Ambas idéias, ainda que complementares, na medida em que lidam com dimensões gerais do relacionamento americano, englobando questões políticas, estratégicas e de segurança, apresentam também um caráter contraditório uma vez que a Doutrina Monroe, ao servir como justificativa de intervenção norte-americana no Caribe, se chocava com os ideais de igualdade e cooperação que constituem o cerne do pan-americanismo.

---

<sup>1</sup> Depois das guerras de independência com a Grã-Bretanha e dos conflitos por terra com os povos indígenas, a Guerra Hispano-Americana foi a primeira guerra extracontinental na qual os Estados Unidos estiveram presentes desde o seu nascimento como nação. Visando, segundo a retórica oficial, garantir a independência de Cuba, envolvida em longos períodos de enfrentamento com a Espanha, a participação norte-americana procurou garantir a autonomia da ilha e expulsar os antigos colonizadores (...) Em outra dimensão, mais pragmática e realista, a intervenção era a realização prática dos objetivos estabelecidos no padrão do sistema americano: a exclusão de poderes extracontinentais do hemisfério e a preservação da estabilidade regional, com o aprofundamento natural da hegemonia norte-americana e a preservação de sua zona de influência como uma área de interesse intocada (PECCEQUILLO, 2003).

A Doutrina Monroe tem como antecedentes o processo de libertação das antigas colônias Ibéricas no hemisfério, em um período que durou de 1808 a 1826 e cuja concretização esta relacionada a uma série de fatores de ordem externa e interna.

No plano externo a situação de instabilidade política na Europa, gerada pelas lutas contra o Antigo Regime (que sustentava o sistema colonial), produziu inúmeras crises econômicas e políticas, que acabaram facilitando os movimentos emancipacionistas na América.

De diversas maneiras as Revoluções Francesas e as Revoltas Liberais repercutiram, em maior ou menor grau, nas Américas. As propostas emancipacionistas do Iluminismo presentes na Revolução Francesa, por exemplo, assumiram na América um caráter de luta em favor da liberdade comercial, do fim do pacto colonial e monopólio, e contra o poder das metrópoles.

A tentativa de intervenção da Santa Aliança (1815 – Congresso de Viena) nos movimentos nacionalistas americanos também surtiu um efeito interno de imediata reação, principalmente dos norte-americanos que então formularam a Doutrina Monroe.

No sentido estritamente econômico, interessava ao maior país capitalista da época, a Inglaterra, o fim da rigidez econômica do Pacto Colonial e dos Monopólios metropolitanos. O continente americano era visto ao mesmo tempo como um potencial mercado consumidor de seus produtos industrializados e também como fornecedor de matérias-primas. Por isso, ela colaborou na independência de muitos países da América, onde teria durante quase todo o século XIX a hegemonia econômica, substituída somente no século XX pelos Estados Unidos.

Internamente, as contradições entre os interesses políticos e econômicos dos habitantes da América e os colonizadores europeus eram cada vez mais evidentes. Na América espanhola, por exemplo, os Chapetones (brancos nascidos na Europa) e os Criollos (brancos nascidos na América) assumiam posições inconciliáveis.

Mas a grande referência para os países latino-americanos de uma luta bem sucedida em favor da emancipação colonial foi, sem dúvida, a independência dos Estados Unidos. A

exceção do Brasil, que se tornou uma monarquia, todos os processos de independência que assolaram a região, receberam influência dos ideais das revoluções Americana e Francesa, visando a instalação de regimes políticos republicanos, democráticos e libertários.

Assim, as antigas colônias portuguesas e espanholas, e atuais nações americanas, independentes e republicanas, passavam a ter os seus direitos à liberdade e à autonomia assegurados, o que originou uma espécie de afinidade natural entre os Estados Unidos e os países latinos, sustentados pelo princípio da democracia e da liberdade – “ser republicano era ser americano e tal sistema deveria ser preservado, permitindo-se que seu desenvolvimento ocorresse sem qualquer interferência dos poderes externos” (PECCEQUILO, 2003, p. 65).

Foi, portanto, com o reconhecimento da autonomia dos Estados americanos e com a Doutrina Monroe, que os Estados Unidos abandonaram sua posição de neutralidade e esboçaram a primeira manifestação de sua influência no hemisfério, afirmando-se como sua maior potência. E ainda que não houvesse uma ação direta norte-americana para assegurar esse *status quo* preferencial, a Doutrina Monroe era categórica em seu repúdio a uma nova colonização européia da região:

Com as existentes colônias ou possessões de qualquer nação européia não interferimos e não interferimos e não interferiremos. Com os governos, todavia, que declararam a sua independência e a mantiveram, e cuja independência, com grande consideração e princípios justos, reconhecemos, não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou de controlar de qualquer outra forma o seu destino, sob outra luz que não como manifestação de uma disposição inamistosa, em relação aos Estados Unidos (...) É possível que as potências aliadas estendessem o seu sistema político a qualquer outra parte de qualquer outro continente sem por em perigo a nossa paz e felicidade; e nem pode ninguém acreditar que os nossos irmãos do sul, se isso lhes fosse permitido, o adotariam espontaneamente. É da mesma forma impossível, portanto, que contemplemos tal interferência, de qualquer forma, com indiferença (...) É ainda verdadeira política dos Estados Unidos de deixar as partes por si mesmas, na esperança que outros poderes irão perseguir o mesmo curso (MONROE, 1823).

Como se observa, os princípios enumerados na Doutrina Monroe eram basicamente defensivos. Os Estados Unidos se colocavam como protetores das nações latino-americanas recém emancipadas, repudiando qualquer intervenção armada programada pela Santa Aliança.

A mensagem era uma advertência às potências européias no sentido de que não tentassem reativar a política de recolonização do Continente, nem interferissem nos princípios republicanos iminentes ao processo de emancipação: o Novo Mundo estava fechado a toda futura colonização européia. Em síntese, a teoria contida na mensagem se baseava em três princípios gerais: 1) o continente americano não poderia ser objeto de recolonização; 2) seria inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos e, finalmente 3) os estados unidos se absteriam de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus.

Cumpramos ressaltar aqui, que desde a declaração de sua independência, em 04 de julho de 1776, os Estados Unidos tinham como seu único objetivo a consolidação de sua independência e seu reconhecimento, estando afastada qualquer possibilidade de uma participação internacional que não objetivasse tais fins, devido à sua própria condição de ex-colônia e à relativa precariedade de sua organização interna.

Em tal contexto, assuntos externos eram percebidos e definidos em função da sustentação e da proteção do cenário doméstico. O princípio básico da política externa era que o país se defendesse do exterior sem prejuízo ou interferência em sua independência doméstica e garantindo sempre sua unidade nacional e o distanciamento da Europa. Conforme o discurso de despedida do presidente George Washington, em 1796:

A Europa tem um conjunto de interesses primários que conosco tem nenhuma ou pouca relação. Daí por que ela está envolvida em freqüentes controvérsias, cujas causas são estranhas a nossas preocupações (...) Nossa situação descolada e distante nos convida e nos permite um curso diferente (...) Por que abandonar as vantagens de situação tão peculiar? (...) Por que ao ligar nosso destino com qualquer parte da Europa, mesclar nossa paz e prosperidade com os meandros da ambição, rivalidade, interesse, humor ou capricho europeus? Daí nossa verdadeira política de manter-nos alijados de alianças permanentes com qualquer parte do mundo externo (...).

Como se pode perceber, o célebre discurso de despedida do primeiro presidente norte-americano, George Washington, aderiu a uma política de isolacionismo que daria para os Estados Unidos as vantagens de não participar de intensos conflitos europeus, visto como



insensato, enquanto acentuava seu potencial como "a primeira das novas nações" e assegurava a seus habitantes que eles deveriam salvaguardar a vantagem de viver na sociedade mais bem organizada do mundo.

Com base nas verdades auto-evidentes de que todos os homens e nações são criados iguais e livres e que possuem os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à procura da felicidade, a Declaração de Independência sinalizou o início da experiência norte-americana livre, republicana e democrática. Segundo a visão dos norte-americanos, todos os homens, e, nesse sentido, nações, têm direito à sua autonomia e liberdade, não podendo ser dominados e controlados por quaisquer forças externas que ameacem seu desenvolvimento e reprodução. Mesmo internamente, forças de caráter semelhante existem e devem ser cerceadas por mecanismos institucionais que impeçam a opressão ou o abuso da autoridade. Diferentemente da Europa, marcada pelas contradições e problemas sociais, a América “nascia livre” [grifos do autor] e deviam-se garantir formas para que assim permanecesse, sem os vícios das monarquias tradicionais, assegurando-se a expansão e o aprofundamento do sonho americano de prosperidade e liberdade (PECEQUILO, 2003, p. 35).

Luis Fernando Ayerbe (2004), também entende que a política externa norte-americana, no século XIX, estava pautada pelo isolacionismo, e ainda, que o advento da Doutrina Monroe, seria uma extensão desse isolamento ao conjunto do hemisfério. Na ótica do autor, a referida Doutrina implantaria uma política externa cujos principais arcabouços estariam presentes no relacionamento com a América Latina e o Caribe durante todo o século XIX e boa parte do século XX, e onde se destacariam três seguintes argumentos na posição assumida pelos Estados Unidos de guardião do hemisfério: 1) a existência de ambições expansionistas na região por parte de potências extracontinentais; 2) a defesa de um modo de vida que expressa o maior grau de avanço conhecido pela civilização, na época representado pelo regime político republicano, a ser defendido das ambições colonialistas das monarquias européias; 3) a fragilidade das novas repúblicas latino-americanas para defenderem seus próprios interesses sem a ajuda dos Estados Unidos.

Moniz Bandeira (1978, p.50), também considera este caráter isolacionista da Doutrina Monroe. Para ele a Declaração de Monroe partia do isolacionismo de George Washington (“a

Europa tem um conjunto de interesses elementares sem relação com os nossos ou senão muito remotamente”) e desdobrava a expressão dúbia de Thomas Jefferson (“a América tem um hemisfério para si mesma”) que tanto poderia significar o Continente como o seu próprio país: “Traduzia uma posição exclusivamente nacional, hegemônica, conquanto ainda sem amparo mas assentando as bases do sistema de ficções doutrinárias que justificaria, concretamente, a expansão e depois o domínio do capitalismo norte-americano”.

Assim, ao afirmar o direito das nações do continente de se tornarem independentes e de seguirem um curso autônomo de suas metrópoles européias, a Doutrina acabou por retomar a idéia da especificidade da experiência norte-americana traçando uma linha divisória entre o Novo e o Velho mundo, estabelecendo as separações de zona de influência.

A essência da idéia era que o hemisfério ocidental (americano) era separado e distinto da Europa e tinha seu próprio conjunto de interesses. No geral, esta noção serviu como base do isolamento das Américas da Europa e para reforçar os laços entre os próprios americanos (...) na verdade, eles afirmavam que as repúblicas formavam uma zona de segurança única porque elas eram Repúblicas e elas eram americanas (ATKINS *apud* PECCEQUILO, 2003, P. 68).

O que se verifica é uma afirmação da identidade americana ante a européia, vinda principalmente dos Estados Unidos, que, segundo os mais pessimistas, somente foi funcional aos próprios americanos, uma vez que, em pouco tempo, devido à condição de menor desenvolvimento dos demais países da região, os próprios Estados Unidos começaram a reproduzir políticas de dominação e paternalismo similares<sup>2</sup> à dos antigos colonizadores europeus, exercendo seu poder de potência.

Como observa Cristina Peccequilo (2003, p. 63) a Doutrina Monroe, ao propagar os ideais de separação e identidade americana, o fazia sob o broquel da liderança dos Estados

---

<sup>2</sup> Entre 1897 e 1898, os Estados Unidos anexaram o Havaí como mais um Estado, expandiram suas influências a Cuba, Porto Rico, Guam, Ilhas Wake, Samoa e Filipinas, sendo que somente esta última tornou-se efetivamente uma colônia. Diversamente da Europa, que estabelecia governos em suas possessões, os Estados Unidos por razões políticas, econômicas e estratégicas, não formalizavam o seu domínio. Além de evitar custos e responsabilidades, uma anexação formal de colônias iria contra a própria natureza norte-americana, proclamado com a República, que defendia a promoção da democracia e liberdade a outros povos a partir dos Estados Unidos.

Unidos, mostrando-se, na realidade, uma afirmação da posição norte-americana dentro do continente, sinalizando aos demais países sua zona de influência: “A despeito da retórica de que todas as nações do continente estavam convivendo em um mesmo espaço e com um mesmo destino, os líderes do sistema regional eram os Estados Unidos”.

De acordo com Aijaz Ahmad (2006, p. 83), “em toda a história do colonialismo, os EUA ocupam um lugar único. Foi a única ex-colônia que se converteu em império, e inclusive quando no século XIX estava na moda na Europa a colonização, os EUA não buscavam colonizar, mas dominar a América Latina”.

Para Katchaturov (1980, p.18), foi exatamente a América Latina a primeira região do mundo que experimentou a ação das doutrinas<sup>3</sup> políticas voltadas para o exterior dos Estados Unidos. Ele conclui:

Quando se elabora e se realiza uma nova doutrina, a sua antecessora não é arquivada, mas aguarda a sua hora e entra em ação dependendo da tática dos círculos governamentais dos EUA. A Doutrina Monroe é a que conta com um tempo de ação mais prolongado; é a primeira pretensão colonialista de hegemonia na América Latina (...) Se bem que a Doutrina Monroe formalmente estivesse dirigida contra as investidas agressoras das potências européias em relação ao Hemisfério Ocidental, ela se voltou contra a soberania das repúblicas latino-americanas. Os dirigentes dos EUA declararam de forma unilateral o seu direito exclusivo de utilizar a Doutrina Monroe e a determinar quando e como ela pode entrar em ação.

Assim, observa-se que durante o século XIX os norte-americanos se empenharam em apregoar os princípios da diferença e da liberdade, da proteção do Novo Mundo e da garantia da margem de manobra dos Estados Unidos – princípios expressos na Doutrina Monroe – que buscavam impedir uma reaproximação européia. No entanto, foi somente no século XX que eles passaram da proclamação de tais princípios à ação, trabalhando efetivamente para preservar a diferença e a separação entre os dois sistemas e ampliando seus interesses na América Latina. À Doutrina Monroe seguiram-se a Primeira Conferência Pan-Americana

---

<sup>3</sup> Cumpre ressaltar a título explicativo, que ao longo deste estudo entende-se por Doutrina as leis maiores que orientam a política externa norte-americana por longos períodos históricos. Elas representam a emanção direta do poder executivo e servem para orientar a diplomacia e os negócios americanos nas suas questões internacionais. Portanto, no presente trabalho, não consideramos Doutrina qualquer ato político dos Estados Unidos que se refira às questões externas.

(1889), o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), a Diplomacia do Dólar, as intervenções regionais de 1900 a 1930 e a política de Boa Vizinhança (1930 a 1945). Onde, segundo Peccequillo (2003, p.68), em cada uma delas, embora variando as táticas, os objetivos norte-americanos mantiveram-se constantes: “preservar a especificidade do sistema hemisférico, proteger e expandir seus interesses dentro dele”.

### **1.1.2 O Corolário Roosevelt À Doutrina Monroe**

Foi em 1904, com o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, que a influência norte-americana sobre o hemisfério começou a aprofundar-se. No Corolário, reivindicou-se para os Estados Unidos o direito de intervir nos negócios internos das Repúblicas Latino-Americanas sempre que elas não se “comportassem” com razoável eficiência e decência em questões políticas e sociais, ou deixassem de manter a ordem interna, ou de satisfazer obrigações financeiras internacionais. Na mensagem do presidente T. Roosevelt (1916, p.14) ao Congresso, foi declarado que a “fidelidade dos EUA à Doutrina Monroe pode obrigar a intromissão direta nos assuntos de qualquer Estado do Hemisfério Ocidental”.

O corolário era um reforço à Doutrina Monroe que até então não possuía reais mecanismos de implementação. Ele assegurava aos Estados Unidos o direito de intervenção e interferência nos assuntos hemisféricos, que ocorreria caso se comprovasse a incapacidade de uma nação em conduzir sua política de forma responsável, ameaçando a responsabilidade do hemisfério.

Como bem apregoa Ayerbe (2004), foram cinco os corolários acrescidos à Doutrina Monroe:

O primeiro, do Secretário de Estado Henry Clay, de 1825, veta a possibilidade de transferência de Cuba e Porto Rico, colônias de Espanha, a qualquer outra potência. Os alvos eram principalmente Inglaterra, México e Colômbia, no caso dos dois últimos, pelo fato de poderem estimular a independência de Cuba. O Segundo, formulado pelo presidente James K. Polk, em 1845, busca desestimular qualquer interesse, principalmente da Inglaterra, pelo Texas, que tinha se separado do México em 1836 e foi posteriormente incorporado à União Americana. Em 1871, o presidente Ulysses S. Grant, invoca a Doutrina Monroe com o objetivo de desestimular

eventuais intenções de recolonização da República Dominicana por parte da Espanha, após a anexação de 1861 e sua posterior retirada em 1865. Em 1895, o secretário de Estado Richard Olney envia uma mensagem a Londres, a raiz da disputa fronteiriça entre Venezuela e Guiana Inglesa, propondo que Estados Unidos sejam mediadores do conflito de interesses, sob o argumento de que a Doutrina Monroe não estava sendo respeitada. O quinto, e mais conhecido, foi formulado por Theodore Roosevelt, em dezembro de 1904, cuja denominação mais comum é Big Stick. Sob o pretexto de defender o hemisfério das políticas imperiais de potências extracontinentais, a raiz de problemas surgidos com a insolvência da Venezuela no pagamento de sua dívida externa, que tem seus portos bloqueados por uma esquadra de barcos ingleses, alemães e italianos, os Estados Unidos se adjudicam o direito exclusivo de intervenção.

Destarte, se durante o século XIX, as sucessivas intervenções norte-americanas na América Central e nas ilhas do Caribe muitas vezes não passaram de estripulias de flibusteiros, em meados do século XX, veio à tona a necessidade de algo oficial que desse estatuto jurídico ao papel estadunidense na região.

A oportunidade surgiu com o bloqueio que as forças navais conjuntas da Inglaterra, Itália e Alemanha aplicaram aos portos da Venezuela em 1902. O ditador Cipriano Castro recusou-se a reconhecer as dívidas venezuelanas para com os banqueiros europeus e estes mobilizaram as forças-tarefas de seus respectivos países. Contando com o consentimento do Departamento de Estado norte-americano, o bloqueio atingiu proporções dramáticas quando os alemães bombardearam o Forte de São Carlos e destruíram uma cidade venezuelana em 1903. Este acontecimento provocou duas reações. De um lado, os latino-americanos apoiaram a chamada *Doutrina Drago*, proposta pela Argentina, que implicava a supressão do uso da força para exigir o pagamento de dívidas entre as nações e, de outro, Roosevelt elaborou um Corolário à Doutrina Monroe.

Os Estados Unidos tinham de agir. Não poderiam tornar-se expectadores passíveis do fato de uma frota naval européia realizar cobranças em águas consideradas fundamentais para sua geopolítica. Aceitando a sugestão do primeiro-ministro inglês Arthur Balfour, segundo a qual a Grã-Bretanha se absteria de qualquer futura intervenção desde que os Estados Unidos assumissem a responsabilidade de fazer com que não surgisse a necessidade dessa

intervenção, Roosevelt em 20 de maio de 1904, assim se expressou: “A insistência no erro, da parte de alguma nação americana, poderia exigir a intervenção de outra ‘nação civilizada’ [grifos nossos] fazendo com que a fidelidade dos Estados Unidos à Doutrina Monroe nos leve (...) a exercer um poder de polícia internacional” (ROOSEVELT, 1916, p. 8).

Portanto, se a Doutrina Monroe de 1823 era a negação do direito das potências européias estenderem seu domínio territorial sobre o Novo Mundo, em 1904 atribuiu-se a ela um novo sentido, passando a ser interpretada como uma afirmação do direito dos Estados Unidos intervirem na política da América Latina<sup>4</sup>.

The Monroe doctrine of 1823 that rejected any presence by the European powers on American soil was thus a true "reservation clause" to make future operations possible. All the invasion and annexation projects for Cuba or Jamaica proposed mainly by the Southern states were rejected at that time of prevailing internal tensions, only solved by the Civil War and the victory of the North in 1865. As of that moment the foreign policy of the United States began to be constructed, establishing the bases for the first imperial expansion which took place via the war against Spain in 1898. (...) By that time the United States had turned into the world's top industrial power (a status it achieved in 1894), and the reticence with regard to an expanded international presence began to be dispelled<sup>5</sup> (AGUIRRE, 2005).

A presença de Theodore Roosevelt na Casa Branca estabeleceu uma nova fase, mais dura e mais agressiva – conhecida como a política do “Big Stick”.

The virtual annexation of Puerto Rico was followed by the intervention in Cuba through the Platt Amendment, and later by the active presence of the Marines, who landed in the Dominican Republic, Haiti and Nicaragua in open support of US investments. In the first decades of the twentieth century, iron-clad protectorates were established that included the US administration of ports, customs and tax services to ensure the collection of pending debts through occupation processes that extended over lengthy periods<sup>6</sup> (AGUIRRE, 2005).

---

<sup>4</sup> Não se pode esquecer, entretanto, que a realidade do poder norte-americano e a da conjuntura internacional, em 1904, eram bem diferentes das de 1823. Neste momento os Estados Unidos já eram um poder regional e estava se consolidando como um poder mundial.

<sup>5</sup> A Doutrina Monroe de 1823 que rejeitou qualquer presença de poderes europeus em terras americanas era uma verdadeira “clausula de reserva” para tornar possível futuras operações. Todos os projetos de anexação ou invasão projetados para Cuba ou Jamaica propostos principalmente pelos estados Sulistas foram rejeitados naquele momento de predominantes tensões internas, só resolvidas pela guerra civil e a vitória do Norte em 1865. A partir daquele momento a política externa dos Estados Unidos começou a ser construída, estabelecendo as bases para a primeira expansão imperial que aconteceu com a guerra contra a Espanha em 1898. (...) Antes daquele momento os Estados Unidos tinham se transformado na grande potência industrial do mundo (um estado alcançado em 1894), e a reticência em relação a uma expansão internacional começou a ser dissipada.

<sup>6</sup> A virtual anexação de Porto Rico foi seguida pela intervenção em Cuba através da Emenda Platt, e depois pela presença ativa das marinhas, que pousaram na República Dominicana, Haiti e Nicarágua, em apoio aberto dos

Em pouco tempo, os efeitos econômicos do corolário se fizeram sentir na América Latina, bem como a desagradável presença dos fuzileiros. Devido às restrições feitas pela Doutrina Monroe a cobranças forçadas, os banqueiros europeus mostravam-se pouco inclinados a emprestar dinheiro a países cujo crédito era tão escasso como no caso das republicas do Caribe, pois, inevitável que elas se inclinassem a obtê-lo junto aos banqueiros norte-americanos. Mas estes não estavam dispostos a verem seus investimentos ameaçados e passaram a exigir tanto a participação ativa no controle das alfândegas como a proteção formal do governo dos Estados Unidos. Na prática, isto transformava o Haiti, a República Dominicana e a ilha de Cuba em “emirados financeiros” sujeitos à ocupação permanente. (SCHILLING, 1984).

Otávio Ianni (1973, p. 8) avaliando a idéia de supremacia exercida pelos Estados Unidos na América Latina, acredita, contudo, que ela não esteve limitada às esferas econômica, política e militar, mas, além disso, compreendia problemas de cunho sócio-cultural. Segundo o autor, “há mesmo um componente racista na forma pela qual essa supremacia se exerce” que surge como uma exigência da missão civilizadora dos Estados Unidos entre os povos pouco afeitos ao respeito às “leis primárias da sociedade civilizadas”, nos termos do corolário à Doutrina Monroe.

Tal componente racista pode ser observado em vários momentos da política estadunidense. Como sugere Eduardo Galeano, analisando as palavras do presidente Taft, sucessor de Roosevelt:

Em 1912, o presidente Willian H. Taft afirmava: “Não está longe o dia em que três bandeiras de listras e estrelas marcarão em três lugares equidistantes a extensão de nosso território: um no Pólo Norte, outra no Canal do Panamá e a terceira no Pólo Sul. Todo o hemisfério será nosso, de fato, como, em virtude de nossa superioridade racial, já é nosso moralmente”. Taft dizia que o reto caminho da justiça na política externa dos Estados Unidos “não exclui de modo algum uma ativa intervenção para

---

investimentos norte-americanos. Nas primeiras décadas do século XX, foram estabelecidos lobbies de ferro que incluíam a administração estadunidense de portos, alfândegas e taxas de serviços para assegurar a coleção de dívidas pendentes por processos e ocupação prolongados.

assegurar a nossas mercadorias e a nossos capitalistas facilidades para as inversões lucrativas” (GALEANO, 1987, p. 120).

O mesmo componente racista se repete nas palavras de Lyndon B. Johnson, presidente norte-americano, democrata, no período de 1963 a 1969, quando analisa os interesses e as relações interamericanas:

Na realidade são idênticos os nossos interesses e os dos nossos vizinhos sulinos. Eles possuem grandes riquezas naturais e a prosperidade certamente chegara a eles, se reinar a lei e a justiça dentro de suas fronteiras. Enquanto obedecerem às leis elementares da sociedade civilizada, podem estar seguros de que serão tratados por nós com animo cordial e compreensivo. Interviríamos somente em último caso, somente se tornasse evidente a sua inabilidade, ou má vontade, quanto a fazer justiça interna e, em plano externo, se tivessem violado os direitos dos Estados Unidos; ou, ainda, se tivessem favorecido a agressão externa, em detrimento da comunidade das nações americanas (JOHNSON’S, 1965, p. 272).

Também na assertiva de Willian Fulbright (1969, p. 254), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos no período de 1959-1974 (o período mais longo na história do Comitê), onde em seu livro “A arrogância do Poder” afirma o seguinte:

Theodore Roosevelt, o qual, em sua Mensagem Anual ao Congresso, a 6 de dezembro de 1904, sem discutir ou duvidar quanto à sua capacidade e à capacidade de seu país para julgar do certo e do errado, proclamou o dever dos Estados Unidos a exercer um “poder de polícia interna” [grifos do autor] no hemisfério, com o fundamento de que “um crônico malbarato ou uma impotência, que resulta num afrouxamento geral dos vínculos da sociedade civilizada, podem na América... finalmente exigir a intervenção por parte de alguma nação civilizada...” Roosevelt, está claro, jamais pôs em questão que o “malbarato” fosse o de nossos vizinhos latinos e que nós, naturalmente, fossemos a “nação civilizada” [grifos do autor] com o dever de colocar as coisas em ordem.

Ou ainda, no caso do Destino Manifesto<sup>7</sup>: “A pura raça humana anglo-americana está destinada a estender-se por todo o mundo com a força de um tufão. A raça hispano-mourisca será abatida” (New Orleans Creole Courier, 27/01/1855).

---

<sup>7</sup> O Destino Manifesto, desenvolvido na primeira metade do século XIX, tratava-se de uma política elaborada internamente com o objetivo de justificar o direito e a necessidade de uma expansão territorial Norte Americana, ainda que, muitas vezes, tivesse de ser feita por meio violento e unilateral. Funcionando como uma justificativa e racionalização de interesses de poder por meio de uma retórica de destino, fé, escolha e crença, a doutrina do Destino Manifesto fundamentava a perseguição de objetivos e a expansão do regime político em termos não somente de interesses, mas da importância, e necessidade, da disseminação da experiência norte-americana por meio de ações concretas.



O que havia era uma idéia de liderança e de excepcionalidade, sempre presentes em todas as condutas e princípios norte-americanos, impedindo que o país fosse visto como uma potência imperial, como seus predecessores – Roma, Inglaterra – sendo preferível, no lugar disso, uma idéia de “responsabilidade mundial” (ou ao menos continental) como princípio norteador de suas ações.

Todos os atos de intervenção norte-americanos apareciam, portanto, sob a justificativa de uma “missão civilizatória” para com os povos latino-americanos. Esta “missão civilizatória” implicava no dever de “pacificar e democratizar” os países latinos a partir de concepções estabelecidas pelo ideário norte-americano. Havia uma justificação moral de intervenção contínua e permanente, onde:

Todas as formas possíveis de imperialismo podiam, assim, permanecer camufladas atrás dos grandes princípios liberais e humanitários. No fundo tudo não passava de uma adaptação do célebre “fardo do homem branco”, conceito utilizado pelos britânicos para explicar seu império colonial (SCHILLING, p. 18, 1984).

Deste modo, pode-se notar que desde a época da independência norte-americana parece ser necessário justificar as ações estadunidenses, atribuindo a elas um sentido de “missão”, que muitas vezes, esconde, ou traveste de variados motivos, interesses de poder, e cuja origem, da necessidade desta justificativa moral, encontra-se, especialmente, na percepção de diferença e especificidade dos Estados Unidos ante as demais nações do mundo e nos padrões de comportamento por eles mesmo estabelecidos, desde sua independência.

Foi, portanto, seguindo estas orientações, de que a superioridade norte-americana deveria ser utilizada para defender e promover os interesses da “civilização coletiva”, que os Estados Unidos assumiram a responsabilidade pela defesa dos assuntos “internos” dos países do hemisfério, determinando unilateralmente, quando necessário, seus fluxos políticos, econômicos e de segurança. Destarte, segundo Pecequillo (2003), os Estados Unidos se viam

---

como o único país, dentro do continente, com conhecimento e legitimidade para implementar a ordem, alçando as demais nações à prosperidade.

E prossegue: “Na realidade, a ‘prosperidade’ [grifos do autor] que prometiam trazer aos demais países da região nada mais era do que uma forma de realizar os próprios objetivos de expandir mercados e influência, garantindo suas oportunidades comerciais e estratégicas” (PECEQUILO, 2003, p. 87).

## **1.2. Praticando Intervenções**

### **1.2.1 Democracia**

Até 1930, a lógica da tutela do poder norte-americano como único caminho para a democracia e o livre mercado nas Américas era o fio condutor das políticas para a região, originando uma série de intervenções diretas – políticas e militares.

Entre 1898 a 1934 os Estados Unidos lançaram mais de trinta intervenções militares na região latina, enviando tropas a diversos países. Os motivos de tais intervenções eram variados, sendo especialmente econômico, mas ainda políticos, reafirmando a hegemonia norte-americana na região.

O surgimento dos EUA como potência imperial costuma ser datado de 1898, momento de sua vitória sobre uma Espanha decadente, possibilitando a transferência do controle sobre Cuba, Porto Rico, Filipinas e ilhas Guan, da ex-potência européia para a nascente potência americana. Com o domínio sobre o continente americano, os EUA conseguiram uma extensa base de apoio para, sustentado nela, emergir como uma potência internacional. Em zonas como a centro-americana e a caribenha essa dominação se expressou de forma mais direta: controle das economias por grandes monopólios norte-americanos – dos quais o exemplo mais clássico sempre foi a *United Fruits*, apoio a ditaduras locais e intervenção militar periódica, quando o sistema entrava em crise por alguma razão. Cuba, Nicarágua, República Dominicana, Guatemala, Haiti foram algumas das vítimas privilegiadas dessas políticas, acumulando um prontuário de intervenções e ditadores ligados aos EUA como não se viu na história contemporânea. Sobre o resto do continente, a hegemonia norte-americana se exerceu com mediações, sem dispensar políticas intervencionistas, embora menos constantes e mais sutis. Na diversificação de sua ação, o caso colombiano é significativo: os EUA incentivaram uma luta separatista numa região do norte do país, apoiando sua reivindicação de independência, até que, constituído como país em 1903, o Panamá, frágil, assinou imediatamente o acordo que permitiu a construção do canal pelos EUA – objetivo da ação norte-americana. (...) O México teve invadido grande parte

de seu território, ainda no século XIX, com a incorporação aos EUA de riquíssimas áreas, entre elas as da Califórnia e do Texas. Em outros países foi o controle de suas riquezas fundamentais o que possibilitou o domínio norte-americano, como no caso dos produtos minerais da Bolívia, do Peru e do Chile. Uma política similar existia em relação a países que mantinham economias primário-exportadoras, como a brasileira e a colombiana, que encontravam nos EUA seu mercado fundamental e, em troca, seu grande abastecedor de outras mercadorias, especialmente as industriais (SADER, 2005, p. 34-35).

Destarte, a afirmação da hegemonia norte-americana na América Latina perpassava por aspectos políticos e econômicos, contando ainda com a proteção dos interesses comerciais e financeiros de grupos privados norte-americanos, que sustentavam a expansão na época.

No entanto, de forma mais ampla, essas intervenções eram ainda embasadas pela retórica da democracia sem que tivessem sido possível, no entanto, instaurar este regime em nenhuma das sociedades em questão.

De acordo com Paul W. Drake (1993), de 1912 a 1932, os Estados Unidos passaram pelo primeiro ciclo de intervenção na América Latina para promover sua versão de democracia<sup>8</sup>.

In the opening decades of the twenty-century, the United States and Latin America went through a painful learning process about political engineering in the name of democracy. From Wilson's administration through Hoover's, the United States intensified, then recast, and finally abandoned its pursuit. The United States failed to instill democracy abroad because it proved very difficult to impose that political system through coercive and erratic external meddling. Instead, democracy normally needed to grow out of internal conditions. Those domestic factors were the main determinants of and barriers to democratic progress in Latin America in the era<sup>9</sup> (DRAKE, 1993, p. 3).

Os Estados Unidos promoveram democracia no México, Peru, Equador, Cuba, República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Honduras, Costa Rica e Guatemala. Em alguns casos, os esforços norte-americanos eram restritos à retóricas declarações ou pressões diplomáticas. Em

---

<sup>8</sup> O modelo de democracia imposto é o gerado pelos valores das sociedades americana e européias ocidentais, embutidos nas formulações acadêmicas do conceito de democracia liberal, seguindo o veio Schumpeter/Dahl<sup>10</sup>, onde as características principais são eleições livres, honestas e competitivas, e a existência de direitos civis e políticos.

<sup>9</sup> Nas décadas iniciais do século XX, os Estados Unidos e a América Latina passaram por um difícil processo a respeito da engenharia política em nome da democracia. Da administração Wilson até a administração Hoover, os Estados Unidos intensificaram, reformaram, e finalmente abandonaram esta questão. Os Estados Unidos falharam para implantar democracia no exterior porque se provou ser muito difícil impor este sistema político através de intromissão externa coercitiva e irregular. Em vez disso, democracia normalmente precisava de desenvolvimento das condições internas. Os fatores domésticos eram o centro determinante e a barreira para o progresso democrático na América Latina.

outros, entretanto, os Estados Unidos realizavam atividades mais energéticas: supervisionando eleições, reorganizando as forças militares locais, pressionando por reformas civis e sociais, favorecendo grupos políticos tidos por Washington como mais comprometidos com a democracia, e oferecendo ou retendo assistência financeira para governos latino-americanos tendo por base se eles eram ou não considerados democráticos (LOWENTHAL, 1993).

O esforço mais tenaz para promover democracia neste período ocorreu no Caribe e nos países da América Central – especialmente naquelas nações onde as circunstâncias institucionais e estruturais para a democracia política eram menos auspiciosas, já que nestes países, não havia partidos políticos, um poder judiciário independente, educação ampla e uma classe média substancial.

Assim, Washington se concentrava nestes países não por entender que eles apresentavam melhores condições para a instauração da democracia. Ao contrário, concentrava-se nestes países tendo em vista preocupações estratégicas e econômicas.

Para Drake (1993), o propósito principal de insistir em eleições era originalmente criar uma situação de estabilidade e assim evitar a intromissão de outras potências na região. Além disso, sistemas ordenadamente políticos forneciam um clima de investimento melhor para os negócios norte-americanos: “Corrupt, fraudulent, dictatorial governments frequently aroused violent rebellions that cost lives, wasted money, jeopardizes foreign debt payments, endangered their neighbors, and invited foreign intervention<sup>10</sup>” (DRAKE, 1993, p. 7).

Segundo Abraham Lowenthal (1993, p. 244), “the promotion of democracy became an end in itself, and was taken seriously as an objective by U.S. officials. But when strategic or

---

<sup>10</sup> Governos corruptos, fraudulentos e ditatoriais freqüentemente despertam rebeliões violentas que custam vidas, perdem dinheiro, colocam em risco pagamentos da dívida externa, colocam em risco os vizinhos deles, e atraem intervenções externas.

economic considerations clashed with the democratic goal, democracy promotion almost invariably got short shrift<sup>11</sup>”

Portanto, em termos de resultados práticos e reais da presença norte-americana na região, pode-se afirmar que se restringiram ao aspecto da afirmação e consolidação da força continental dos Estados Unidos.

A maioria das intervenções norte-americanas mostrava um padrão consistente. Forças militares chegariam com considerável comemoração; deporiam governantes, freqüentemente com força mínima; instalariam um governo provisório escolhido a dedo; supervisionariam eleições nacionais; e então partiriam, missão cumprida. A chave política destas operações era ter eleições (...) De 1830 a 1930, a despeito da retórica e ostensiva nobreza de propósito, nenhuma intervenção norte-americana levou à instalação da democracia na América Latina (...) Desprovidas da retórica, as ações de Washington tinha motivações geopolíticas e econômicas (SMITH *apud* PECEQUILO, 2003, p. 87-88).

Foi no governo de Woodrow Wilson (1913-1921) que as intervenções em nome da democracia se aprofundaram. Apesar do objetivo das intervenções permanecerem os mesmos dos governos anteriores, Wilson acentuava muito menos a ameaça da penetração de potências externas e muito mais a necessidade de governos constitucionais.

As implicações intervencionistas de tal zelosa promoção de democracia podem ser observadas nas palavras do embaixador norte-americano na República Dominicana: “President Wilson’s declaration of principles concerning Latin America reserved the right to enter any Latin America country to see that the people’s right were not lost by force or fraud<sup>12</sup>” (MELVIN *apud* DRAKE, 1993, p.13).

Wilson via a promoção da democracia no hemisfério como um dever moral do poder dominante e do “homem bom” na América Latina.

---

<sup>11</sup> A promoção de democracia se tornou um fim em si mesmo, e foi levado seriamente como um objetivo por funcionários norte-americanos. Mas quando considerações estratégicas ou econômicas colidiram com a meta democrática, promoção de democracia quase invariavelmente foi esquecida.

<sup>12</sup> A declaração do presidente Wilson de princípios relativos à América Latina reservou o direito de intervir em qualquer país da América Latina para ver se os direitos das pessoas não tinham sido perdidos por força ou fraude.

After the upheavals against dictatorship in Mexico, he dreaded revolutions and viewed democracy as the antidote. Discouraging armed rebellions was supposed to render future U.S. interventions unnecessary. Wilson also thought that democracies were less likely to initiate warfare, an ironic belief in a democratic country that repeatedly invaded its weaker neighbors. Wilson wanted to encourage what he believed was a global "drift toward democracy", which would be the foundation for a Pan American unity and then a world union of democratic states<sup>13</sup> (DRAKE, 1993, p. 13).

Com Wilson, entram na agenda dos Estados Unidos e das demais nações temas como a democracia, segurança coletiva e autodeterminação dos povos. A visão de Wilson trazia esses critérios como componentes fundamentais da ordem mundial, entendendo como básicas a correlação entre democracia e paz e a preservação da paz como objetivo único e supremo de todos os Estados, devendo ser defendidas através de meios legais, e ainda, quando necessário, pela ação direta, com o poder e a força a seu serviço e a ela submetidos.

E foi o que ocorreu com os países da América Latina, onde, em uma interessante contradição do seu próprio conteúdo, para promover o princípio da autodeterminação nas Américas, era preciso primeiro que se espalhasse pelo continente a democracia e os valores norte-americanos através de intervenções feitas pelos Estados Unidos, como de fato ocorreu na época. Ou seja, até chegar a autodeterminação os países latino-americanos teriam ainda que passar pela implementação, vinda de fora, da experiência norte-americana, que lhe permitiria posteriormente, atingir a liberdade (PECEQUILO, 2003).

---

<sup>13</sup> Depois dos motins contra a ditadura no México, ele temia revoluções e via a democracia como um antídoto. Supunha-se que desencorajando rebeliões armadas, faria futuras intervenções norte-americanas desnecessárias. Wilson também pensou que democracias eram menos propensas a iniciativas de guerras, uma convicção irônica em um país democrático que repetidamente invadiu seus vizinhos mais fracos. Wilson queria encorajar o que ele acreditava ser um "movimento global de democracia", que iria fundar uma unidade pan-americana e então uma união mundial dos Estados Democráticos.

Nas palavras de Wilson: “We are the friend of constitutional government in America; we are more than its friends, we are its champions, and I am going to teach the South American republics to elect good men<sup>14</sup>!”(NOTTER, 1965, p. 43).

Em 1913, foi anunciado o “Corolário Wilson”, onde se afirmava que o apoio do governo norte-americano seria dado apenas aos governos estabelecidos através de métodos legais e constitucionais.

Na ótica de Schilling (1984) o Corolário Wilson, que, de fato aperfeiçoava o de T. Roosevelt, atendia aos anseios de segurança dos investidores e proprietários na região do Caribe e da América Central bem como dava respaldo a qualquer governo que “vencesse” eleições e conseguisse se manter no poder.

Naturalmente que a legitimidade ou legalidade deste governo seria diretamente proporcional à simpatia com que fosse visto pelos capitalistas norte-americanos e seus associados. Desta forma, os Estados Unidos colocavam-se objetivamente contra qualquer possível transformação revolucionária que ocorresse na América Latina, tornando-se, mesmo contra seus princípios éticos, um bastião das tiranias colaboracionistas que se sucederiam nas décadas de 1920 e 1930, bem como a de Machado em Cuba, de Trujillo na República Dominicana, de Somoza na Nicarágua, de Ubico na Guatemala, Martinez em El Salvador e de Carias em Honduras.

In Latin America, the dilemma for the United States was how to promote democracy democratically. As a liberal democracy, the United States felt most comfortable at least claiming to be pursuing democratic objectives overseas through democratic means, however much it was mainly behaving like another great power. As an emerging hegemon at the start of the twentieth century, the United States tried to set the rules of the game in the Western Hemisphere. It wanted ideological as well as military and economic hegemony and conformity, without having to pay the price of permanent conquest. It coerced the countries in its sphere of influence, especially those the Caribbean Basin, to internalize its political as well as economic institutions. Intervening to install those institutions was meant to impede penetration by other foreigners, to maintain order, to assure

---

<sup>14</sup> “Nós somos amigos do governo constitucional na América; Nós somos mais que amigos deles, nós somos campeões deles, e eu vou ensinar as Repúblicas Sul Americanas a elegerem homens bons!”

domination, and to obviate the need for interminable occupation or future interventions<sup>15</sup> (DRAKE, 1993, P. 34).

No entanto, mudanças dentro do contexto internacional levaram os Estados Unidos a promover ajustes no comportamento da sua liderança hemisférica. A Grande Depressão de 1929 e a crise econômica norte-americana e mundial a ela associada reduziram a capacidade de projeção de poder e de controle dos Estados Unidos sobre a América Latina, diminuindo os recursos disponíveis para a sua atuação externa. Além disso, os países latino-americanos também haviam mudado. Apesar das dificuldades, eles estavam mais complexos política e economicamente e começavam a demonstrar a sua insatisfação com o caráter da política norte-americana (intervencionista, paternalista, clientelista).

Destarte, os Estados Unidos reajustaram seu comportamento no hemisfério, introduzindo uma dimensão de diálogo no relacionamento interamericano. Foi o presidente Franklin Roosevelt, eleito em 1932, e a sua “Política de Boa Vizinhança” o responsável por essa alteração.

---

<sup>15</sup> Na América Latina, o dilema para os Estados Unidos era como promover democracia democraticamente. Como uma democracia liberal, os Estados Unidos sentiam-se mais confortáveis reivindicando por ao menos estarem perseguindo seus objetivos ultramarinos por meios democráticos, entretanto, muitas vezes ele se comportava como outro grande poder. Como uma emergente hegemonia no início do século XX, os Estados Unidos começaram a estabelecer as regras do jogo no hemisfério ocidental. Eles queriam a conformidade da hegemonia ideológica, militar e econômica, sem ter que pagar o preço da conquista permanente. Isto coagiu os países sobre sua esfera de influência, especialmente aqueles da Base do Caribe, a interiorizar suas instituições políticas bem como as econômicas. Intervir para instalar aquelas instituições significava impedir a penetração de outras forças estrangeiras, manter a ordem, assegurar dominação, e tornar óbvia a necessidade interminável de uma ocupação interminável e de futuras intervenções.



## A Promoção de Democracia pelos Estados Unidos na América Latina, 1913-1933

<b>Ano</b>	<b>Não reconhecimento</b>	<b>Arrefecimento de empréstimos</b>	<b>Supervisão ou Observação de eleições</b>	<b>Apoio aos rebeldes</b>	<b>Invasão</b>
1913	México, Peru		Rep. Dominicana	México	
1914			Rep. Dominicana		México
1915	Haiti		Haiti		Haiti
1916	Rep. Dominicana		Nicarágua		Rep. Dominicana
1917	Costa Rica	Costa Rica	Haiti		
1918			Haiti, Panamá		
1919					
1920	México, Bolívia		Cuba		
1921					
1922					
1923	Honduras	Honduras			
1924			Rep. Dominicana		Honduras
1925	Equador, Nicarágua	Equador			
1926					Nicarágua
1927					
1928			Nicarágua		
1929					
1930	Guatemala, Bolívia, Peru, Argentina, Brasil	Nicarágua			
1931	El Salvador, Peru				
1932	Chile	Chile	Nicarágua		
1933					

Fonte: Paul W. Drake

### 1.2.2 A Política de Boa Vizinhança

A Política de Boa Vizinhança (PBV) representou uma mudança íngreme na política norte-americana, começando pelas retiradas das tropas que ainda estavam no continente, o abandono das intervenções armadas e interferências políticas e econômicas, seguindo-se a

instalação de um processo de cooperação que passou a reconhecer a soberania das repúblicas latino-americanas.

Em 1934 foi revogada a Emenda Platt, que tutelava Cuba bem como revogados foram os direitos especiais dos norte-americanos na ilha (mantendo-se, no entanto, a base naval de Guantanamo). Em agosto de 1934, os fuzileiros retiraram-se do Haiti e em 1936 encerrou-se a vigência do tratado haitiano-norte-americano, que fizera do país um semiprotetorado. O mesmo ocorreu em relação ao Panamá, com a revisão do tratado de 1903 e, em 1941 foi eliminado o controle norte-americano sobre as alfândegas da República Dominicana (SCHILLING, 1984, P. 37).

Certamente, a benigna PBV envolveu uma retirada dos aspectos mais grosseiros do intervencionismo norte-americano e acarretou maior respeito pela dignidade dos outros Estados da América. Através dela foi aceito formalmente o princípio de que “nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de qualquer outro Estado”. Não obstante, a penetração dos Estados Unidos na economia e na cultura latino-americanas prosseguiu durante toda a década de 1930.

Na ótica de Ianni (1973) o progressivo alinhamento dos países latino-americanos no esforço de guerra a favor das “nações aliadas” e contra as “nações do eixo”, nos anos 1939-1945, foi um passo importante na reformulação e aperfeiçoamento das relações interamericanas, segundo os interesses dos governantes norte-americanos. A luta contra o nazi-fascismo, para os países da América Latina, implicou na redução e ruptura com as nações européias e asiáticas, com as quais mantinham comércio e outros intercâmbios antes de 1939. Ao mesmo tempo, cresceu e generalizou-se a presença dos interesses econômicos, políticos e militares dos Estados Unidos nestes países. Apenas a Argentina se manteve neutra durante o conflito mundial, procurando preservar as suas relações econômicas, políticas, militares e culturais com os países europeus, principalmente a Inglaterra. No conjunto, entretanto, foi durante a Segunda Guerra que os governantes dos países latino-americanos adotaram a doutrina da segurança hemisférica, sob a tutela dos Estados Unidos. Em geral, isso

tudo era feito em nome da luta contra a penetração de interesses estrangeiros às tradições de solidariedade das repúblicas americanas, em defesa dos interesses norte-americanos.

Portanto, os preceitos da Doutrina Monroe ainda permaneciam intactos, sem alteração das prioridades estratégicas norte-americanas para o continente. A consolidação de sua esfera de influência na América Latina ainda era um objetivo dos Estados Unidos.

Embora tenham mudado as fórmulas, uma vez que o intervencionismo foi substituído por uma política de cooperação, o conteúdo da política externa norte-americana não se alterou, não havendo uma real renovação do relacionamento interamericano. Apesar do abandono do intervencionismo e da retórica da cooperação, medidas concretas não foram implementadas para a construção de arranjos que garantissem essa cooperação ou que tornasse a liderança norte-americana mais branda.

Não se deve, entretanto, minimizar os efeitos e conquistas da PBV no relacionamento interamericano, especialmente com a renúncia norte-americana a intervenção direta nos países latinos e o início do estabelecimento de instituições de cooperação política e defesa no hemisfério, que antecederam a criação do sistema interamericano na Guerra Fria. Para Pecequillo (2003), caso tivessem sido mantidos tais padrões, com medidas concretas e correspondentes, uma mudança maior e mais profunda poderia ter ocorrido.

Na realidade, acreditou-se, com o fim da Segunda Guerra Mundial e esses antecedentes de cooperação, que essa mudança estava perto de acontecer. Em 1945, parecia que o relacionamento hemisférico estava, finalmente, libertando-se de suas estruturas e limitações características para entrar em uma nova fase. À reavaliação da política externa norte-americana em nível global corresponderia também uma em sua política hemisférica, avançando-se perspectivas e possibilidades de intercâmbio (PECEQUILO, 2003, p.115).

No entanto, encerrada a Segunda Guerra Mundial em setembro de 1945, os Estados Unidos, conscientes do poder que haviam acumulado, abandonavam definitivamente a política de isolacionismo e adotavam o globalismo, passando em seguida a preocupar-se com o duelo com a União Soviética, a contenção do comunismo e a Guerra Fria.

A Guerra Fria marcou uma grande reversão nas iniciativas externas norte-americanas dentro do seu continente. Demarcando o auge da política externa estadunidense em sua fase internacionalista a Guerra Fria também constituiu o declínio das políticas latino-americanas, com um condicionamento, um descaso e constates interferências norte-americanas na região.

## **2 A GUERRA FRIA**

### **2.1 Conter o Comunismo**

Finda a Segunda Guerra Mundial, com a capitulação alemã no dia 8 de maio de 1945, e em 14 de agosto de 1945 com a rendição japonesa, cristalizava-se uma nova situação nas relações de poder nas relações internacionais. Portanto, diferentemente do que ocorreu no final da Primeira Guerra Mundial, após o encerramento da Segunda Guerra do século, vitoriosos, os Estados Unidos, dessa vez assumiam a responsabilidade de definir a nova ordem internacional que estava por se formar.

O conflito mundial havia beneficiado os Estados Unidos mais do que qualquer outro país. Em 1945, os norte-americanos apresentavam um poder político, diplomático, econômico e militar incomparável frente a qualquer outro país na seara internacional. Conforme observa Ikenberry (2002), enquanto no início do século XX, os Estados Unidos já eram a maior potencia industrial, na véspera da Primeira Guerra Mundial, a produção industrial do país era duas vezes superior a da Inglaterra e da Alemanha, que eram os rivais industriais mais próximos. Para se ter uma idéia, em 1948, o poder dos norte-americanos era de tamanha intensidade, que o país possuía cerca de 48% da produção industrial de todo o mundo.

No entanto, mesmo com as perdas da guerra, a União Soviética (URSS), juntamente com os Estados Unidos, emergia como uma potencia internacional, também favorecida pelo declínio europeu. A ascensão da URSS como a segunda grande potencia no sistema internacional teve implicações diretas para a política externa norte-americana no pós-Segunda

Guerra Mundial. Embora seu poder fosse inquestionavelmente menor, a formação de uma esfera de influência soviética atrapalhava o objetivo norte-americano de constituir a ordem do pós-Segunda Guerra somente consoante seus interesses (LaFeber, 1997).

Deste modo, no vazio de poder deixado pela Europa, Estados Unidos e a União Soviética emergiam como as duas nações mais importantes do cenário internacional, passando, as relações internacionais, a ser organizadas a partir das duas potências. O eixo de poder mundial estava mudando, e os Estados Unidos deveriam atuar dentro desta realidade.

Foi entre os anos de 1945 e 1947, que os Estados Unidos e a União Soviética abandonaram uma posição de cooperação<sup>16</sup> e assumiram uma posição de confronto. A ordem mundial neste momento tornava-se bipolar, e os Estados Unidos passariam a orientar sua política externa através da estratégia da Contenção.

Conforme salienta Hobsbawm (1999, p. 247), “A guerra Fria, desde o começo, foi uma Guerra de desiguais”. Em 1945, a União Soviética não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora da área de alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho., uma vez que havia saído da Segunda Guerra em ruínas. Ao contrário, a União Soviética necessitava de toda a ajuda que pudesse obter, e não tinha interesse imediato em antagonizar com os Estados Unidos (única potência capaz de ajudá-la).

A disparidade de poder se encontrava, realmente, na distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial. A União Soviética controlava uma parte do globo – a zona ocupada pelo Exército Vermelho – e os Estados Unidos, por seu turno, exerciam controle e predominavam sobre o resto do mundo capitalista.

No entanto, em que pese a disparidade de poder entre as duas potências, não se pode negar que a constituição de um outro pólo de poder, por menor que fosse, representava um obstáculo à consolidação da hegemonia estadunidense em nível global. Além disso, mais do

---

<sup>16</sup> Até 1945, a Aliança da Guerra não havia sido rompida, preservando-se a parceria, mesmo que em termos precários, e, pode-se dizer que, até a morte de Roosevelt, tentou-se manter essa parceria de alguma maneira, assim como evitar o engajamento norte-americano direto no continente europeu (PECEQUILO, 2003, p. 135).

que apenas uma “pedra no sapato” dos Estados Unidos, a União Soviética representava uma alternativa aos sistemas político e econômico norte-americano. Por mais que hoje se conheça as reais condições de vida no mundo soviético, havia todo um simbolismo em torno da existência de um outro mundo possível, mais humano e igual, diferente do modelo capitalista individualista, apresentado pelos norte-americanos.

A percepção desta diferenciação e incompatibilidade de visões de mundo, representantes de modos de vida sociais, políticos, culturais e econômicos opostos, é uma entre as muitas razões que são levantadas para explicar o distanciamento entre os Estados Unidos e a União Soviética e o respectivo endurecimento de políticas que levou à Guerra Fria. No extremo considerava-se que seria impossível a convivência entre estes dois modos de vida, pois o sucesso de um levaria à eliminação do outro e vice-versa (PECEQUILO, 2003, p. 137).

É neste contexto, onde os Estados Unidos viam a União soviética como um certo “estorvo” e, ao mesmo tempo com certo receio e apreensão, que, já em fevereiro de 1946, surgem os primeiros esboços da Doutrina da Contenção, estratégia que passaria a guiar a política externa norte-americana durante toda a Guerra Fria.

O diplomata norte-americano, George Kennan, havia enviado (de Moscou) para o governo Truman, um documento diplomático conhecido como “Longo Telegrama”. Este documento buscava explicar o motivo pelo qual os soviéticos buscavam ampliar seu poder e salientava que a melhor maneira de fazer frente à União Soviética era através de uma forte resistência nos locais onde os soviéticos buscassem expansão.

Apesar da boa impressão que causou na burocracia governamental, o documento do diplomata permaneceu “engavetado”. As idéias contidas na mala diplomática somente começaram a fazer parte do discurso norte-americano a partir de 1947, em reação à interferência soviética nos assuntos internos da Grécia e da Turquia<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra apoiara a Grécia e a Turquia, tanto no âmbito econômico quanto no militar. Porém, entre os anos de 1946 e 1947 o governo inglês informou Washington que não tinha mais condições de continuar apoiando aqueles países. Os Estados Unidos, desde então, assumem o papel histórico da Inglaterra na região, qual seja, bloquear o avanço russo para o Mediterrâneo. (KISSINGER, 1995).

Assim, em março de 1947, discursando ao Congresso norte-americano e influenciado pelas idéias de George Kennan, o presidente Truman expôs publicamente, mediante a chamada Doutrina Truman, o compromisso dos Estados Unidos em impedir a expansão do comunismo não somente na Grécia e na Turquia, mas impedi-la em qualquer lugar do mundo.

É também em julho do mesmo ano, que o termo “Contenção” surge pela primeira vez no artigo intitulado “*Sources of Soviet Conduct*”, publicado na revista *Foreign Affairs*, em julho de 1947, sob o pseudônimo de Sr. X<sup>18</sup>. Assim, embora já simbolizados pelo discurso de Truman em março, os princípios e os objetivos da nova grande estratégia de segurança norte-americana encontraram sua elaboração mais bem acabada na publicação do artigo de Kennan.

Não obstante, a Doutrina da Contenção só tornou-se de fato uma estratégia de Estado para a política externa norte-americana a partir da formulação do NSC-68 – documento elaborado no início de 1950, a pedido do Presidente Harry Truman. O NSC-68, além de retomar as prioridades e objetivos originalmente expressos em “*Sources*”, completou a estrutura filosófica da Doutrina da Contenção e constituiu-se definitivamente como o guia orientador da política externa norte-americana durante o período da Guerra Fria<sup>19</sup>. “(...) o documento do Conselho de Segurança Nacional, NSC-68, redigido em abril de 1950, devia ser a posição americana oficial em estratégia da Guerra Fria” (KISSINGER, 1995, p. 500).

Formulado em um contexto internacional diferente ao de 1947, o NSC-68 objetivava fornecer uma estratégia aos Estados Unidos em um momento em que o poderio da União Soviética era muito maior que há três anos atrás<sup>20</sup> (embora, sob qualquer ponto de vista, o

---

<sup>18</sup> Kenan aprimorou as idéias contidas no Longo Telegrama e as lançou em julho de 1947, no artigo que é considerado o fundador da Doutrina da Contenção, embora a elaboração intelectual de toda a doutrina não se limite somente a ele.

<sup>19</sup> Existe uma diferença quanto às posturas expressas em “*Sources*”, em que a questão da superioridade militar não aparecia como prioridade. Para Kennan os incrementos das capacidades militares ocidentais não apareciam como prioritárias para a implementação da contenção. Os esforços norte-americanos tinham que ser principalmente políticos e econômicos, não se prevendo recurso à força militar.

<sup>20</sup> Neste sentido, entre 1947 e 1950, a União Soviética empreendeu uma política externa mais ofensiva. Logo, episódios como a implantação do comunismo na Tchecoslováquia por meio do golpe de Estado em 1948, a formação do Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON –1949), o bloqueio de Berlim (1948), e, sobretudo, a obtenção da bomba atômica em 1949 foram uma demonstração da força da União Soviética.

poder dos Estados Unidos continuasse muito superior). O NSC-68 anunciava: “a Guerra Fria é, na verdade, uma guerra real, na qual está em jogo a sobrevivência do mundo livre”. (NSC-68, 1950, p. 235).

De todas as ações e conquistas soviéticas, certamente a que causou maior impacto foi a aquisição da bomba atômica em 1949. Segundo Morgenthau, nem as estimativas oficiais mais conservadoras dos Estados Unidos esperavam que a União Soviética conseguisse explodir uma bomba atômica antes de 1952. com efeito, após a obtenção da bomba atômica por Moscou, a União Soviética havia alçado a categoria de *peer competitor*: “(...) Russian possession of the atomic bomb constitutes a decisive change in the world balance of power”<sup>21</sup>. (1951, p. 177).

Na visão deste autor, após a produção da bomba atômica pela União Soviética, diminui o espectro de estratégias a serem adotadas pelos Estados Unidos. A seu ver, restavam apenas duas opções estratégicas aos norte-americanos: acordo negociado com a União Soviética ou a guerra. Esta última alternativa, porém, não era mais possível, uma vez que as armas nucleares haviam tornado as guerras um instrumento de destruição universal.

De fato, a partir de 1949, os Estados Unidos não tinham outra opção além da Doutrina da Contenção. Na realidade até tinham, no entanto, os americanos não estavam dispostos a enfrentar a conseqüências caso preferissem seguir outros caminhos. Desse modo, embora a guerra não fosse uma hipótese descartável, os princípios de prudência e equilíbrio de poder constituíram a melhor forma de manter a estabilidade da ordem mundial e evitar o confronto direto entre Estados Unidos e União Soviética.

Em 1950, sob o título de “Possíveis Cursos de Ação”, o NSC-68 apresenta as diferentes estratégias que Washington podia empreender contra Moscou. Além da estratégia escolhida, a Contenção, o documento também aventou a possibilidade de os Estados Unidos optarem por

---

<sup>21</sup> A posse russa da bomba atômica constitui uma mudança decisiva na balança de poder mundial.



uma política externa de isolamento do sistema internacional, o que foi descartado prontamente.

Deste modo, a partir de 1949, a Doutrina da Contenção tornou-se definitivamente o guia das ações norte-americanas na seara internacional. A contenção, por sua vez, não foi somente a estratégia da política externa do governo Truman. Era uma estratégia de Estado. A partir de seu governo, a Contenção passaria a orientar a política externa de todos os presidentes dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria, tornando-se um consenso entre democratas e republicanos. Apesar da existência de divergências quanto a sua execução, ninguém contestava a doutrina em si.

Assim, durante o conflito bi-polar, o objetivo precípua da política externa norte-americana era impedir o avanço do “inimigo soviético” — seja do ponto de vista político, militar, econômico ou ideológico – sobre as áreas de influência ocidental ou sobre regiões cuja situação ainda não estava definida.

A estratégia da contenção passou por diferentes combinações de táticas militares, políticas e econômicas para “derrotar” a União Soviética. Houve igualmente, dentro da estratégia da contenção, variações nas prioridades inicialmente estabelecidas pela política externa estadunidense, apresentando, portanto, diferentes fases: a Confrontação (1947 a 1962), a Coexistência (1963 a 1969), a Détente (1969 a 1979), a Confrontação Renovada (1979 a 1985) e Retomada do Diálogo (1985 a 1989) (PECEQUILLO, 2003, p. 163).

As diferentes fases e formas de operacionalizar a doutrina, por sua vez, em nada alteravam o objetivo precípua da política externa dos Estados Unidos, que era “derrotar” o inimigo soviético e, assim, consolidar sua primazia.

Conforme salienta Hobsbawn (1999), a verdadeira questão da Guerra Fria era menos a ameaça de dominação mundial comunista, do que o desejo dos Estados Unidos em manter sua supremacia.

Noam Chomsky (1991, p. 24), interpreta a estrutura básica da argumentação do supracitado documento, NSC-68, como algo simplório e pueril, como se existissem no mundo duas forças em pólos opostos, onde,

num extremo temos o mal absoluto; no outro, a sublimidade. Entre eles não pode haver transigência. A força diabólica, por sua própria natureza, tem que buscar a dominação completa do mundo. Por conseguinte, tem que ser suplantada, desarraigada e eliminada, a fim de que o virtuoso defensor de tudo o que existe de bom possa sobreviver para executar suas obras elevadas.

Chomsky entende que existe um maniqueísmo na forma como o documento analisa a postura dos Estados Unidos e da União Soviética. Como se existisse um conflito entre as “forças das luzes e as forças das trevas”. Nas palavras do autor:

O “projeto fundamental do Kremlin”, explica Paul Nitze, autor do memorando NSC-68, é a “subversão completa ou a destruição à força da máquina governamental e da estrutura da sociedade”, em todos os cantos do mundo que ainda não sejam “subservientes ao Kremlin nem controlados por ele”. “O propósito implacável do Estado escravagista [é] eliminar o desafio da liberdade” por toda parte. A “compulsão” do Kremlin “exige um poder total sobre todos os homens” no próprio Estado escravagista, e “uma autoridade absoluta sobre o resto do mundo”. A força maléfica é “inescapavelmente militante”, de modo que nenhum arranjo ou acordo pacífico é sequer pensável. Em contraste, o “propósito fundamental dos Estados Unidos” é “garantir a integridade e a vitalidade de nossa sociedade livre, que se alicerça na dignidade e no valor do indivíduo”, e salvaguardar esses valores pelo mundo afora. Nossa sociedade livre é marcada por uma “diversidade maravilhosa”, pela “profunda tolerância”, pela “conformidade à lei” e pelo compromisso de “criar e manter um ambiente em que todo o indivíduo tenha a oportunidade de pôr em prática suas forças criadoras”. Ela “não teme a diversidade, mas a acolhe”, e “extrai sua força de hospitalidade que oferece até mesmo às idéias antipáticas”. O “sistema de valores que anima nossa sociedade” inclui “os princípios da liberdade, da tolerância, da importância do indivíduo e da supremacia da razão sobre a vontade”. “A tolerância essencial de nossa visão de mundo, nossos impulsos generosos e construtivos e a inexistência de cobiça em nossas relações internacionais são trunfos de uma influência potencialmente enorme”, sobretudo entre aqueles que tiveram a sorte de experimentar essas qualidades em primeira mão, como a América Latina, que se beneficiou muito de “nossos esforços prolongados e contínuos para criar e, neste momento, desenvolver o sistema interamericano” (CHOMSKY, 1991, p. 24-25).

Para Chomsky o pressuposto subjacente seria, portanto, o de que o sistema norte-americano de organização social e poder, bem como a ideologia que o acompanha, deveriam ser universais. Abaixo isso, qualquer coisa seria inaceitável. Nenhum desafio poderia ser

tolerado, nem mesmo a confiança na inevitabilidade histórica de alguma coisa diferente. Sendo assim, qualquer ação praticada pelos Estados Unidos para ampliar seu sistema e sua ideologia seria sempre defensiva.

Segundo a professora Maria Regina Soares de Lima (2003), o fato de a Contenção ter sido uma estratégia defensiva em relação à União Soviética – na medida em que a dissuasão nuclear desestimulava qualquer ação ofensiva por parte de ambas as potências – não significa que, durante a Guerra Fria, a Doutrina da Contenção não tenha servido aos interesses norte-americanos.

Como já mencionado, a “cortina de ferro” representou um obstáculo real à expansão global dos Estados Unidos. Estes, por sua vez, embora não contestassem as zonas já controladas pela União Soviética, souberam utilizar a Doutrina da Contenção para consolidar sua hegemonia dentro da esfera ocidental.

No que se refere às potências ocidentais, a disputa bipolar ajudou no estreitamento das relações entre os Estados Unidos e as potências européias, bem como na relação com o Japão. Esses países, chamados de aliados, eram considerados fundamentais na contenção à União Soviética. Para o governo norte-americano, os Estados Unidos não podiam, em hipótese alguma, deixar que esses centros de capacidade militar e industrial da Europa e da Ásia fossem conquistados pelo inimigo soviético. (NSC-68, 1950).

Por isso, a política externa norte-americana procurou fortalecer os laços com essas potências, sempre enfatizando o perigo soviético com vistas a legitimar a hegemonia norte-americana no campo ocidental. Em contrapartida, tendo em vista a opção representada pela União Soviética, os países aliados aceitaram a hegemonia de Washington em troca da proteção fornecida pelo poderio militar estadunidense. Destarte, a abordagem da política externa norte-americana em relação às potências ocidentais foi de cooperação, uma vez que esses países tinham um papel estratégico na implementação da Doutrina da Contenção.

No entanto, no que concerne aos países periféricos do sistema internacional ocidental, os Estados Unidos colocaram em prática o lado menos conhecido da Contenção. Assim, os Estados Unidos recorreram à retórica da “guerra contra o comunismo” para justificar intervenções unilaterais em países da “periferia” sob influencia americana ou cuja situação ainda estivesse indefinida. Neste contexto, a estratégia da contenção não foi nada defensiva. Ao contrário, foi altamente ofensiva.

## **2. 2 A Contenção na América Latina**

No início da Guerra Fria, a preocupação norte-americana com a América Latina concentrava-se na postura nacionalista de alguns governantes que visualizavam uma perspectiva equidistante da influencia norte-americana como base para uma política de afirmação social.

Luis Fernando Ayerbe (2002, p. 81), analisando relatório da CIA de 1º de novembro de 1947, conclui que “A maior preocupação é com a disponibilidade dos recursos naturais da região em caso de uma guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote de governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de idéias antiamericanas possa ser decisiva”. Conforme o relatório da CIA:

Julga-se que a organização não-política comunista na América Latina (isto é, a organização que serve outros propósitos que não os de partidos políticos) já prosseguiu tanto e tão eficientemente que, em caso de guerra com os EUA, a URSS poderia: a) receber um fluxo extenso de informações razoavelmente precisas da América Latina, b) alistar agentes de sabotagem e c) por mero comando de ordens necessárias, paralisar as economias de dois países (Chile e Cuba), os quais são importantes fornecedores regulares dos EUA. Desse modo, a URSS poderia negar aos EUA, pelo menos nos cruciais primeiros meses da guerra, os militarmente importantes cobre e açúcar, com os quais esses dois países contribuíram para o esforço de guerra dos EUA. Julga-se também que, no restante dos países da América Latina (excetuando-se somente a Argentina, o México, o Paraguai, a República Dominicana, Honduras e El Salvador), a penetração secreta comunista em esferas estratégicas das várias economias já é tal que pode permitir que a URSS, apenas dando as ordens necessárias, a) impeça que os EUA, por um período de tempo limitado, pelo menos conserve seu fluxo normal de matérias-primas estratégicas da América Latina, b) precipite, em vários países latino-americanos, crises econômicas que obrigariam os EUA a escolherem, por um lado, entre programas de auxílio de emergência fiscalmente caros, e, por outro, o passo também politicamente caro de negar

tal auxílio. Especificamente, a URSS poderia interromper hoje o fluxo dos fornecimentos latino-americanos de estanho, cristal de quartzo, borracha natural, quinino e petróleo para os EUA (CIA, 1982, rolo I, doc. 0006 *apud* AYERBE, 2002, p. 81-82).

Independentemente se estas eram ou não as reais preocupações dos Estados Unidos, o fato é que o Presidente Truman inaugurou uma prática que seria utilizada por muitos outros presidentes norte-americanos. Desse modo, ao longo da Guerra Fria, os Estados Unidos recorreriam à retórica da “contenção do comunismo” para fins políticos, seja para assustar a população a fim de ganhar apoio para elevar os gastos militares, seja para legitimar intervenções militares em países periféricos.

(...) for the first time in the postwar era, Americans massively intervened in another nation’s civil war. Intervention was justified on the basis of anticommunism (...) the doctrine became an ideological shield behind which the United States marched to rebuild the Western political-economic system and counter the radical left. From 1947 on, therefore, any threats to that Western system could be easily explained as communist-inspired (...) That the most lasting and tragic result of the Truman Doctrine<sup>22</sup> (LA FEBER, 1997, p. 57-58).

O processo de ajustamento da América Latina aos interesses norte-americanos começou a ser juridicamente esboçado com a *Ata de Chapultepec*, assinada em 3 de março de 1945. O Departamento de Estado norte-americano convocou todos os aliados latino-americanos para uma conferência na Cidade do México. A aprovação do documento implicava na “mutualização” da Doutrina Monroe ao propor que qualquer ataque ao território ou a soberania dos países americanos seria revidado pelas forças conjuntas de todos eles.

A consagração final da ata foi a reunião realizada no Rio de Janeiro em 1947, quando se firmou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR ou Tratado do Rio). Nele se estabeleceu um compromisso entre todas as nações do hemisfério de se unirem para repudiar ataques a membros da aliança, estabelecendo o conceito de solidariedade hemisférica.

---

<sup>22</sup> (...) pela primeira vez na era pós-guerra, americanos intervieram maciçamente na guerra civil de outra nação. Intervenção estava justificada em base de anticomunismo (...) a doutrina se tornou uma proteção ideológica atrás da qual os Estados Unidos marcharam para reconstruir o sistema político-econômico Ocidental e contestar a esquerda radical. Desde 1947, então, qualquer ameaça para aquele sistema Ocidental poderia ser explicada facilmente como inspiração-comunista (...) Que o resultado mais duradouro e trágico da Doutrina de Truman.

Mais tarde, para coroar esta política, foi fundada a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, um organismo regional cujo objetivo consiste em reforçar essa solidariedade também no campo da cooperação política, propondo soluções coletivas e multilaterais para problemas e responsabilidades comuns no hemisfério.

Para a América Latina era fundamental que os princípios de parceria e igualdade, contidos em ambos acordos, fossem mantidos, e que o intervencionismo de Washington na região acabassem. No entanto, a óbvia assimetria nas relações de poder entre Estados Unidos e América Latina emergiram rapidamente como uma característica central do sistema.

Na realidade, era compreendido em Washington que a segurança dos Estados Unidos dependia, em grande parte, do exercício de uma firme hegemonia sobre região, e que um comportamento independente por parte de estados latino-americanos, especialmente se acompanhado do estreitamento de laços com países de coligação política Orientais, implicaria uma ameaça para tal hegemonia e teria de ser impedida, ainda que unilateralmente.

Este período está repleto de exemplos de como os Estados Unidos recorriam ao uso do discurso da “guerra contra os comunistas” para buscarem seus interesses nas mais variadas partes do mundo, excluindo-se as áreas de influencia soviética.

Na verdade, exagerar o “perigo comunista” a fim de assustar a população para arregimentar apoio as suas políticas expansionistas foi uma característica que esteve presente nas sucessivas administrações norte-americanas, fossem elas democratas ou republicanas. Essa retórica, que distinguia democracia e totalitarismo, propiciou os contornos de um mapa adequado, a partir do qual o governo dos Estados Unidos arregimentava apoio interno para projetar seu poder.

Entretanto, apesar do discurso que atribui à democracia um papel de relevo no progresso econômico e social da humanidade, na América Latina, reconhecidamente longe do fantasma do comunismo, o governo norte-americano passou a apoiar golpes militares contra Rómulo

Gallegos na Venezuela e Bustamante no Peru, em 1948, e o golpe de Fulgencio Batista em Cuba, em 1952 (AYERBE, 2002, p. 83).

A América Latina, provavelmente mais do que qualquer outra região do mundo, foi “vítima” das intervenções de Washington, justificadas com base no argumento de “combate ao comunismo”. Em 1954, por meio de tropas treinadas pela CIA e comandadas por Carlos Castillo Armas, os Estados Unidos derrubaram o governo de Jacob Arbenz na Guatemala<sup>23</sup>.

A CIA engendrou uma trama que talvez seja uma das mais lamentáveis de todos os tempos: um plano de assassinar 58 partidários guatemaltecos do governo de Arbenz, suspeitos de serem comunistas. Segundo documentos da CIA liberados depois de fortemente censurados, em 1953, no governo Eisenhower, a agência redigiu uma “lista de descarte” dos alvos e treinou assassinos para matá-los. Os planos foram discutidos no nível mais elevado do Departamento de Estado e incluídos como parte fundamental da “Operação Sucesso”, nome dado à tentativa de derrubar o governo guatemalteco. O Conselho de Segurança Nacional de Eisenhower deu à CIA permissão de pôr em prática a “Operação Sucesso”.

Nenhum registro da aprovação ou desaprovação formal dos planos pelo presidente Eisenhower (...) foi publicado. Provavelmente não existe nenhum. Os arquivos recém-liberados incluem um manual explicativo sobre assassinato, com 22 páginas, que diz: “Nenhuma instrução de assassinato jamais deve ser escrita ou registrada”. (WEINER, 1997).

Os crimes nunca foram cometidos porque acabaram tornando-se desnecessários. Em vez disso, a CIA pagou oficiais do exército guatemalteco para que não resistissem ao golpe e atingiu os oficiais recalcitrantes, assim como alguns dos que estavam na “lista de descarte”, com uma “guerra de nervos”<sup>24</sup> em 1953 e 1954. Como dizem hoje as notas do histórico do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre a Guatemala, “The army refused to defend the Arbenz government when a U.S.-backed group led by Col. Carlos Castillo Armas invaded

---

<sup>23</sup> Arbenz havia promulgado em junho de 1952 um projeto de reforma agrária que incluiria a expropriação de 90 mil hectares de terras não utilizadas pela *United Fruits Co.*, a maior empresa norte-americana na região.

<sup>24</sup> A guerra dos nervos envolvia “mandar-lhes ameaças de morte, telefonando-lhes – de preferência entre 2 e 5 horas da madrugada – com avisos de gelar o sangue e denunciando-os a seus partidários com acusações que iam de traição à sonegação de impostos” (THE NEW YORK TIMES, 1997).

the country from Honduras in 1954 and quickly took over the government”<sup>25</sup> (U.S.D.S., 2006). O Departamento de Estado só não menciona o fato de que os militares estavam na folha de pagamento da CIA e ali continuaram durante décadas seguintes.

O grande defensor da democracia, os Estados Unidos, derrubaram um governo constitucionalmente eleito, que estava apenas empreendendo reformas que visavam a pôr um fim à exclusão social em que a maioria da população indígena vivia. Não havia nenhuma evidência de ligações de Arbenz com o comunismo. Na verdade, a irritação de Washington tinha outro motivo. O governo progressista de Arbenz havia tomado medidas contrárias aos interesses da empresa norte-americana instalada no país, United Fruit (LAFEBER, 1997).

O argumento da penetração do comunismo na Guatemala está longe de refletir a realidade objetiva. Nas eleições que deram a vitória a Arbenz, o Partido Guatemalteco do Trabalho, nome do partido comunista, obteve quatro cadeiras no parlamento, de um total de 56. A maior influência do partido estava no movimento operário, no qual se destacava na organização de sindicatos e na implementação da reforma agrária. Em termos de poder decisório, nunca chegou a ter uma presença próxima do núcleo presidencial. Na realidade, o grande problema que desencadeou a campanha contra o governo de Arbenz foi a expropriação de terras da UFCO, empresa que mantinha uma importante rede de influências nos mais altos escalões do governo dos Estados Unidos, especialmente em setores vinculados à política externa. Um claro exemplo de favorecimento de interesses privados a partir da ação estatal (AYERBE, 2002, p.111-112).

No entanto, no governo seguinte a relação de Washington com a América Latina sofreu algumas mudanças. O nacionalismo e o ressentimento contra a penetração dos Estados Unidos na região haviam aumentado devido a pouca atenção que o governo americano estava dando aos seus vizinhos latinos<sup>26</sup>, além disso, a vitória em Cuba, em primeiro de janeiro de 1959, de um revolucionário dinâmico, Fidel Castro, aumentou a importância da América Latina na política externa norte-americana. Como disse Ayerbe:

---

<sup>25</sup> “O exército recusou-se a defender o governo de Arbenz quando um grupo apoiado pelos EUA e comandado pelo coronel Carlos Castillo Armas invadiu o país vindo de Honduras em 1954 e rapidamente assumiu o governo”.

<sup>26</sup> Prova disso foram as manifestações de repúdio e oposição por multidões hostis à viagem do Vice-Presidente Richard M. Nixon, a alguns países da região.



As preocupações com a América Latina adquirem prioridade a partir da constatação dos erros das políticas anteriores que, como vimos, enfatizavam o alinhamento político da região em razão da guerra fria, apoiando sem qualquer seletividade todo regime aliado e combatendo aqueles que ensaiavam vãos próprios, sem medir meios e conseqüências de médio e longo prazos causadas pela imposição de opções antipopulares. A revolução cubana aparece nesse momento como um indício do que pode acontecer com outros países caso a política externa dos Estados Unidos continue apostando exclusivamente no intervencionismo (2002, p.116).

Em vista destes acontecimentos, os Estados Unidos passaram a desenvolver novas políticas para a região latino-americana. Para contra-atacar mais apropriadamente a ameaça revolucionária o presidente Kennedy propôs a oportunamente denominada Aliança Para o Progresso (Alpro), uma idealista alternativa democrática para levar o rápido progresso econômico e, portanto, a estabilidade política ao Hemisfério.

Os objetivos da Alpro incluíam um fluxo de capital muito maior para a América Latina, a promoção da democracia política e da justiça social, e a integração econômica latino-americana. Adicionalmente, a Alpro tentava retomar a ofensiva política e estratégica na região, impedindo novos avanços soviéticos, buscando recuperar o perfil da hegemonia dos Estados Unidos no continente. Ela trazia implícita, como já estabelecido na Doutrina Monroe, a premissa de que poderes extracontinentais e ameaças à estabilidade e à influência norte-americana deveriam ser rechaçados.

No entanto, a Aliança naufragou pelos seguintes motivos: ausência de um objetivo comum, desconfiança nacionalista-esquerdista, fragilidade das classes médias latino-americanas, escassez de capital e de administradores latino-americanos, obstáculos burocráticos norte-americanos e incapacidade dos Estados Unidos para modelarem politicamente sociedades estrangeiras (WESSON, 1978, p. 279).

Destarte, a Alpro desapareceu da agenda norte-americana, e, ao invés de democracia, que chegaria pelo caminho do desenvolvimento econômico e das reformas sociais, a América Latina experimentou uma nova onda de instabilidade, que recaía em soluções autoritárias. Como afirma Pecequillo (2003, p. 227): “Em substituição a Alpro, os norte-americanos

voltaram a uma estratégia já experimentada nos anos 50, a destituição de regimes percebidos como de esquerda e o apoio aos governos de direita na América Latina, independentemente de seu caráter autoritário”.

Destarte, utilizando o argumento da “luta contra os comunistas”, os Estados Unidos intervieram – direta ou indiretamente – em países da América Latina sempre que governos locais contrariavam seus interesses.

Com efeito, ao longo da Guerra Fria, sempre que os interesses de Washington estivessem em jogo em determinado país, os Estados Unidos lá “achavam” comunistas para combater. Como relata La Feber (1997), o próprio presidente dos Estados Unidos, Lyndon Jonson, querendo encontrar uma justificativa para intervir na República Dominicana em 1965, ordenou ao FBI que encontrasse qualquer forma de comunistas naquele país. Isso levou a embaixada norte-americana a emitir uma lista altamente contestável contendo o nome de cinquenta e oito “proeminentes comunistas” que participavam da revolta no país. Foi o suficiente para que a Casa Branca desembarcasse cerca de vinte e três mil soldados no país<sup>27</sup>.

Conforme preceitua Noam Chomsky:

Escrevendo sobre a campanha eleitoral de Bosch-Balanguer em 1990, na República Dominicana, Howard French nos diz que Juan Bosch, “um marxista da vida inteira”, “foi retirado do poder num golpe militar, pouco depois de vencer a primeira eleição livre do país, em 1963”, e que seu rival, Joaquín Balanguer, derrotou Bosch na eleição presidencial de 1966. Omitem-se aí alguns fatos pertinentes, entre eles: que não tinha havido eleições livres anteriores por causa das reiteradas intervenções dos EUA, inclusive o prolongado apoio ao assassino e torturador Trujillo, até ele começar a interferir nos interesses norte-americanos; que o “marxista da vida inteira” defendia medidas políticas semelhantes às dos democratas de Kennedy; que os EUA muito contribuíram para solapá-lo e se apressaram a respaldar o novo regime militar; que, quando a população se levantou para restabelecer o regime constitucional em 1965, os EUA enviaram 23.000 soldados, sob pretextos rigorosamente fraudulentos, para evitar a ameaça da democracia, instaurando o regime padrão dos esquadrões da morte, da tortura, da repressão, do trabalho escravo, do aumento da pobreza e da desnutrição, da emigração maciça e de maravilhosas oportunidades para seus investidores, e só tolerando a “eleição livre” de 1966 depois de o terreno ter sido aplainado pelo terror em larga escala (1991, p. 100-101).

---

<sup>27</sup> Segundo La Feber (1997), os EUA só conseguiram uma aprovação relutante da OEA para intervir no país, pois intimidaram os países que participaram da votação.

Esta ligação entre Washington e os regimes militares latino-americanos foi recentemente comprovada através de documentos<sup>28</sup> do Governo Richard Nixon (1969-1974) que mostram detalhes do apoio da Casa Branca ao Planalto no período do presidente Emílio Garrastazu Médice (1969-1974).

Um artigo do jornalista Marcio Aith, *Ligações Secretas*, publicado em abril de 2001, pelo jornal Folha de São Paulo, adverte sobre a existência de tais documentos.

De acordo com Aith (2001) os documentos revelam, entre outras coisas, que em dezembro de 1968 os Estados Unidos viram o fechamento do Congresso e a suspensão dos direitos políticos no Brasil como uma reação lógica a “provocações esquerdistas” e um mal necessário para impedir que o Brasil se transformasse em uma “outra China” (AITH, 2001, p. 4).

Como expressa o jornalista da Folha de São Paulo, dos documentos liberados, o mais antigo é também o mais franco já escrito por uma autoridade norte-americana sobre o AI-5, o ato Institucional de 13 de dezembro de 1968 que fechou o Congresso cassou mandatos e suspendeu direitos políticos. Trata-se de um memorando sobre a situação brasileira escrito a pedido de Henry Kissinger, então conselheiro de Nixon para assuntos de segurança nacional.

O autor do documento seria o general Vernon Walters, que fora adido militar dos Estados Unidos no Brasil durante o golpe militar de 1964. De acordo com Aith (2001), os documentos mostram que Walters foi visto como a maior referência sobre o Brasil na burocracia norte-americana até, pelo menos, 1974<sup>29</sup>. Como relata Walters a Kissinger:

---

<sup>28</sup> Segundo Aith (2001), são cerca de 250 páginas sobre o Brasil, que incluem a correspondência pessoal entre Nixon e Médice, memorandos e transcrições de conversas telefônicas entre autoridades dos dois países. Os registros liberados vão de dezembro de 1969 a julho de 1973 e fazem parte dos arquivos do Conselho de Segurança Nacional de Nixon, que estão nos *National Archives*, em Washington. O material é composto de fitas e papéis que estariam sendo divulgados em etapa pela Casa Branca.

<sup>29</sup> À época do memorando, dezembro de 1969, Walters trabalhava como adido militar norte-americano na França. Já Kissinger se preparava para o início do governo Nixon e, com base em memorandos como esse, mapeava a situação política e econômica em todo o mundo. (AITH, 2001, p. 5)

“Em 1964, um governo hostil foi substituído por um governo amigável e cooperativo, apoiado pelos militares, mas no qual ministros militares eram uma minoria. A oposição logo descobriu que o governo não era repressivo e, depois das eleições de 1966<sup>30</sup> (...), procurou provocar o governo a tomar ações inconstitucionais. Neste mês ela (a oposição) teve sucesso e o governo fechou o Congresso e instituiu a censura (...) Os grupos que se opõem ao presente governo são fortemente hostis aos EUA (...) Os militares no Brasil (...) são na verdade o único grupo no país com força e a organização para combater a subversão que está sendo praticada em escala global. Não podemos nos permitir erros nessa região. Se o Brasil se perder, não será uma outra Cuba. Será uma outra China” (AITH, 2001, p. 6).

Como adverte Richard Ullman (1999, p. 23), apesar da distancia que separava os países latinos de um perigo militar soviético direto, “mientras duro la Guerra Fria, América Latina ocupó um lugar especial em la agenda de los presidentes estadunidenses sobre lo que podia dañarlos”. Na ótica do autor:

El único acontecimiento más calamitoso aún que la “pérdida” [grifos do autor] de un país latinoamericano a manos del comunismo sólo podía ser que ese país se convirtiera además en una base para las fuerzas soviéticas. Con la excepción de Cuba – e incluso entonces sólo sobre una base muy limitada –, tal cosa no ocurrió nunca. La pérdida de un país a manos del comunismo, o incluso su caída bajo la influencia comunista, acarrea grandes costos políticos internos (ULLMAN, 1999, p. 24)

Outro artigo, também publicado pelo jornal Folha de São Paulo, em fevereiro de 2001, refere-se igualmente ao apoio norte americano a regimes ditatoriais latinos, o alvo agora é o Chile, mais especificamente, o Chile de Allende.

De acordo com o artigo da Folha, documentos secretos, divulgados em novembro de 2000, comprovaram o que durante muito tempo suspeitou-se: que os Estados Unidos tramaram e auxiliaram a derrubada de Salvador Allende, presidente socialista do Chile que havia sido eleito em 1970.

Segundo os documentos, o então presidente norte-americano, Richard Nixon, havia prometido fazer “todo o possível para derrubar Allende”, após ter falhado nas tentativas de impedir a sua posse.

---

<sup>30</sup> Governo Costa e Silva que instituiu o AI-5.

Allende morreu em 11 de setembro de 1973, dentro do Palácio la Moneda, sede da Presidência do Chile, durante o golpe liderado pelo general Augusto Pinochet, então comandante do Exército.

Conforme o artigo, entre os documentos divulgados estão as atas de 40 reuniões presididas pelo então chefe do Conselho de Segurança Nacional, Henry Kissinger, para estudar os meios para impedir a posse de Allende e, depois, os meios para provocar sua queda.

Entre as ações dos Estados Unidos para enfraquecer Allende estava o financiamento aos partidos conservadores chilenos e ao principal jornal do país, o “El Mercurio”, no início dos anos 70, para fazer oposição ao presidente.

Os documentos revelaram ainda, segundo a Folha de São Paulo, que a CIA (agência de inteligência dos Estados Unidos) informou o governo norte-americano sobre os planos de Pinochet de assassinar Orlando Letelier, chanceler no governo Allende, que vivia nos Estados Unidos.

No entanto, segundo o artigo, mesmo alertado com antecedência, o embaixador dos Estados Unidos em Santiago não pressionou Pinochet, “alegando que ele poderia tomar como insulto a associação de seu nome a um plano de assassinato político”. Letelier foi assassinado em 1976 em Washington por agentes da Dina (polícia política do regime militar chileno).

Em setembro de 2000, o ex-chefe da Dina, Manuel Contreras, havia relatado que Pinochet o enviou a Washington em 1974 para pedir que a CIA instrísse os agentes chilenos. Segundo a Folha, a CIA admitiu ter tido Contreras como colaborador entre 1974 e 1977.

Segundo Atilio Boron (1994, p. 34), durante um longo período a política externa norte-americana foi orientada por um axioma segundo o qual as ditaduras latino-americanas garantiam melhor a proteção dos seus interesses do que “as turbulentas e instáveis democracias” que ocasionalmente despontavam na região.

Portanto, ainda que de forma indireta e não assumidos abertamente pelo governo norte-americano, existiram apoios a golpes militares e a regimes autoritários na região. Nesta época houve tolerância com governos que, sob um escrutínio maior, não passariam pelo teste dos preceitos democráticos, de liberdade e de respeito aos direitos individuais propagados pelos Estados Unidos. Agora, portanto, a “experiência republicana” – sustentada pelos princípios da democracia e da liberdade – se subordinava à prevenção do comunismo.

O apoio dos Estados Unidos à interminável galeria de déspotas ibero-americanos, responsáveis por maciças violações à liberdade e aos direitos humanos, se converteu numa constante ao longo de todos estes anos. Os “verdadeiros princípios” norte-americanos estavam, portanto, sendo traídos.

Hay una vieja tradición de la política exterior estadounidense hacia América Latina: mientras ésta se encuentre firmemente bajo el control de Washington, la respuesta oficial es la "negligencia benigna", y entonces la región queda relegada a un segundo plano. Sin embargo, en cuanto despuntan algunos síntomas de rebeldía o de insubordinación, esta "irrelevante" región del planeta asciende al primer plano de las preocupaciones de Washington, desplazando rápidamente a otras supuestamente más importantes. Pruebas al canto: bastó que un gobierno socialista moderado fuese democráticamente electo en Chile, en 1970, para que esa misma noche la Casa Blanca emitiese la orden de "hacer chirriar y gritar la economía chilena" y destinase ingentes sumas de dinero para conjurar la amenaza representada por Salvador Allende (BORON, 2006).

Samuel Huntington (1994) adverte, no entanto, que esta política norte-americana começou a mudar. E que esforços na direção de retomar os princípios republicanos começaram a ocorrer entre 1973 e 1989:

No final dos anos 60 e começo dos anos 70, tais medidas ocupavam uma posição subordinada na política externa americana. A proposta ativista da Aliança para o Progresso tinha sido deixada de lado; o governo e o país estavam preocupados com a Guerra do Vietnã; na política externa, o presidente Nixon e Henry Kissinger favoreciam uma abordagem do tipo *realpolitik*. Em 1973, no entanto, a maré começou a se mover na outra direção. A iniciativa da mudança foi do Congresso e começou na última metade de 1973, com a audiência (que durou 15 sessões) do Subcomitê das Organizações e Movimentos Internacionais, coordenado pelo deputado Donald Fraser. O relatório do subcomitê, apresentado no início de 1974, recomendava que os Estados Unidos fizessem da promoção dos direitos humanos uma meta importante da sua política externa (HUNTINGTON, 1994, P. 97).

Essa nova fase na política dos Estados Unidos começou com o governo de Carter em 1977. Segundo Huntington (1994, p. 98), Carter fez dos direitos humanos o tema principal de sua campanha eleitoral, e eles foram um aspecto proeminente em sua política externa em seu primeiro ano de governo: ações presidenciais, discursos e declarações, pelo presidente, pelo secretário de Estado e por outros membros da administração; a suspensão da ajuda econômica a vários países; a promoção organizacional dos direitos humanos na burocracia governamental, enfim, “tudo isso serviu para enfatizar o papel central dos direitos humanos na política externa americana e para colocar os direitos humanos na ‘agenda mundial’ como disse o presidente Carter”.

O governo Carter tentou uma inflexão radical na América Latina. Em seu célebre discurso na Universidade de Notre Dame, o presidente propôs o fim do intervencionismo americano em escala global. Os Estados Unidos ainda possuíam um poderoso estandarte que poderia ser agitado contra os soviéticos: os direitos humanos. “Carter pretendia mudar a face do império agressivo e sem escrúpulo, marca registrada do governo Nixon e de seu assessor Kissinger, e, ao mesmo tempo, colocar a URSS numa posição eticamente incômoda” (SCHILLING, 1984, p. 60).

Tomando como ponto de partida esta prioridade básica, o primeiro passo da nova abordagem foi reformular o relacionamento com o Estados latino-americanos, retirando gradualmente o apoio financeiro fornecido por Kissinger e Nixon a governos reconhecidamente não-democráticos, exercendo pressões diretas e indiretas para a melhora de sua performance em direitos humanos. Além disso, procurou estabelecer uma nova agenda para o relacionamento que abrangesse tópicos de interesse comum: economia, não-intervenção, não-proliferação, imigração, drogas, disputas territoriais e democracia. Em termos de decisões específicas, os Estados Unidos assinaram a Convenção de Direitos Humanos da OEA e o Protocolo I do Tratado de Tlatelolco, encaminhando, também, as discussões para a devolução do Canal de Panamá, uma possível reaproximação com Cuba, além da viagem de Carter à região (PECEQUILO, 2003, p. 229).

Segundo Ayerbe (2002), a intenção do governo Carter era mudar a imagem do país, que estava abalada devido aos seguintes eventos: escândalo de Watergate, intervenção no Vietnã e pela ligação norte-americana às ditaduras reacionárias do terceiro mundo. “O novo governo

procurará mudar essa imagem apresentando-se como defensor da democracia, dos direitos humanos e da autodeterminação das nações” (2002, p. 192). E prossegue:

Na América Latina, onde os regimes militares tornaram-se predominantes, será deflagrada uma campanha em favor do respeito aos direitos humanos instrumentada pela OEA, que organizará visitas a países cujos governos são acusados de promover tortura, assassinato, desaparecimento e demais formas de perseguição aos opositores políticos. As ditaduras de Brasil, Chile, Argentina e Uruguai serão alvos diretos dessa campanha, em que os Estados Unidos ameaçam com o corte da ajuda econômica e militar caso as denúncias se mostrem verdadeiras e os respectivos governos mantenham a mesma postura.

Na América Central e Caribe, haverá também uma mudança de enfoque. O regime de Somoza na Nicarágua sofrerá pressões crescentes para que inicie um processo de normalização institucional, buscando antecipar-se a uma saída revolucionária em que a Frente Sandinista seria a principal beneficiária. Em 1977, é assinado um tratado com o Panamá, que dispõe a devolução gradual do canal até 1999. As relações com Cuba também sofrem uma pequena melhora. Eliminam-se as restrições para que os cidadãos americanos viajem ao país e assina-se um acordo de "cessão de interesse" pelo qual Cuba abre escritório em Washington e os Estados Unidos em Havana, o que representa um início de contato diplomático (2002, p. 193).

Obviamente, esses temas respondiam às prioridades dos Estados Unidos e não especificamente à agenda latino-americana, uma vez que na América Latina, os chamados problemas globais não eram prioridade, como o eram as questões referentes a problemas estruturais, como a questão da dívida externa, dificuldades quanto à modernização e ao crescimento, entre outras.

A política de Carter acabou por não vingar, e as eleições de 1980 conduziram ao poder um representante da extrema-direita, Ronald Reagan, onde se observou um retrocesso na política norte-americana, não apenas em suas relações com a União Soviética, mas também com a América Latina.

Ronald Reagan (1981-1989), rebaixou a importância dos problemas dos direitos humanos nos regimes “autoritários” na América Latina e enfatizou a necessidade de desafiar os regimes comunistas:



Reagan assumiu com a determinação de diferenciar sua política externa da de seu antecessor. Um dos elementos de tal distinção foi sua crítica à maneira pela qual Carter encarava os direitos humanos, porque ‘centrava-se nos abusos aos direitos humanos e não nos sistemas políticos que não respeitavam tais direitos humanos (HUNTINGTON, 1994, p. 98)

Nenhum presidente estadunidense recorreu mais ao discurso do “combate ao comunismo”, a fim de satisfazer os interesses norte-americanos, do que Ronald Reagan. O presidente americano havia colocado em prática uma oratória inflamada para reconstruir o consenso que havia sido desfeito com a Guerra do Vietnã e assim conseguir apoio às intervenções do país. Destarte, ao mesmo tempo em que Reagan caricaturava a União Soviética como o “império do mal”<sup>31</sup>, o mesmo costurava alianças com os regimes ditatoriais mais brutais (COHEN, 1993).

O enunciado do governo Reagan foi esboçado pela embaixadora junto a Organização das Nações Unidas (ONU), Jane Kirkpatrick, que buscava estimular a aproximação do seu país com as ditaduras militares, classificadas pelo eufemismo de “autoritárias” e, portanto, com possibilidades de receberem auxílio militar, político, econômico e diplomático dos Estados Unidos, ao contrário dos regimes socialistas em geral, classificados de totalitários (SCHILLING, 1984).

Segundo Carothers, vice-presidente de Estudos da Fundação Carnegie para a Paz Internacional [*Carnegie Endowment for International Peace*]:

When the Reagan administration took office in 1981 it found Central America in a state of revolutionary ferment. Nicaragua had fallen to the leftist Sandinistas in 1979, and El Salvador and Guatemala were under attack by leftist rebels, while Honduras and Costa Rica watched nervously from the sidelines. The early Reagan team, which was preoccupied with worldwide growth of Soviet power, saw Central America as a prime target of Soviet and Cuban expansionism. The administration was determined to oppose the further spread of leftism in the region and formulated a two-part policy response: first, militarily bolstering the governments that were under ongoing or potential attack by leftist rebels - particularly El Salvador, Honduras and Guatemala; and second, exerting military pressure against the Nicaragua government to cease whatever support it was giving to rebels in

---

<sup>31</sup> Ronald Reagan, no ápice de sua cruzada anticomunista, referia-se à União Soviética como “império do mal” (ou “império do mau” – depende de quem o cita).

neighboring countries or to give up power altogether<sup>32</sup>(CAROTHERS, 1993, p. 92).

No entanto, como é sabido, a segurança norte-americana nunca esteve de fato ameaçada pelos movimentos revolucionários da América Latina. Na verdade, todos os movimentos nacionalistas que surgiam em países do hemisfério ocidental e que por ventura contrariassem os interesses econômicos de Washington eram tachados de comunistas pelo governo Reagan, sujeitos, portanto, a represálias (RYAN, 2000).

Nesse sentido, a despeito dos massacres e assassinatos que são imputados ao exército de El Salvador, Reagan não hesitou em apoiá-lo na campanha contra os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. O presidente tampouco titubeou ante a decisão de invadir unilateralmente a pequena ilha de Granada em 1983 para tirar do poder um governo “amigo” de Cuba, instalando no país um governo pró-Estados Unidos<sup>33</sup> (LA FEBER, 1997).

Sob a visão maniqueísta de Reagan, qualquer país que tentasse empreender políticas independentes de Washington, principalmente em seu “quintal”, era repreendido. Talvez o exemplo mais emblemático seja o da Nicarágua. Desde a revolução de 1979, os sandinistas estavam melhorando todos os índices sociais da Nicarágua<sup>34</sup>. As políticas postas em prática pelo grupo, contudo, iam de encontro ao receituário neoliberal do governo Reagan. Logo, não

---

<sup>32</sup> Quando a administração Reagan assumiu em 1981, encontrou a América Central em estado de fermento revolucionário. Nicarágua estava sob o domínio da esquerda sandinista em 1979, e El Salvador e Guatemala estavam sob o ataque de rebeldes de esquerda, enquanto Honduras e Costa Rica assistiam nervosos de uma linha secundária. O início da era Reagan, que estava preocupado com o crescimento do poder soviético no mundo, via a América Central como o alvo principal do expansionismo soviético e cubano. A administração estava determinada a conter a expansão adicional do esquerdismo na região e formulou uma resposta política de duas partes: primeiro, militarmente, sustentando que os governos estavam sob o ataque contínuo de esquerdas rebeldes – particularmente El Salvador, Honduras e Guatemala; e segundo, exercendo pressão militar contra o governo da Nicarágua para que cessasse qualquer apoio que ele estivesse oferecendo para rebeldes de países vizinhos ou deixasse o poder completamente.

<sup>33</sup> Segundo La Feber (1997), cinco anos após a invasão americana em Granada e 110 milhões de dólares despejados no país, os políticos desta ilha caribenha eram anticomunistas. Porém, a economia do país estava mergulhada em depressão e alto desemprego. Mas, isso não importava para Washington.

<sup>34</sup> Segundo Ryan, Os sandinistas, reduziram o analfabetismo a 13% da população, ganhando um prêmio da UNESCO por isso. Quando no governo do ditador Somoza, essa porcentagem chegava a 50%. Além disso, aumentaram o número de escolas em 127%, 61% a mais de professores. Os serviços médicos, por sua vez, eram disponibilizados a toda população gratuitamente. Reduziu-se, ademais, o número de morte infantil em 90%. Progressos esses reconhecidos até pelo BID. De acordo com Ryan, a hipocrisia dos EUA chegava a tal ponto que, Reagan insistia para que os sandinistas introduzissem a democracia na Nicarágua, ao mesmo tempo em que Washington apoiava países vizinhos que eram extremamente autoritários como El Salvador e Guatemala. (2000, p. 177-79).

demorou muito para que o presidente republicano “descobrisse” ligações entre Nicarágua e a União Soviética e alertasse o povo americano sobre o perigo do eixo URSS-Cuba-Nicarágua.

Como salienta Ryan:

US security was never really threatened by the Sandinistas or any other revolutionary group during the 1980s [...] But Reagan, bound by Cold War straitjackets and US absolutism [...] had to situate the Nicaraguan revolution in the ideological East to legitimate US aggression [...] in the extreme bipolar vision of the Reagan doctrine, any assertion of independence, especially in the US ‘backyard’ was intolerable [...] Nicaragua threatened US hegemony, providing a role model that was inappropriate for the periphery, undermining neo-liberal modernisation and internationalism<sup>35</sup> (2000, p. 167, 174 e 180).

Assim, quando o escândalo do “Irã-Contras” veio a público em 1986, mais de 40 mil nacionais da Nicarágua haviam perdido suas vidas. Entre 1981 e 1988, treinados pela CIA, os “Contras” tinham destruído praticamente todo o país, desde pontes, portos e instalações de petróleo até centros escolares e de saúde. Em 1986, a Corte Internacional de Justiça chegou a condenar os Estados Unidos por ferir o direito internacional ao intervir nos assuntos internos de outro país. Washington simplesmente ignorou a decisão (RYAN, 2000).

Com efeito, ao longo da Guerra Fria, a defesa da democracia contra o totalitarismo restringia-se ao plano da retórica. Na prática, Washington realizava alianças com qualquer espécie de governo para derrotar os soviéticos. Assim, a despeito de isso ocorrer com maior freqüência na América Latina, os Estados Unidos agiram da mesma forma em várias regiões do mundo. O suporte norte-americano ia desde a ajuda a ditadores nas Filipinas, até a cooperação com o governo responsável pelo regime de *apartheid* na África do Sul (LAFEBER, 1997).

---

<sup>35</sup> A segurança dos Estados Unidos nunca foi realmente ameaçada pelos sandinistas ou qualquer outro grupo revolucionário durante os anos oitenta (...) Mas Reagan, ligado á camisa de força da Guerra Fria e ao absolutismo dos Estados Unidos (...) teve que situar a revolução nicaragüense na ideologia do leste para legitimar a agressão dos Estados Unidos (...) na visão bipolar da Doutrina Reagan qualquer afirmação de independência, especialmente no “jardim” dos Estados Unidos era intolerável (...) Nicarágua ameaçava a hegemonia dos Estados Unidos, fornecendo um modelo que era inapropriado para a periferia, solapando a modernização e o internacionalismo neo-liberal.

Para o professor César Guimarães (2000), durante a Guerra Fria, países e blocos considerados democráticos eram aqueles destinados a conter o comunismo. Assim, desde que o conjunto contivesse objetivos democráticos, os Estados Unidos não consideravam um problema apoiar Estados autoritários na luta contra comunistas. O todo conferia significado às partes, ou como lembra o professor Guimarães ao fazer alusão a Maquiavel, os fins justificam os meios.

Assim, se, por um lado, a Contenção foi realmente necessária para combater os soviéticos, por outro, ela serviu aos interesses norte-americanos dentro de sua esfera de influência – a qual, diga-se de passagem, correspondia a quase todo o globo.

No entanto, no final de 1981, sob pressão do Congresso e diante das “transições democráticas na América Latina”, o governo norte-americano começou a modificar sua posição, passando a promover ativamente mudanças democráticas tanto nas ditaduras comunistas como nas não-comunistas e, simbolizando o seu compromisso na criação do Fundo Nacional para a Democracia (NED). Segundo Huntington (1994, p. 98) “No final tanto o governo Carter quanto o governo Reagan tiveram atitudes ‘moralistas’ na promoção da democracia no exterior”.

Boron (1994, p. 35) atribui esta mudança política à “ameaça” que naquele momento representavam a liderança soviética de Mikhail Gorbachev e a probabilidade de uma exitosa reforma econômica e política na União Soviética<sup>36</sup>. No entendimento do autor, foram essas ameaças que acabaram por colocar “Washington na defensiva, obrigando-o a robustecer a decadente credibilidade e consistência políticas de sua pregação a favor da democratização dos países do leste” que,

---

<sup>36</sup> Gorbachev anuncia a Perestroika, que representa notável abrandamento da censura e a Glasnot, que introduz critérios de eficiência na gestão da economia.

de fato, se achava seriamente deteriorada pela “atração fatal” [grifos do autor] que os sucessivos governos norte-americanos haviam sentido pelos ditadores do Terceiro Mundo – recorde-se suas relações “especiais” [grifos do autor] com Marcos nas Filipinas, com Xá no Irã, com Mobutu e um sem-números de déspotas na África e a tradicional galeria de tiranos latino-americanos –, o que requeria uma clara redefinição da política externa em relação a estes regimes, estabelecendo novas agendas e identificando novos aliados e adversários.

Na ótica do autor, somente deste modo poderia a diplomacia norte-americana intervir com eficácia na “irreversível decomposição do Pacto de Varsóvia<sup>37</sup>, liquidando a velha pugna com a superpotência soviética e precipitando – em função do interesse supremo – uma súbita e inesperada mudança de política com as renascentes democracias latino-americanas” (1994, p. 35-36).

Como será analisado adiante, com as transições democráticas na América Latina, a política de intervenção, sob o pretexto do combate ao comunismo, se modifica. Washington passa a fomentar “a democracia” na região, o que não impede, contudo, que as práticas intervencionistas continuem.

En gran parte da América Latina sigue existiendo la preocupación de un posible intervencionismo estadounidense, ya no justificado por lo anticomunismo, sino motivado por los derechos humanos, la democracia, el narcotráfico, el deterioro ambiental o la proliferación de armas mortíferas (LOWENTHAL, 1999, p.128).

Em suma, desde a Doutrina Monroe, em 1823, a política externa dos Estados Unidos vem desenvolvendo um histórico de intervenções e interferências na região, justificados pela crença na incapacidade dos estados latino-americanos em definir um rumo estável na direção da liberdade política e econômica, cujas fragilidades poderiam gerar situações propícias às ambições hegemônicas de potências extracontinentais.

Assim, se até a Segunda Guerra Mundial, a preocupação norte-americana com a América Latina baseava-se no “perigo da recolonização européia”, quando os Estados Unidos e a

---

<sup>37</sup>Aliança militar entre os países europeus alinhados com a URSS, firmado na capital da Polônia, em 1955, que estabelecia o compromisso de ajuda mútua em caso de agressões armadas de outras nações. Foi o principal instrumento da hegemonia militar da URSS, opondo-se à OTAN, que reúne o bloco capitalista.

União Soviética se defrontam como as duas superpotências mundiais, foi a ameaça do “comunismo internacional” que passou a inquietar os norte-americanos.

Pode-se observar que, em ambos os casos, o problema é o mesmo: preservar a solidariedade das Repúblicas americanas, segundo as razões de Estado dos governantes norte-americanos, contra a “agressão externa”, ou seja, em todas as situações surge e ressurge o significado do monroísmo:

Por excluir a presença política e territorial dos europeus no Hemisfério Ocidental e, em conseqüência, garantir o domínio e liberdade de movimentos dos Estados Unidos, a Doutrina Monroe é a mais ambiciosa proclamação unilateral de uma esfera de influência, nos tempos modernos (MORGENTHAU, 1969, p.13).

Agora, entretanto, com o final da Guerra Fria, desaparece o perigo do inimigo externo – seja ele a recolonização europeia ou o comunismo oriental –, e, com ele, as justificativas (ou as razões) norte-americanas utilizadas desde o século XIX para exercer hegemonia na região. Deste modo, a questão que se coloca é a seguinte: Sem a Guerra Fria, como justificar, interna e externamente, a política externa expansionista dos governos norte-americanos seguintes?

### **2.3 A Segunda Guerra Fria**

Em 1947, o mais pessimista dos estrategistas norte-americanos certamente não apostaria que o confronto bipolar duraria tanto tempo. A superioridade norte-americana era incontestável em todos os aspectos. A segunda potência mundial, a União Soviética, poderia se dizer, estava a “anos luz” dos Estados Unidos em matérias de recursos de poder. Isso não era segredo para ninguém, nem mesmo para Kennan, o idealizador da contenção.

Russia will remain economically a vulnerable, and in a certain sense an impotent nation, capable of exporting its enthusiasms [...] unable to back up those articles of export by the real evidences of material power and prosperity [...] Russia, as opposed to the Western world in general, is still by far the weaker party (KENNAN, 1947, p.123-126).

No entanto, os mesmos estrategistas e o próprio Kennan provavelmente não estariam tão seguros no final dos anos 1970. Com efeito, a supremacia norte-americana foi declinando ao longo desses trinta anos de Guerra Fria. O declínio econômico relativo de Washington, que já

vinha sendo desafiado pelo crescimento dinâmico da Europa e do Japão desde os anos 1960, ficou patente na década de 1970<sup>38</sup>.

Desde o início da Guerra Fria, o confronto bipolar nunca esteve mais equilibrado do que no final da década de 1970. Pela primeira vez durante o conflito, a URSS havia atingido a paridade estratégica com os Estados Unidos<sup>39</sup>. Além disso, os soviéticos estavam expandindo sua área de influencia para a periferia do sistema internacional.

Com efeito, entre 1968 e 1973, com o fim da “era de ouro” do crescimento capitalista, começou a crise da hegemonia norte-americana. Os Estados Unidos chegaram ao final dos anos 70 exatamente no mesmo ponto em que estavam no seu início: perdendo poder e espaço para os comunistas e mergulhados em uma onda generalizada de pessimismo e mal-estar nacional. Nas palavras de Fiori:

Naqueles anos [anos 70], os americanos apanharam em todos os planos e em todos os cenários mundiais. No sudeste asiático, a derrota no Vietnã foi seguida, em dominó, pela vitória dos comunistas em toda a Indochina concluída em 1974 e 1975. no Sul da Ásia, os americanos perderam o controle dos conflitos entre a Índia e o Paquistão. No Oriente Médio os Estados Unidos perderam o seu principal aliado, em 1979, com a vitória da Revolução fundamentalista no Irã e ainda foram obrigados a suportar o humilhante episódio do seqüestro de seus diplomatas ocorrido na mesma hora em que a OPOP infringia um novo ‘choque energético’ [grifos do autor] nas economias capitalistas. Na África, o fracasso do neocolonialismo e a libertação das ex-colônias portuguesas foram dando lugar a regimes independentes de orientação socialista na Etiópia, Somália, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Daomé, Madagascar, Zimbabwe e Zaire . Na América Central, multiplicaram-se as guerras civis em El Salvador, Guatemala e Nicarágua, culminando com a vitória sandinista na Nicarágua. Na Europa, houve a queda dos regimes ditatoriais da Grécia, Portugal e Espanha (1997, p. 113-114).

Desse modo, mais do que em qualquer outro momento da Guerra Fria, os Estados Unidos precisavam conter os soviéticos e, assim, reverter os ganhos políticos e militares do rival comunista. Nesse sentido, quando Reagan assumiu a presidência, em 1981, os Estados Unidos estavam numa posição de recuo:

---

<sup>38</sup> No plano econômico, além do declínio da participação americana na produção mundial e o crescente endividamento externo em função dos compromissos estratégicos externos e excesso de consumo, a economia norte-americana sofreu forte impacto com dois choques de petróleo na década de 70.

<sup>39</sup> Além disso, a União Soviética havia atingido a paridade com os Estados Unidos em relação aos lançadores de mísseis em 1971, chegando a 25% de superioridade em 1976 (HOBSBAWN, 1999).

By early 1981, when Ronald Reagan entered the White House the world had undergone change [...] Détente facilitated increased multipolarity in the world order. US hegemony was eroded as Europe and Japan gained a greater proportion of global wealth and greater independence in the conduct of their foreign policies (RYAN, 2000, p.162-164).

Neste momento, uma reavaliação na política exterior norte-americana se fazia necessária, uma vez que o predomínio dos Estados Unidos estava diminuindo em quase todo o cenário mundial. Kissinger diz:

A superioridade nuclear dos Estados Unidos estava diminuindo, e sua supremacia econômica era desafiada pelo dinâmico crescimento da Europa e Japão, restaurados ambos com recursos norte-americanos e protegidos por garantias de segurança dos Estados Unidos. O Vietnã finalmente mostrou que já era hora de reavaliar o papel dos Estados Unidos no mundo em desenvolvimento e de encontrar algum terreno firme entre a retirada e a expansão excessiva (1995, p. 697).

Ronald Reagan, por sua vez, cômico do declínio do país, fez da contenção do “império do mal” e do resgate da superioridade estratégica dos Estados Unidos o objetivo único de sua política externa. Para atingir este objetivo, Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos prometendo varrer a mancha de humilhação sentida pelos Estados Unidos nos anos 1970. Nas palavras de Cohen, Reagan “...offered himself as their leader at a time when their economy was a shambles, when they were still heartsick from defeat in Vietnam and from the humiliation of the Iranian hostage crisis” (1993, p.219).

Assim, adotando um discurso “confrontacionista”, o presidente republicano reavivou a disputa bipolar. Os Estados Unidos trataram de recuperar a dimensão anti-soviética da política externa, inflamando a retórica ao máximo contra o modo de vida representado pela União Soviética e questionando a integridade e durabilidade do sistema soviético. Como salienta LaFeber (1997), a política externa do governo Reagan era simples e direta: “baseava-se única e exclusivamente na oposição à União Soviética”.

Com esse discurso, Reagan foi capaz de arregimentar o apoio da opinião pública americana em torno de sua política externa. Então, quando muitos pensavam que o confronto bipolar estava próximo do fim, o governo Reagan deu início ao período conhecido como



“Segunda Guerra Fria”. Assim, entre 1981 e 1985, a Doutrina da Contenção fora alçada novamente ao centro da política externa norte-americana. Como sustenta Kissinger (1995, p. 762): “Reagan justificó la resistencia al expansionismo soviético mediante un estilo de insistente enfrentamiento. (...) Reagan desdeñó la timidez de Carter, considerándola como derrotismo”.

O governo Reagan desenvolveu um programa estratégico que tinha os seguintes pontos fundamentais: 1) forçar a União Soviética a entrar em defensiva estratégica, a fim de consolidar a supremacia militar e econômica dos Estados Unidos, para isso recorreu-se à intensificação da corrida armamentista (com destaque para o programa “Guerra nas Estrelas”) e a ameaças de “guerra nuclear localizada”; no limite, o objetivo era derrotar o que Reagan chamava de “Império do Mal”, radicalizando a Doutrina Truman; 2) estancar os gastos com as despesas sociais, que seriam compensados pelo aumento nos gastos militares; 3) buscar a formação de acordos com Japão e Alemanha, que dessem fim às represálias econômicas e permitissem a “liberalização” do comércio mundial – o que na verdade os Estados Unidos queriam, sob esse disfarce, era abrir espaço para as mercadorias norte-americanas.

Ao mesmo tempo, Reagan pôs em prática o chamado “keynesianismo bélico”, elevando os gastos militares dos Estados Unidos de uma média de 292 bilhões de dólares - da administração Carter - para cerca de 386 bilhões de dólares ao longo de oito anos de governo (CENTER FOR DEFENSE INFORMATION, 2001-2002). Assim, se a “mão invisível” de Adam Smith dirigia a economia civil norte-americana, a economia militar era sustentada pela “generosa mão” do Estado. LaFeber confirma isso quando diz que nos primeiros cinco anos do governo Reagan “... his foreign policy largely turned out to be his military budget” (1997, p.301).

Era a tentativa dos Estados Unidos recuperarem sua hegemonia abalada. Na medida em que, a recuperação econômica a la Reagan tinha como locomotiva a expansão e

aperfeiçoamento da indústria bélica, o objetivo econômico se fundia com o objetivo estratégico de colocar a União Soviética na defensiva e favorecer a retomada da ofensiva pelos Estados Unidos. “Em termos de política externa, a ofensiva norte-americana reproduzira os primeiros momentos da contenção, permitindo ao país passar da posição defensiva e reativa dos anos 70 para uma de agressividade e combatividade aberta novamente” (PECEQUILO, 2003, p. 206).

Assim, partindo da ‘avaliação’ de que a causa básica de todos os males do mundo e da sociedade americana era a decadência econômica e político-militar dos Estados Unidos e a supremacia militar do campo liderado pela União Soviética – ainda que não houvesse essa supremacia soviética, pois, na questão militar, a União Soviética mantinha uma postura essencialmente defensiva, sempre indo atrás dos Estados Unidos –, Washington elaborou uma plataforma que tinha como eixo central a recuperação da ofensiva e da superioridade nesses dois terrenos. Diziam esses setores que se tratava de recuperar a “dignidade e o brio norte-americanos”. Com esse objetivo, manipularam, até a exacerbação, os valores e a dignidade nacionais construídos historicamente pelo povo daquele país, despertando, em consequência, o sentimento chauvinista de grande potência, base fundamental para a vitória de Reagan (SOUZA, 2001).

#### **2.4 América Latina: Mudança da estratégia**

No que se refere à América Latina, a política de Reagan destacou-se pelo apoio dado aos movimentos contra-revolucionários envolvidos nas lutas de libertação nacional, oferecendo ajuda para qualquer grupo identificado como “defensor da liberdade”. A administração de Reagan converteu a bacia do Caribe em um objeto prioritário de sua política exterior. O setor reacionário e conservador da classe dominante, que assumiu o poder em 1980, partia do critério de que a deficiência da administração anterior, Carter, havia permitido um expansionismo soviético intolerável no Terceiro Mundo e que os acontecimentos na América

Latina – especialmente as revoluções da Nicarágua e Granada e o auge das lutas populares em El Salvador – eram um exemplo disso. Assim, era imprescindível lançar uma ofensiva em toda a sub-região.

Deste modo, em maio de 1980, um grupo de políticos, intelectuais e militares norte-americanos, elaboraram um documento que seria o principal roteiro da política estadunidense para a região neste período, o “Documento de Santa Fé”. Tal documento propunha uma revitalização da Doutrina Monroe, reforçando novos acordos militares e de segurança na região. Conforme sua introdução:

Tanto la defensa de la soberanía de una nación como la preservación de la identidad cultural de un pueblo son fundamentales para garantizar su supervivencia. Estos dos elementos están siendo suprimidos y esterilizados por el comunismo internacional. Sólo una política norteamericana dirigida a preservar la paz, a promover la producción y a lograr la estabilidad política, puede salvar al Nuevo Mundo y garantizar la posición global de poder de Estados Unidos, la cual descansa sobre una América Latina segura y soberana. El continente americanos se encuentra bajo ataque (DOCUMENTO SANTA FÉ I, 2007).

Entre outras considerações, o documento pregava a necessidade de anular a Teologia da libertação na América Latina, abandonar a atitude de tentar impor a democracia como alternativa aos governos autoritários e abandonar a política de direitos humanos em nome de uma política não intervencionista de realismo político.

La política exterior de Estados Unidos debe empezar a contrarrestar (no a reaccionar en contra) la Teología de la Liberación, tal como es utilizada en América Latina por el clero a ella vinculado. El papel de la iglesia en América Latina es vital para el concepto de libertad política. Desafortunadamente, las fuerzas marxistas-leninistas han utilizado a la iglesia como un arma política en contra de la propiedad privada y del capitalismo productivo, infiltrando la comunidad religiosa con ideas que son menos cristianas que comunistas. (...) Estados Unidos debe rechazar la suposición errónea de que, frente a los gobiernos autoritarios, puede desarrollar e imponer fácilmente alternativas democráticas al estilo norteamericano, así como dejar de lado la convicción igualmente conflictiva de que, en tales situaciones el cambio per se es inevitable, deseable y del interés norteamericano. Esta creencia ha inducido a la Administración Carter a participar activamente en el derrocamiento de gobiernos autoritarios no comunistas, a la vez que adoptaba una posición pasiva frente a la expansión comunista. (...) La política de derechos humanos, que constituye un concepto cultural y políticamente relativo que la presente Administración ha utilizado para intervenir a favor del cambio político en algunos países de este Hemisferio, afectando de manera adversa la paz, la

estabilidad y la seguridad de la región, debe ser abandonada y reemplazada por una política no intervencionista de realismo político y ético. (...) Una política de derechos humanos ideológicamente motivada y aplicada de manera selectiva en detrimento de los derechos humanos correctamente concebidos. Ha costado amigos y aliados a Estados Unidos, y nos ha hecho perder la influencia en países importantes de América Latina. Incluso ha contribuido a la desestabilización y la pérdida, o pérdida prospectiva, de países como Nicaragua, El Salvador, Guatemala y Costa Rica (DOCUMENTO DE SANTA FÉ I, 2007).

Reagan temia o chamado “efeito dominó” que, com as mudanças ocorridas na Nicarágua e Granada e a crescente instabilidade em El Salvador e Guatemala, poderia levar a uma onda revolucionária capaz de arrastar o México e penetrar no próprio Estados Unidos, pelas grandes comunidades negras e hispânicas (AYERBE, 2002).

Na ótica de Chomsky (1991), o pressuposto central da “teoria dos dominós”, precariamente ocultado, seria que o “vírus do comunismo” poderia ser capaz de espalhar-se através do efeito demonstração de um desenvolvimento independente bem-sucedido. “Às vezes, os inimigos realmente são monstros retratados. Às vezes, saem-se bem melhor numa competição com os ‘moderados’ preferidos” (1991, p.79).

Neste sentido o exemplo da Nicarágua pode ser emblemático, uma vez que, embora o governo Reagan retratasse os sandinistas como ditadores marxistas-leninistas com vínculos com terroristas internacionais, os sandinistas fizeram da misericórdia e da democracia seus princípios condutores.

Um mês após tomar o poder<sup>40</sup>, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) criara uma suprema corte de sete membros, com três juízes do partido sandinista, três de partidos de oposição e um juiz apartidário. O novo governo também criou o Estatuto Fundamental dos Direitos e Garantias do Povo Nicaragüense.

Este documento extraordinário, comparável ao preâmbulo da Declaração de Independência dos EUA e à Lei dos Direitos, incorporou, muitas vezes literalmente, provisões fundamentais das Convenções da ONU sobre Direitos Cíveis e Políticos e Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,

---

<sup>40</sup> Em 1936, o ditador Anastásio Somosa Garcia assumiu o controle do governo da Nicarágua, depois de um sangrento golpe. Ele e depois seus filhos permaneceram no poder até 1979, quando a FSLN tomou o poder em outro levante também sangrento.

reconhecendo-as como vinculadoras da ordem legal. Mas foi além delas ao dar enorme ênfase ao ‘direito à vida’ (artigo 5), descrito como ‘inviolável e inerente à pessoa humana’. A pena de morte, estabelecida pelo artigo 38 da constituição de 1974 de Somoza, foi abolida para todos os crimes, mesmo em época de emergência nacional (REDING, 1991).

Outro feito dos sandinistas foi anunciar, após tomar o poder, que realizariam eleições assim que possível, antes de 1985 – e depois cumpriram a promessa. Derrubando uma lei eleitoral de Somoza que reservava um terço dos assentos no Congresso para o partido Conservador governante, garantiram o direito de formar partidos políticos e tornaram mais fácil registrá-los no governo. A FSLN criou uma Assembléia Nacional Constituinte de 90 membros, eleita por representação proporcional, e cargos executivos – presidente e vice-presidente – eleitos pelo voto popular. Assim, na Assembléia, cada partido que apresentasse candidatos receberia um percentual das 90 cadeiras igual ao percentual do voto popular que recebesse. Isso, na prática, garantia no mínimo uma cadeira para cada partido de oposição. Da mesma forma, todos os partidos políticos participantes tinham garantido o direito a partes iguais do financiamento público de campanha, a tempo igual no rádio e na televisão, a ter fiscais eleitorais presentes durante o alistamento, a votação e a contagem dos votos (REDING, 1991).

As eleições se realizaram em 4 de novembro de 1984, e a FSLN ganhou facilmente. Três quartos dos eleitores em condições de votar foram às urnas; os dois partidos comunistas de oposição receberam menos de 4% dos votos. Delegações oficiais dos parlamentos irlandês e britânico, entre outros, declararam limpas as eleições (REDING, 1991).

Os Estados Unidos, como principal democracia do mundo e maior defensor dos direitos humanos, deveriam ter exaltado estes eventos; mas, ao contrário disso, como demonstra o site do Departamento de Estado, nem sequer reconhecem a eleição de 1984 quando retrata a história da Nicarágua:

(...) After the departure of U.S. troops, National Guard Commander Anastasio Somoza Garcia outmaneuvered his political opponents--including Sandino, who was assassinated by National Guard officers--and took over

the presidency in 1936. Somoza and two sons who succeeded him, maintained close ties with the United States. The Somoza dynasty ended in 1979 with a massive uprising led by the Sandinista National Liberation Front (FSLN), which had conducted a low scale guerrilla war against the Somoza regime since the early 1960s. (...) The FSLN established an authoritarian dictatorship soon after taking power. U.S.-Nicaraguan relations deteriorated rapidly as the regime nationalized many private industries, confiscated private property, supported Central American guerrilla movements, and maintained links to international terrorists. The United States suspended aid to Nicaragua in 1981. The Reagan administration provided assistance to the Nicaraguan resistance and in 1985 imposed an embargo on U.S.-Nicaraguan trade. (...) In response to both domestic and international pressure, the Sandinista regime entered into negotiations with the Nicaraguan resistance and agreed to nationwide elections in February 1990. In these elections, which were proclaimed free and fair by international observers, Nicaraguan voters elected as their President the candidate of the National Opposition Union, Violeta Barrios de Chamorro <sup>41</sup>(U.S.D.S, 2007).

A omissão se torna compreensível se for considerado o fato de que, durante a maior parte da década de 1980, os Estados Unidos gastaram milhares de dólares, muitos deles ilegalmente, para apoiar de maneira ativa violações aos direitos humanos na Nicarágua e na vizinha Honduras.

A lógica das ações de Reagan na América Latina partia não apenas da idéia de que o que estava acontecendo na região era uma parte essencial do conflito global com o “Império do mal”, mas que, por ser o “quintal” norte-americano, era ali onde os Estados Unidos tinham uma correlação de forças favoráveis e, por tanto, maiores possibilidades de enfrentar o

---

<sup>41</sup> (...) após a retirada das tropas norte-americanas, o Chefe da Guarda Nacional Anastasio Somoza Garcia venceu seus oponentes políticos--inclusive Sandino que foi assassinado pelos oficiais de Guarda Nacional--e assumiu a presidência em 1936. Somoza e seus dois filhos que o sucederam, mantiveram laços estreitos com os Estados Unidos. A dinastia de Somoza terminou em 1979 com uma insurreição volumosa conduzida pela Frente Sandinista de Liberação Nacional (FSLN) que tinha administrado uma baixa guerra de guerrilha de balança contra o regime de Somoza desde o início dos anos 1960 (...) A FSLN estabeleceu uma ditadura autoritária assim que assumiu o poder. As relações entre Estados Unidos e Nicarágua se deterioraram rapidamente porque o regime nacionalizou muitas indústrias privadas, confiscou propriedades privadas, fortaleceu os movimentos de guerrilha na América Central, e manteve vínculos com os terroristas internacionais. Os Estados Unidos suspenderam ajuda para a Nicarágua em 1981. A administração Reagan proveu ajuda para a resistência nicaragüense e em 1985 impôs um embargo no comércio com a Nicarágua (...) Em resposta às pressões doméstica e internacional, o regime Sandinista entrou em negociações com a resistência nicaragüense e concordou com as eleições de âmbito nacional em fevereiro de 1990. Nestas eleições, proclamadas como livres e honestas por observadores internacionais, os eleitores nicaragüenses elegeram como Presidente a candidata da União Nacional Opositora, Violeta Barrios de Chamorro (U.S.D.S, 2007).

adversário e vencê-lo definitivamente. Para isso, portanto, era possível o uso de qualquer método, e assim se formulou a chamada “Doutrina Reagan”.

A Doutrina Reagan de agressivo suporte às insurgências contra-revolucionárias e de exaltado confronto com a União Soviética, era suportada pelo maior acúmulo militar da história dos Estados Unidos. “Entre 1981 e 1983, El Salvador e Honduras recebem, respectivamente, 700 e 300 milhões de dólares para treinamento e compra de armas” (KRYZANEK, 1987, *apud* AYERBE, 2002, p.205).

Segundo Ayerbe (2002), foi nesse período que se iniciou o apoio militar e financeiro à guerrilha dos *contras*, formada por ex-guardas somozistas e mercenários que atuavam na Nicarágua pela fronteira com Honduras.

O pequeno jornal americano *Baltimore Sun*, em 1995 publicou uma série de artigos revelando como a CIA recrutara o General Alvarez para administrar a polícia nacional e as forças armadas hondurenhas no início da década de 1980 e como o General Alvarez, em julho de 1983, organizou um esquadrão da morte especial do exército hondurenho conhecido como o Batalhão 316. Os membros do Batalhão 316, segundo os documentos revelados pelo jornal, foram em parte treinados pela CIA<sup>42</sup>. Treinamento este, de importância fundamental para o sucesso dos Estados Unidos em sua guerra contra o “comunismo” na América Central.

Honduras seria o campo de preparação para armar e treinar os *contras* em sua guerra apoiada pelos Estados Unidos contra os sandinistas. Assim, no início da década de 1980 o país estava tão infestado de militares e equipamentos norte-americanos que foi apelidado de USS Honduras (COHN e THOMPSON, 1985).

Como afirma Ambrose (1992, p.258), a “América Central era casi una obsesión para Reagan. A diferencia de los presidentes anteriores, que habían visto los peligros y los desafíos

---

<sup>42</sup> A missão oficial do agrupamento era a vigilância e a investigação, mas a não-oficial, era o terror por meio de tortura e do ‘desaparecimento’ de hondurenhos pouco cooperativos.

en el este y oeste, en Europa y el bloque soviético, y en Japón y China, Reagan los veía en el sur”.

Assim, a região centro-americana era tida como uma área vital para a segurança nacional dos Estados Unidos e, como tal, foi alvo de políticas concretas que combinavam, em sua implementação, tanto medidas diretas como ações indiretas, dentro das quais, os aparatos de inteligência desempenhavam um papel fundamental. "Foi na América Central que o Pentágono inaugurou o chamado conflito de baixa intensidade, modalidade de guerra contra-insurgente que pretende evitar, para os EUA, os custos políticos e militares registrados no Vietnam. Os EUA entram com as armas, o dinheiro, os planos e os assessores; o país com os soldados" (COSTA *apud* IANNI,1988).

O que é de suma importância para este trabalho, é observar que no início do governo Reagan sustentou-se a idéia de que era ‘necessário’ cooperar com ditadores e juntas militares que, apesar de responsáveis por gravíssimas violações aos direitos humanos, eram anticomunistas e, por isso, parceiros úteis na Guerra Fria. Neste momento, toda a retórica dos seguintes princípios fundadores da República norte-americana, foram desconsideradas:

Desde a fundação da República, os norte-americanos reconheceram que a democracia constitucional fornece a melhor proteção para os direitos humanos em toda a sua extensão. Nosso sistema democrático deu aos norte-americanos o poder de desafiar o seu próprio governo e assegurar mudanças políticas fundamentais. Desde a Guerra Civil até o movimento pelos direitos civis, os norte-americanos exigiram que o seu governo se dedicasse à auto-governabilidade e às liberdades civis sobre as quais este país foi fundado, assegurando desta forma as bênçãos da igualdade, liberdade e justiça (KOH, 2000).

Como observa Samuel Huntington (1997, p. 247), durante a Guerra Fria, o Ocidente, em especial os Estados Unidos, se defrontavam com o problema do “tirano amistoso” e, no entendimento do autor, apesar do mal estar que tal cooperação produzia, especialmente quando tais regimes violavam os direitos humanos, ela era justificada “como o mal menor”.

Ele diz:



Esses governos geralmente eram menos repressivos do que os regimes comunistas e se podia supor que seriam menos duráveis e também mais suscetíveis às influências norte-americanas e de outras origens externas. Porque não trabalhar com um tirano amistoso menos brutal se a alternativa era outro mais brutal e inamistoso? (HUNTINGTON, 1997, p. 247).

Thomas Carothers (2000), considera que neste momento, o estabelecimento de alianças com regimes não democráticos, era uma questão de segurança, oriunda da concorrência com a União Soviética. Segurança essa, que, na ótica de Black, se estenderia inclusive ao mundo dos negócios: “a estabilidade, por conseguinte, só lhes importava onde e quando favorecia um bom clima para os negócios, não os preocupando, efetivamente o caráter do regime, se democrático ou ditatorial, a garanti-la” (BLACK *apud* BANDEIRA, 1989, p.88).

Desta visão, compactua também Chomsky (1991, p. 308), dizendo que não se deve levar a sério a doutrina convencional de que as preocupações de segurança são, provavelmente, o principal fator que molda a política norte-americana para com a América Latina, uma vez que, em memória recente, os Estados Unidos não foram repetidamente invadidos nem praticamente destruídos por inimigos que marchassem pela América Central. Para o autor, “o que os EUA exigem é uma ordem econômica voltada para seus interesses; a forma política que ela assume é basicamente irrelevante, e certamente não se discute o fato de, muitas vezes, os EUA encararem Estados terroristas homicidas de modo muito favorável, quando eles satisfazem os critérios operacionais”.

No entanto, ainda durante a década de 1980, essas intervenções norte-americanas começam a gerar resistência no plano externo e dentro dos próprios Estados Unidos. Na América Central, em 1983, foi estabelecido o grupo de Contadora (formados por Venezuela, México, Colômbia e Panamá), com o objetivo de encontrar uma solução local para o problema da Nicarágua. Outras iniciativas diplomáticas fundamentais foram o Plano Arias para a paz na região, em 1986, e a iniciativa de Cartagena.

No plano interno, as resistências provêm do Congresso, que passa a negar autorização para a ajuda econômica aos *contras* e aos governos ditatoriais de El Salvador e Guatemala.

Com o intuito de evitar essas resistências, a administração Reagan passa a desenvolver várias alternativas, desde o lançamento de um programa de conteúdo econômico, como a Iniciativa para a Bacia do Caribe (*Caribbean Basin Initiative* – CBI), até a concepção de uma Comissão Bipartidária, encabeçada por Henry Kissinger, destinada a buscar um consenso nacional em torno de sua política na América Central, passando finalmente, para a criação do Fundo Nacional para a Democracia (*National Endowment for Democracy* – NED).

No que concerne à criação do NED, ainda que ela esteja inserida dentro destas medidas que buscavam um apoio para a política exterior de Reagan – desprestigiada pelo escândalo Irã-Contras<sup>43</sup> e pelo apoio a regimes ditatoriais violadores dos direitos humanos, como o da Argentina, Chile e El Salvador – sua fundação obedecia a causas muito mais profundas. Como diz Willian Robinson (1996), o setor transnacional da burguesia norte-americana – minoritário dentro da primeira administração Reagan, mas majoritário na segunda e na de seu antecessor (Carter) e sucessores (Bush e Clinton) - haviam chegado a um importante consenso sobre o uso das operações políticas de apoio a seu projeto econômico mundial.

Segundo esta avaliação, a insurgência direitista na política dos Estados Unidos, associada ao auge dos neo-conservadores no início da década de 1980 escondeu um amplo consenso que surgiu nos centros estratégicos de poder dos Estados Unidos, e no estabelecimento da política exterior ao redor de uma agenda transnacional. Este consenso consistia em um novo modelo hegemônico sustentado na aplicação de métodos políticos e ideológicos que garantiriam o controle de Washington sobre países e regiões por meio da transformação das elites e da sociedade civil, para que adotassem uma cultura política similar à norte-americana. O modelo preferido seria a *poliarquia*, noção criada por Robert Dahl<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup>Uma operação ilegal montada por militantes da ultradireita que ocuparam cargos sensíveis em sua administração, especialmente na área da segurança, que consistiu na venda clandestina de mísseis para o Irã e a canalização dos lucros para o financiamento das forças organizadas pela CIA para combater o governo sandinista da Nicarágua

<sup>44</sup> O conceito teórico de *poliarquia*, proposto por Dahl, busca descrever a forma que a democracia pode assumir empiricamente no mundo moderno, caracterizada acima de tudo pela diversidade das condições sociais, culturais

Portanto, como sugere Robinson (1996), na década de 1980, houve uma grande mudança estratégica da política externa norte-americana. A reboque da crise de autoridade dos anos 70, a cúpula da Casa Branca e do Pentágono decidiu redefinir a sua estratégia - o controle direto por força de regimes ditatoriais daria lugar justamente para a “promoção da democracia”. A postura norte-americana, notaram naquele momento, estava criando condições para a explosão de revoluções populares, especialmente na América Latina. A Revolução Sandinista, na Nicarágua, em 1979, teria sido, portanto, a expressão mais evidente desse processo.

Dentro deste programa de influência ideológica, designado oficialmente como Promoção e Proteção de Democracia (PPD), houve consenso em que se deveriam adotar novos mecanismos hegemônicos que permitissem aos Estados Unidos levar a cabo abertamente o que a Agencia Central de Inteligência (CIA) vinha fazendo de maneira secreta e pouco efetiva. Sem eliminar a possibilidade de que a CIA continuaria realizando aquelas operações políticas, que deveriam ser secretas frente à opinião pública norte-americana e mundial, decidiu-se estabelecer em 1983 uma instituição que usaria técnicas sofisticadas, incluindo eleições, ajuda política, e outras operações políticas para obter os mesmos resultados.

Assim surgiu o NED, em 1983, com o objetivo de apreender a maior parte do financiamento e orientação política de partidos políticos, sindicatos, grupos de homens de negócios, meios de comunicação e organizações cívicas que a CIA havia administrado tradicionalmente. Como afirmou o New York Times naquele momento, o NED “é uma combinação de dinheiro do governo, flexibilidade democrática e comprometimento anti-comunista... que mescla fundos públicos com interesses privados” (ROBINSON, 1996, p. 89).

Diferentemente das antigas formas de intervenção, a política de “promoção de democracia” realiza operações estratégicas flexíveis e viáveis, baseadas em cuidadosas

---

e econômicas dos indivíduos e pela multiplicidade de interesses em jogo, e as condições necessárias e suficientes para o seu estabelecimento. Dahl afirma que a democracia se constitui como um modelo ideal, que não existe de fato e emprega o termo poliarquia para referir-se a regimes políticos relativamente democratizados, as democracias reais (DAHL, 1997).

análises de cada país específico. Em uma típica operação, o Departamento de Estado, o NED ou algumas agências “quasi-privadas” fundadas pelos Estados Unidos, realizam pesquisas sobre as condições locais dos países alvos. Frequentemente, uma equipe do Instituto Democrata de Assuntos Internacionais (NDI) ou do Instituto Republicano Internacional (IRI) são enviados aos países alvos e realizam entrevistas com líderes locais, partidos políticos democráticos, grupos civis ou oficiais do governo. Eles avaliam cada setor e suas necessidades – partidos políticos, uniões de comércio, jovens, mulheres, camponeses, grupos civis, etc.

Segundo Robinsom, a partir destas operações é desenhado uma categoria secreta em direção a cada país e região, em sincronia com a política global norte-americana. Depois, um fundo é aprovado pelo NED ou pelo Departamento de Estado e canalizado para coordenação com a embaixada norte-americana nos países alvos. Em seguida, um grupo central e outros intermediários, bem como os grupos recipientes dos países alvos, são instruídos para montar propostas de programas e requerer financiamento. É neste momento que se inicia as operações e o escoamento de dinheiro e, uma vez que o programa de democracia esta totalmente em andamento, o movimento de fundos e funcionários entre Washington e os países alvos torna-se onipresente.

Organização e assessoramento de partidos de massa (*party-building*) seria um dos componentes centrais deste programa. A ênfase é no treinamento de líderes, na construção de estruturas partidárias e na elaboração de estratégias políticas e eleitorais afiadas às condições particulares de cada país que sofreu a intervenção.

Além disso, a maioria dos “Programas de Promoção de Democracia” envolve a penetração na mídia dos países alvos, o cultivo de movimentos de mulheres e jovens, e, em países agrários, organizações camponesas.

Cada um destes setores tem sido considerados pelos especialistas norte-americanos, como setores que apresentam características e linguagens sociais específicas, e requerem discursos individuais dentro do projeto global de intervenção. Em 1986, um relatório da CIA, por exemplo, notou que “o fator juventude” no terceiro mundo é crucial, uma vez que, os jovens tendem a ser receptivos ao “recrutamento de políticas extremistas”. Outro especialista disse: “os jovens de uma população em crescimento podem muito bem desempenhar o papel principal na pressão pela mudança. Eles são mais idealistas e mais impacientes”.

Os programas da mídia também são de importância especial para o programa, uma vez que a revolução da comunicação se estendeu por quase todos os países do terceiro mundo nos anos de 1980 e colocou o rádio, a televisão e os meios de comunicação, entre os principais instrumentos para a penetração do “animal político” em uma nação.

The communications revolution has provided new means of informing and manipulating public opinion, educating a mass public, influencing the culture of a general population and providing various demonstrations effects. It thus makes a major contribution to the shifts in power and social relations in an intervened country, to the relationships between leaders and masses, and between parties and social groups, and to the political behavior in general of the population (ROBINSON, 1996, p. 104).

Ocorre assim, uma especialização setorial na nova forma de intervenção política, cujo principal objetivo é conduzir à criação de um amplo sistema social, cultural, de comércio e de organizações civis nos países alvos, dependente ou favorável às direções norte-americanas, ou ao menos, simpático aos interesses da agenda transnacional.

De acordo com Robinson – que foi repórter da Agência de Notícias da Nicarágua, no período de 1989 e 1990 – nas eleições da Nicarágua, em 1990, Washington ofereceu fundos a líderes e organizações para seguirem a estratégia política norte-americana. “Washington não só escolheu Chomorro como candidata da União Nacional de Oposição (UNO), mas elaborou toda a plataforma com que ela concorreu às eleições” (1993, p. 54).

Grupos de trabalho, formados por homens, mulheres e jovens foram organizados pelo NED, que também pagava os profissionais que ensinavam as táticas políticas necessárias a uma campanha eleitoral, e delineavam as atividades cotidianas desses grupos.

Além disso, o jornal anti-sandinista *La Prensa* e as estações de rádio e TV da oposição anti-sandinista foram financiados e abastecidos com propaganda política da UNO, cujos programas foram desenvolvidos por especialistas pagos com o dinheiro do NED. Robinson diz:

Na linguagem de Washington, as forças da oposição que concorriam contra os sandinistas nas eleições, eram democráticas e independentes (...) Mas, em sua essência, não eram oposição, mas sim um grupo de direita formado pela elite nicaraguense, e que foi cuidadosamente cultivado através dos anos como um instrumento de esforço americano para destruir os sandinistas (1993, p. 55).

Apesar do NED ter sido apresentado como uma opção às intervenções políticas clandestinas da CIA no exterior<sup>45</sup>, na Nicarágua, seus esforços públicos para desenvolver a oposição interna, não só complementaram as antigas estratégias da CIA contra os sandinistas, como foram além da estratégia de conflito de baixa intensidade.

(...) a estratégia dos EUA em relação à Nicarágua, da virtual declaração de guerra de Reagan em 1981 até as eleições de 1990, foi um processo de atrito que usou múltiplas e bem sincronizadas pressões militares, econômicas, políticas, diplomáticas, psicológicas e ideológicas contra a revolução. As sementes da derrota eleitoral dos sandinistas foram plantadas, regadas e fertilizadas durante um período de prolongada guerra contra-revolucionária. A colheita foi a intervenção eleitoral (1993, p.57).

Neste momento, após nove anos da vitória da FSLN, a Nicarágua passava por um período histórico marcado por muitas contradições. De um lado, havia a vitória militar sobre os *contras* e a vitória política nas negociações em busca da paz em várias frentes: no acordo

---

<sup>45</sup> O apoio da CIA a partidos e atividades pró Estados Unidos em outros países havia perdido a credibilidade devido à sua história de golpes políticos e tentativas de assassinato de líderes estrangeiros. Assim, com o NED a interferência política dos EUA em assuntos internos de outros países aparecia agora com cara nova e legitimada.

internacional de Esquipulas II<sup>46</sup> e na convocação para um cessar-fogo com os *contras*, enfraquecidos, mas ainda montados pelo apoio norte-americano. De outro lado, o recrudescimento da oposição interna, com duros ataques do jornal *La Prensa* ao governo, dentro de um clima de liberdade ímpar em um processo revolucionário em curso e em um país assediado por uma guerra.

Guerra que agravava a crise econômica, impedindo que a política social da revolução se ampliasse em benefício das camadas mais pobres da população. A oposição ao governo da Frente ia desde os resíduos direitistas do somozismo e seus aliados simpáticos aos *contras*, até grupos de esquerda hostis à FSLN, como o próprio Partido Comunista (que assume posições de franco ataque ao governo revolucionário na imprensa e em manifestações públicas), passando por grupos ligados ao grande capital transnacional ou ao incipiente capital nacional contrariado.

Tendo em vista tais circunstâncias, Robinson considera que a Frente Sandinista teria julgado mal seu apoio político na Nicarágua. Washington e seus representantes *contras* mandaram fortes sinais durante a campanha. A administração americana recusou a desmobilizar os *contras* até depois das eleições, e advertiu que a ajuda econômica não chegaria se os sandinistas ganhassem as eleições. Os *contras* espalharam o terror no campo e fizeram campanha eleitoral para a UNO.

A mensagem era clara. O voto para os sandinistas significaria a continuação da guerra. O voto para Chamorro significaria paz e reconstrução econômica no pós-guerra.

Assim, ainda que a atuação norte-americana tenha mudado o discurso, colocando a “promoção da democracia” como justificativa para as suas ações, o intervencionismo continuava.

---

<sup>46</sup> Os acordos de Esquipulas II foram adotados em 7 de agosto de 1987, pelos presidentes dos cinco países da América Central, com o propósito de abrir caminho para a pacificação regional, mediante um processo de reconciliação nacional e democratização nos países da região.

Outro fator a ser observado, é que a mudança na política de Washington, de apoio às ditaduras para a promoção de democracia, aconteceu em um período em que grande parte dos países latino-americanos passavam por processos de transições políticas, onde regimes tidos como ditatoriais estavam sendo substituídos por democracias liberais. Neste momento, a democracia surgia como um regime político ainda frágil, a ser reconstruído e organizado, mas imbuído de esperança na tentativa de recuperação e desenvolvimento da região.

Em 1982, Siles Suazo, eleito em 1980 e deposto logo em seguida pelo golpe liderado pelo general Garcia Meza, é empossado pelo Congresso como presidente da Bolívia. Em 1984, Julio Sanguinetti, do Partido Colorado, é eleito presidente do Uruguai. Em 1985, um colégio eleitoral formado pelos representantes no Congresso Nacional elege a fórmula Tancredo Neves e José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para a presidência do Brasil. No Chile, a derrota do general Pinochet no plebiscito de outubro de 1988 desencadeia o processo de transição política que culmina nas eleições de dezembro de 1989. Em fevereiro de 1989, o ditador paraguaio Alfredo Stroessner é destituído do cargo, sendo substituído pelo general Andrés Rodríguez, que convoca eleições para 1º de maio do mesmo ano, elegendose presidente pelo Partido Colorado (AYERBE, 2002, p. 210).

Em que pese a importância de diferentes agentes históricos nesse processo, faz-se necessário detectar a presença de fatores externos na construção do ambiente democrático para a América Latina, principalmente notar a existência de uma agenda norte-americana para este fim.

Como foi exposto, uma das características da política externa dos Estados Unidos, no decorrer dos anos 1980, foi o estabelecimento dos chamados conflitos de baixa intensidade, os quais se caracterizavam pela intervenção militar direta e/ou indireta dos Estados Unidos em países cujas políticas poderiam prejudicar os interesses estratégicos norte-americanos:

Es bien conocida la historia del uso de los métodos relacionados con la Doctrina Reagan y el conflicto de baja intensidad (...) Desde la invasión de Granada (que no fue de tan baja intensidad) hasta la promoción de la “contra” en Nicaragua, pasando por el fortalecimiento y apoyo a los regímenes autoritarios en El Salvador y Guatemala, con su secuela de flagrantes violaciones de los derechos humanos, la administración Reagan militarizó la política hacia la subregión hasta niveles que no se habían visto en el pasado (ALZUGARAY, 2004).



Porém, neste mesmo período, houve, por parte de Washington, a construção de uma política diplomática que passou a apoiar as transições democráticas na América Latina. Ou seja, por mais que a política externa de Reagan tenha sido truculenta, havia uma agenda por parte da Casa Branca sobre a necessidade de estabelecer uma diplomacia alinhada com a América Latina, vista então como área estratégica e de segurança para os Estados Unidos.

Em junho de 1982, o presidente Reagan em uma palestra no Parlamento Britânico declarou o seu compromisso de encorajar “democracia” no exterior: “A liberdade não é uma prerrogativa de uns poucos sortudos (...) o objetivo que proponho é (...) estimular a infraestrutura da democracia” (apud ROBINSON, 1996, p. 91). Discurso que, um ano depois, levou ao estabelecimento do NED<sup>47</sup>.

Thomas Carothers (1993, p. 95) interpreta as eleições presidenciais de El Salvador como o marco da mudança da política norte-americana da “linha-dura” para uma “aproximação moderada”. Segundo Carothers, os Estados Unidos deram grandes quantias à comissão eleitoral salvadorenha para assegurar tecnicamente a credibilidade das eleições, e apoiaram vigorosamente o candidato Democrata Cristão José Napoleón Duarte, ambos através de ajuda financeira secreta e de políticas informais dentro de El Salvador:

When Duarte emerged victorious, the administration celebrated the election as the achievement of democracy in El Salvador and a great victory for a US policy. During the Duarte years, the Reagan administration still pursued a two-part military and political policy, which it continued to portray as a unified prodemocracy policy, but the military component was no longer dominant. In the second half of 1984 the Salvadoran military finally began to operate effectively against the rebels and drive the rebels back to relatively limited parts of the national territory. Furthermore, Duarte's election removed the objections of the US Congress to military assistance, ensuring a steady flow of very large quantities of such assistance.

---

<sup>47</sup> The countries in which the NED became most involved in the 1980s were those set as priorities for US foreign-policy (...). In countries designated as hostile and under Soviet influence, such as Nicaragua and Afghanistan, the United States organized “freedom fighters” (anti-government insurgents) in the framework of low-intensity conflict doctrine, while the NED and related organs introduced complementary political programs. Those countries designated for transition from right-wing military or civilian dictatorships to stable ‘democratic’ governments inside the US orbit, including Chile, Haiti, Paraguay, and the Philippines, received special attention. By the late 1980s and early 1990s, the NED had also launched campaigns in Cuba, Vietnam, and other countries on the US enemy list, and had also become deeply involved in the self-proclaimed socialist countries, including Soviet Union itself (ROBINSON, 1996, p. 92-93).

Como já observado, esta mudança na estratégia norte-americana foi decorrência de uma série de resistências que as práticas intervencionistas da administração Reagan vinham enfrentando, no plano interno e externo.

As operações realizadas pela CIA – que havia se tornado especialista em organizar golpes súbitos, assassinatos, e instalar ditadores – estavam criando um mal estar geral e seus resultados políticos pareciam criar novos problemas, mais complexos a longo prazo, uma vez que se suas ações eram eficientes para desestabilizar os governos, mas não tinham eficácia para criar estabilidade<sup>48</sup>.

No entanto, uma análise da conjuntura internacional da época também ajuda no entendimento da mudança do discurso de Washington. É muito importante observar que, a política norte-americana de incentivo à abertura democrática para a América Latina se faz em um momento de rearticulação de sua política internacional, onde os Estados Unidos buscavam fortalecer sua influência de potência-guia e, ao mesmo tempo, visam evitar a passagem ou aproximação dos estados satélites ao bloco oposto, diga-se soviético.

A partir da década de 1980, após a derrota do *welfare state*, no plano político-ideológico, os Estados Unidos desenvolveram internamente a construção de uma política democrática-liberal, assim como, buscaram estender esta política a uma série de países da América Latina administrados por governos ditatoriais ou em fase de transição dos regimes militares.

A democracia, sob o ponto de vista norte-americano, deveria ser estabelecida na América Latina como um regime político cujo objetivo seria a adoção ou manutenção de estruturas políticas e econômico-sociais homogêneas vantajosas quanto às necessidades do sistema

---

<sup>48</sup> Em 1973 no Chile, por exemplo, a CIA orquestrou o golpe militar contra o governo democraticamente eleito de Allende. Na Guatemala, ela foi extremamente eficiente na organização da retirada do governo eleito de Jacob Arbenz, em 1954. A CIA também mostrou a mesma eficácia em países como Brasil, Irã, o Congo, a Filipinas, Iraque, e dúzias de outros países. No entanto, quase quatro décadas depois do golpe na Guatemala, o país permanecia um caldeirão de guerrilhas, violações de direitos humanos e instabilidade social e o governo de Pinochet, apesar de durar dezesseis anos, foi um paria internacional.

político e econômico-social da potência hegemônica. Assim, a idéia de democracia liberal estava ligada ao desenvolvimento de uma política econômica liberal.

O contexto econômico mundial do início dos anos 1980 fez com que, ao mesmo tempo em que os modelos políticos ditatoriais iam perdendo seu fôlego, fossem desenvolvidas justificativas acerca de uma nova democracia. Essa democracia liberal principia na América Latina sob uma forma muito contraditória: apesar dos lentos avanços políticos conquistados pelos diversos setores da sociedade, não foi acompanhada por uma melhoria nas condições de vida das grandes maiorias nacionais. Como diz Weffort (1994, p.102):

Nos anos 80, o processo de democratização política que libertou tantos países das trevas do autoritarismo ocorreu no mesmo momento em que eles entraram em profunda e prolongada crise econômica. A longa e severa crise criou condições de exclusão social e pobreza generalizada, reduzindo o sentido básico de independência individual.

É fato que os Estados Unidos não tiveram um papel central na transição para a democracia na América Latina<sup>49</sup>. Cada país latino-americano, que na década de 1980 iniciou o processo de redemocratização, seguiu regras próprias de transição em razão de suas particularidades, interesses e atividades de diferentes atores históricos locais. No entanto, a crise dos governos militares parece ter sido aproveitada pelo governo Reagan para a formulação de um novo consenso sobre a democracia que deveria ser estabelecida. A democracia liberal servia aos interesses norte-americanos nos anos 1980, e os Estados Unidos aproveitaram-se do momento histórico para estabelecer uma nova diplomacia na América Latina pautada pela nova onda democrática. Assim, incentivo à democracia fazia-se num período já de transição, pois sob o ponto de vista de Washington seria melhor ter ao lado

---

<sup>49</sup> De acordo com Ayerbe (2002), seria um erro creditar as transições democráticas latinoamericanas às medidas políticas de Ronald Reagan, uma vez que esta questão nunca foi objetivo de sua política externa. “Ela é um desdobramento da crise econômica que se agudiza a partir do segundo choque do petróleo, da fase recessiva que acompanha essa década e da crise geral na sociedade e no sistema político da maior parte dos países latino-americanos, dada a incapacidade dos regimes militares em apresentar soluções que contemplem a maioria do espectro social. Esses regimes se limitaram a impor, pela força, políticas excludentes, reprimindo as organizações representativas da pluralidade de interesses econômicos, sociais e políticos.

aliados democráticos, porém com governos pró-Estados Unidos, que administradores militares voltados a um forte nacionalismo. Como diz James Petras:

A crise das ditaduras militares nos anos 80, o problema da dívida e o crescimento da oposição de massas levaram Washington a repensar a sua estratégia militar e seguir uma dupla estratégia: (1) procurar dividir a oposição antiditatorial financiando e assessorando o setor burguês-liberal enquanto isolava e desmobilizava os movimentos populares de esquerda; e (2) promover uma transição negociada entre os burgueses liberais e os militares, que manteria as forças armadas, aprofundaria as políticas de “mercado livre” [grifos do autor] e traria eleições (2000, p. 169).

É preciso lembrar que no primeiro mandato de Ronald Reagan não houve agressão aos governos militares por parte dos Estados Unidos, nem a busca de reprimir as atividades dos ditadores, pois melhor estar com eles do que com a possibilidade de governos de esquerda. Por esta razão, no início do governo Reagan a questão da democracia e dos direitos humanos não aparece com tanta ênfase. No entanto, com as transições, esses vocábulos começam aparecer com mais frequência, procurando enfatizar o “significativo papel” dos Estados Unidos nesse processo.

Conforme José Miguel Insulza (1989, p.120): “la administración Reagan apoyó los procesos de democratización sólo cuando sus necesidades en Centroamérica lo exigieron y cuando la triple de 1982 (Malvinas, crisis económica, inestabilidad política) hizo inviables las dictaduras en América del Sur. Pero a pesar de este cambio, nunca ha hecho la relación entre esa democratización y la necesidad de estabilidad económica y apoyo social”.

Portanto, se os Estados Unidos incentivaram a democratização na América Latina nos anos 1980, ela deveria seguir um padrão que não afetasse os interesses estratégicos e econômicos da potência hegemônica. A idéia de construção de uma democracia latino-americana deveria estar vinculada à necessidade de abertura dos mercados e menor intervenção do governo na economia, ou seja, deveria seguir os ideários liberais da era Reagan.

Assim, a nova política econômica (liberal) dos Estados Unidos na era Reagan buscava a abertura dos mercados, menor intervenção do Estado na economia e livre circulação de capitais na América Latina. Como neste período, a maioria dos militares latino-americanos ainda possuía um forte caráter nacionalista, o qual impedia a implementação de tais políticas, a democratização surgiria nos discursos dos republicanos da Casa Branca em um momento em que a América Latina era visualizada como região estratégica para a possibilidade de acumulação de capitais privados.

Deste modo, conforme observamos, o novo enfrentamento dos Estados Unidos com a União Soviética a partir do início dos anos 1980 estabeleceu uma estratégia norte-americana que não aceitava a passagem ou a aproximação das nações de sua área de influência ao bloco oposto, estabelecendo assim o caráter da América Latina como um setor de importância estratégica. O objetivo era controlar a ação desta região no plano internacional, orientando as opções ideológicas e as “melhores” práticas políticas, as quais necessariamente deveriam ser vantajosas para a potência hegemônica.

Os Estados Unidos deveriam, para sua própria segurança, evitar o fortalecimento das esquerdas na região, sejam elas guerrilhas ou governos de orientação marxista já instituídos, como o cubano e o nicaraguense, assim como evitar a passagem de países ainda capitalistas para o bloco oposto.

Assim, se no início do governo Reagan, tais objetivos estavam sendo alcançados através do apoio oferecido a governos pouco comprometidos com os princípios democráticos, com o tempo, tal conduta não mais se sustentava. Reações internas e externas a estas políticas – pouco comprometidas com os princípios republicanos de Washington – somadas a um cenário de crise política e econômica que assolava a América Latina, levaram a “promoção da democracia” ao centro dos discursos e propostas do Governo norte-americano.

Neste momento, estabelecia-se uma nova estratégia de segurança norte-americana, a qual via no regime democrático, uma forma de deter a possibilidade do surgimento e/ou fortalecimento de regimes de esquerda, bem como um possível desalinhamento dos países latino-americanos com a política internacional de Reagan.

O que se observa, é que a política estadunidense, continuava refletindo várias das mesmas motivações contidas na Doutrina Monroe: evitar que doutrinas de fora deitassem raízes no continente americano. “O continente americano já não era a região principal dos interesses norte-americanos, mas um setor a mais na luta, em nível mundial, entre as superpotências” (NASSER, 2002).

### **3 O PÓS-GUERRA FRIA E A PROMOÇÃO DE DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA**

#### **3.1 O fim da contenção**

Com a ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985, iniciou-se um processo de aproximação entre Washington e Moscou. No mesmo ano, o novo secretário-geral do PCURSS pôs em ação propostas de reforma política e econômica, a Glasnot e a Perestroika, que indicavam que a União Soviética estava assumindo uma nova postura no sistema internacional, demonstrando maior disposição de diálogo com os Estados Unidos.

Até o fim do governo Reagan, novas iniciativas foram tomadas pela União Soviética com vistas a relaxar as tensões entre ambas potências<sup>50</sup>. Gorbachev estava realmente disposto a pôr fim aos quarenta anos de Guerra Fria. Reagan, por sua vez, estava disposto a ouvir sua

---

<sup>50</sup> Em 1986, no encontro de cúpula em Reykyavik, Gorbachev sinalizou claramente seu desejo de encerrar as hostilidades, reproduzindo um relacionamento de cooperação e coexistência com os Estados Unidos. Em 1987, foi assinado o Acordo para a redução de mísseis de longo alcance entre URSS e Washington. Ainda em 1987, Gorbachev lançou o chamado “Novo Pensamento”, o qual afirmava que a URSS assumia a paz como valor supremo de suas relações internacionais, abandonando, portanto, seus objetivos de derrotar o capitalismo e expandir o socialismo. Em 1988, por fim, a URSS anunciou a redução unilateral das forças convencionais soviéticas, eliminando também os vínculos com o Terceiro Mundo, na forma de ajuda direta ou indireta. Essas medidas surtiram efeito. Em 1988, segundo pesquisas feitas, apenas 30% da população americana ainda via a URSS como inimigo. (Cohen, 1993).

contraparte soviética, embora mantivesse o endurecimento. Para se ter uma idéia, os Estados Unidos só assinaram o Acordo para redução de mísseis em 1987 depois que Moscou cedeu ante o compromisso norte-americano de levar adiante seu projeto de defesa antimísseis, a Iniciativa de Defesa estratégica (IDE).

Também não poderia ser diferente, as tentativas de reaproximação e as concessões feitas aos Estados Unidos por Gorbachev não eram mais do que uma necessidade objetiva da União Soviética, respondendo à sua precária realidade<sup>51</sup>. O fim da Guerra Fria desta vez era definitivo. Assim, ainda em 1988, a URSS iniciou a retirada de tropas do Afeganistão, prosseguindo em 1989 com o recolhimento dos exércitos da Alemanha oriental, da Tchecoslováquia e da Hungria. (COHEN, 1993).

Além disso, a maioria das aquisições soviéticas dos anos 70 havia revertido-se: a ocupação vietnamita do Camboja havia terminado, em 1990; as tropas cubanas retiraram-se de Angola, em 1991; ruiu o governo da Etiópia, apoiado pelos comunistas, também em 1991; em 1990, os sandinistas da Nicarágua foram levados a aceitar eleições livres; por fim, em 1989, os exércitos soviéticos haviam completado a retirada de suas tropas do Afeganistão<sup>52</sup>.

Sem o enfrentamento direto entre as superpotências, a Guerra Fria havia terminado. Um dos pólos do conflito não tinha mais capacidade para sustentar a competição com seu rival e manter a integridade do bloco. Mesmo enfraquecidos, os Estados Unidos venceram o confronto bipolar.

Posteriormente, a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, e o desmembramento da União Soviética, em Dezembro de 1991, confirmaram definitivamente o fim da Guerra Fria. Nesse contexto, o fim do governo Reagan representava o fim da Doutrina

---

<sup>51</sup>LaFeber aponta que, embora do ponto de vista econômico, os EUA tivessem perdido seu poder em relação à Europa e ao Japão, a situação econômica soviética era muito pior. O crescimento econômico anual da URSS, que já havia chegado a 5% nos primeiros anos do governo Brejnev, em 1979 esse crescimento ficou em torno de 0,8 (1997, p. 291-315).

<sup>52</sup> A completa retirada das tropas soviéticas de suas ex-zonas de influência só foi completada no próximo governo de George W. Bush.

da Contenção, uma vez que no final dos anos 80, assim como previra Kennan, o inimigo soviético caminhava para o seu desmembramento. O presidente Reagan, que havia levado a Doutrina da Contenção ao seu extremo, também foi o último presidente dos Estados Unidos a utilizar essa estratégia para orientar a política externa do país.

O momento de triunfo sentido pelo *establishment* da comunidade-estratégica norte-americana – pelo abandono do socialismo e a adesão quase que incondicional ao regime econômico e político ocidental pelos países do Leste Europeu – foi expresso pelas idéias de Francis Fukuyama. Segundo este, a história, compreendida como a competição ideológica e concreta entre modelos alternativos de sociedade, teria chegado ao fim em 1989, visto que a queda do comunismo representava a inexistência de sérias alternativas sistêmicas institucionais à democracia liberal e ao capitalismo de mercado (FUKUYAMA, 1992).

Como observa Kissinger, em sua grande obra *Diplomacia*, ao final da Guerra Fria, os Estados Unidos destacavam-se por sua posição absoluta nas relações internacionais e, pela terceira vez no século, a superpotência tinha a intenção de construir uma nova ordem mundial de acordo com seus valores. Todavia, diferentemente de Wilson, que fora contido pelo isolacionismo do Congresso norte-americano, e Truman, que encontrara pela frente o expansionismo soviético; no “mundo Pós-Guerra Fria, os Estados Unidos são a única potência restante, com capacidade de intervir em qualquer ponto do globo” (1995, p. 882).

No entanto, apesar do sentimento de “triumfalismo” dos estrategistas norte-americanos, começavam a surgir indagações acerca dos rumos da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria, uma vez que, como afirmara Joseph Nye, entre 1989 e 1991 “The world has changed more rapidly in the past two years than at any time since 1945.” (1992, p. 83).

Realmente, no mundo do Pós-Guerra Fria, Washington teria que se adaptar às transformações pelas quais o mundo passava e, conseqüentemente, modificar sua forma de inserção no cenário internacional. A Doutrina da Contenção não poderia mais orientar as



ações norte-americanas na seara internacional, uma vez que a razão de sua formulação havia deixado de existir: não havia mais uma superpotência rival. Como salienta Guimarães: “...a ‘contenção’, por enormes e complexos que fossem os esforços envolvidos, implicava um contexto político simples, a simplicidade do inimigo visível: a União Soviética..”(2000, p.10)

Conseqüentemente, a manutenção do padrão de engajamento da Guerra Fria, baseado no equilíbrio de poder entre as superpotências, não era mais viável. Da mesma forma, com a queda de um dos pólos de poder, a lógica da dissuasão nuclear perdeu sua centralidade na política externa dos Estados Unidos. Pois, o seu principal objetivo, manter a paz entre as superpotências por meio do equilíbrio nuclear, havia perdido a *raison d'être* (CLARK E CLAD, 1995).

Assim, com o fim da ameaça soviética à segurança norte-americana, a Contenção também deixava de atender os interesses dos Estados Unidos. O critério Leste-Oeste não servia mais para justificar intervenções, devendo-se estabelecer novos guias de ação. A ausência de um inimigo claro não permitia mais aos Estados Unidos realizarem determinadas ações assentadas em justificativas de combate ao comunismo soviético (BRZEZINSKI, 1992)

Neste contexto, como os Estados Unidos poderiam justificar suas intervenções em um mundo sem inimigos? Como obter apoio da opinião pública para sustentar os gastos militares? Como preservar a aceitação de sua liderança mundial? Estrategistas norte-americanos foram obrigados a elevar sua criatividade para encontrar “novos inimigos” para a América. Entre esses, surgiram idéias como a de Samuel Huntington (1993), que ante a falta de um potencial contendor representado por um Estado-nação, “encontrou” inimigos em outras civilizações.

Na visão de Huntington, com o fim da contenda bipolar, os conflitos de política internacional dar-se-iam entre diferentes civilizações. Essas civilizações juntamente com suas motivações culturais, religiosas, étnicas, combinadas com questões territoriais e

nacionalismos, acarretariam disputas na arena internacional, provocando crises e instabilidades.

Joseph Nye (1992), por sua vez, via as ameaças segundo uma visão binária e as dividia entre o que ele chama de forças nacionais e de forças transnacionais. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que movimentos nacionalistas ganhariam força e gerariam conflitos nos anos 90, as forças transnacionais também se intensificariam, a saber: o tráfico de drogas, o crimes internacionais, a proliferação de armas de destruição em massa, o terrorismo, os fluxos de refugiados, proliferação de doenças (Aids, Ebola), as explosões demográficas, as ameaças ao meio ambiente etc.

Destarte, Nye via na fragmentação das ameaças, o maior perigo à segurança dos Estados Unidos no mundo do pós-Guerra Fria. Tendo em vista a crescente interdependência mundial, Nye sustentava que qualquer desordem no sistema internacional poderia representar perigo à segurança dos Estados Unidos, uma vez que as fronteiras dos Estados tornaram-se bastante “porosas”, dificultando a identificação dessa ameaças.

Com efeito, as mudanças no contexto internacional tinham implicações diretas para os Estados Unidos, na medida em que, finda a bipolaridade, fazia-se necessário formular uma nova estratégia para orientar a política externa norte-americana. Contudo, apesar das mudanças em curso, os Estados Unidos não estavam tão perdidos como muitos alardeavam. Afinal de contas, a ordem do pós-Guerra Fria refletia a vitória do seu modelo de mundo.

### **3.2 América Latina: Promovendo Democracia**

Como foi dito, o final da Guerra Fria e da bipolaridade estratégica, conduziu a um processo de transição que resultou difícil de definir. Por um lado, o fim da União Soviética, criou na classe dominante norte-americana uma certa euforia, ao restar os Estados Unidos como a única superpotência mundial. No entanto, este fato também criou um problema: desapareceu o tenebroso adversário identificável e, portanto, a idéia organizadora central, a

“contenção do comunismo”, que havia permitido mobilizar a opinião pública doméstica em apoio de seu projeto hegemônico durante o conflito bipolar.

No governo de George H. W. Bush, apesar de os Estados Unidos reconhecerem que o mundo passava por um momento de transição, em 1991, os norte-americanos já sabiam que o período de Guerra Fria havia chegado ao fim e que o mundo pós-bipolaridade seria menos claro. A partir do governo Bush, portanto, em vez de enfrentar um inimigo único e coeso, como fora a União Soviética, os Estados Unidos iriam deparar-se cada vez mais com ameaças pontuais e localizadas de difícil percepção e resolução.

Referindo-se ao período de 1989 a 1991, Joseph Nye (1992) afirma que “o mundo mudou mais rapidamente nos últimos dois anos do que qualquer outro momento desde 1945”. De fato, muitas mudanças ainda estão em curso no pós-Guerra Fria. Certamente uma dessas “mudanças” ocorreu com a chamada “globalização”, que ganhou força com a expansão de princípios econômicos liberais do ocidente em direção à ex-esfera comunista.

Não obstante o fato de que não havia ameaças representadas por uma grande potência ou uma coalizão de potências, o sistema internacional pós-89 havia sofrido mutações e se tornado mais complexo, uma vez que, essa mesma globalização, também possibilitou a emergência de novas ameaças para os Estados Unidos, como a violência do terrorismo, do crime organizado, do tráfico de drogas, dos conflitos étnicos e religiosos e da proliferação de armas de destruição em massa.

Assim, nos anos 1990, em vez do surgimento de um “grande inimigo”, como o fora a União Soviética, havia uma fragmentação de ameaças. Esta difusão de ameaças, que ficaram mais patentes no início da década de 1990, representava a concretização e a ascensão de tendências de transformação presentes desde os anos 1970, mas que haviam ficado subordinadas às dimensões de segurança da Guerra fria.

De fato, com o fim da bipolaridade, as chamadas “ameaças transnacionais” adquirem maior atenção da comunidade estratégica norte-americana, sobretudo, a combinação de terroristas com armas de destruição em massa. A crescente interdependência e o intenso avanço tecnológico, observados nos anos 1990, facilitariam o acesso dessas armas a terroristas, os quais passaram a figurar entre as principais ameaças à segurança dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria.

Na ótica de Herz (2002) as ameaças de segurança dos Estados Unidos a partir da década de 1990 seriam as seguintes: a agressão a Estados, em particular, aqueles que adquirem armas de destruição em massa; ameaças transnacionais, como organizações terroristas e criminais; a difusão de tecnologias perigosas associadas às armas de destruição em massa; Estados falidos ou aqueles que “sucumbem” a disputas religiosas, culturais, raciais ou tribais; serviço de inteligência de outros países e o possível acesso a segredos diplomáticos, tecnológicos, econômicos ou comerciais americanos, e problemas ambientais e de saúde. A autora considera que, a partir destas ameaças, os Estados Unidos adotariam uma estratégia de aumentar sua segurança e sua prosperidade econômica, além de promover a democracia e os direitos humanos.

No que concerne à América Latina, a política externa norte-americana também se basearia neste contexto. Herz (2002) observa uma tendência à expansão da agenda de segurança norte-americana no continente, que passaria a incluir o apoio à democracia, política de migração e meio ambiente; além de “temas mais tradicionais”, como o controle de produção e transferência de armamentos, resolução de disputas de fronteira, o papel das organizações regionais ou globais de segurança e as insurreições armadas<sup>53</sup>.

Como adverte Richard Ullman:

---

<sup>53</sup> Dentre estes fatores destacam-se o tráfico de drogas e a imigração ilegal que, segundo Mônica, são objetos de políticas envolvendo o uso ou ameaça do uso de violência.

Los Estados Unidos siguen siendo un imán para los latinoamericanos en busca de una vida mejor, y la capacidad de absorción no es todavía, y quizá no llegue a ser nunca, una amenaza para el bienestar de las comunidades donde se asientan inicialmente los inmigrantes, pero éstas tienen, sin embargo, temores reales de que sus sistemas de beneficencia y educación se vean desbordados. Tales temores se sienten más agudamente en las épocas de recesión económica, cuando se agravan los problemas de la absorción de inmigrantes en los Estados desarrollados e industrializados de Norte y, al mismo tiempo, se incrementan las presiones de los países del Sur que empujan a los inmigrantes hacia fuera. Por supuesto, las drogas constituyen un daño mucho más grave, y el flujo de narcóticos se ha convertido en el problema más importante entre los Estados Unidos y varios países latino americanos (ULLMAN, 1999, p. 32-33).

Assim, havia um entendimento de que com o fim da Guerra Fria, a relação entre Estados Unidos e a região tornar-se-ia menos intensa e conflituosa que nas décadas passadas, uma vez que, a partir deste momento, as preocupações norte-americanas seriam com problemas incapazes de serem resolvidos através de uma postura unilateral – imigração, controle de armas, conflitos de fronteiras e meio ambiente – o que exigiria a busca de uma cooperação interamericana e um fortalecimento das instituições hemisféricas: “El intervencionismo militar de los Estados Unidos en América Latina disminuirá en los años noventa porque han declinado las preocupaciones de seguridad y geopolítica de Washington y porque se han vuelto más obvias las consecuencias negativas del intervencionismo estadounidense para la consecución de otros objetivos de su política exterior” (ULLMAN 1999, p.12).

Portanto, a crescente “interdependência” do mundo, havia criado um cenário onde a cooperação entre os estados se fazia necessária. Problemas que ocorrem em uma determinada área tendem à expansão. Por isso, a segurança dos Estados Unidos e de seus aliados poderia ser afetada em áreas distantes, por um enorme conjunto de problemas, e isso requer, por sua vez, a cooperação entre os países para lidar com esses problemas – tais como intervenções por motivos humanitários, promoção da democracia e direitos humanos, etc.

Herz (2002), considera que os anos 1990 foram marcados por significativas mudanças nas relações entre Estados Unidos e América Latina, onde a indefinição de uma política hemisférica clara se aliava à ênfase nos interesses econômicos, à afirmação do modelo

neoliberal e à perspectiva de um multilateralismo limitado, porém, emergente: “Depois de um período dominado pelas expressões da Segunda Guerra Fria no continente, as iniciativas da administração Bush concentraram-se em estreitar os laços econômicos entre os EUA e a América Latina, negociando o Acordo de Livre Comércio da América Norte (Nafta) e lançando a Iniciativa para as Américas<sup>54</sup>” (2002, p.85).

De fato, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, não existia uma ameaça de intervenção externa na região latino-americana. A desintegração da União Soviética e o fim da Guerra Fria libertavam a política externa norte-americana de sua obsessão com o comunismo. Além disso, o colapso das economias da região, centradas no modelo nacional-estatista, e a crise dos regimes autoritários, levaram Washington a conclamar os governos da América Latina para que conjugassem seus esforços na defesa da democracia, na promoção do livre comércio e na manutenção da segurança continental (NASSER, 2002).

No entanto, se engana quem imagina que as intervenções da potência na região teriam terminado. Apesar do discurso sobre a importância da cooperação e do multilateralismo, logo no início do governo Bush (pai), a 22 de dezembro de 1989, o general Maxwell Thurman, chefe do comando Sul do Exército dos Estados Unidos com base no Panamá, invadiu o país e capturou o general Noriega, considerado um aliado do narcotráfico.

O norte-americano Samuel Huntington (1994, p.99), justifica a ação de seu governo como uma mudança da política norte-americana em direção à promoção de direitos humanos e democracia. “(...) o governo dos Estados Unidos usou uma série de meios – políticos, econômicos, diplomáticos e militares – para promover a democratização” que no governo Bush, incluíam os seguintes: “a presença de aviões americanos em apoio a Aquino e a invasão do Panamá, em 1989; a ajuda militar aos governos democraticamente eleitos nas Filipinas e

---

<sup>54</sup> A Iniciativa para a América foi um conjunto de medidas de caráter econômico-comercial, baseada em princípios neoliberais, que implicam mudanças drásticas na estrutura política e econômica dos países latino-americanos. Entre outras questões, se destravou o comércio exterior, se privatizaram empresas públicas e se liberou a inversão estrangeira.

em El Salvador na guerra contra rebeldes marxistas-leninistas; e apoio financeiro às rebeliões contra os governos não democráticos no Afeganistão, em Angola e na Nicarágua”.

Assim, a invasão do Panamá revelava a facilidade com que as justificativas de intervenções derivadas da Guerra Fria seriam substituídas por razões historicamente mais arraigadas: “la necesidad de mantener el “orden” [grifos do autor], promover la democracia y salvaguardar las propiedades y los intereses económicos estadounidenses” (HURRELL, 1999, p.204).

Portanto, se a invasão do Panamá marcou o final da tradicional justificativa anti-soviética, ideológica, da interferência norte-americana na América Latina. Também assinalou o restabelecimento, sobre bases diferentes, de um prolongado debate sobre a origem, a natureza e as conseqüências das interferências estadunidenses nos assuntos latino-americanos. “Si la única motivación de lo que llegó a conocerse a través del tiempo como la intervención estadounidense había sido siempre puramente geopolítica – es decir, la respuesta a una amenaza soviética – resultaba claro que estaba llegando a su fin la época de por lo menos cierto tipo de intromisión estadounidense” (CASTAÑEDA, 1999, p. 41).

Conforme observa Castañeda (1999), desde a invasão da Guatemala, em 1954, passando pela Bahia dos Porcos, República Dominicana, a desestabilização no Chile no governo Allende, a guerra dos *contras* na Nicarágua e a invasão de Granada, em 1983, virtualmente, todos os casos de intervenção norte-americana, direta ou indiretamente, na América Latina desde a Segunda Guerra Mundial, tinham conotações anti-soviéticas, anticomunistas, da Guerra Fria.

No entanto, o Fim da Guerra Fria e o “desaparecimento da ameaça comunista” traria para os Estados Unidos, a necessidade de encontrar novas justificativas para a intervenção nos países latinos: “Las intervenciones estadounidenses en los asuntos latinoamericanos que derivaban de consideraciones geopolíticas quedaran relegadas al pasado, mientras que las que

poseían motivaciones diferentes se presentaban ahora con otras luces (...) la promoción de la democracia, la preservación de médio ambiente y el combate al narcotráfico” (CASTAÑEDA, 1999, p. 43).

Neste sentido, em setembro de 1993, a administração Clinton, em uma ofensiva comandada pelo assessor de Segurança Nacional, Anthony Lake, apresentou uma formulação doutrinária, cujo objetivo era “substituir o paradigma da contenção”: a estratégia do Engajamento e Expansão:

Durante a Guerra Fria contivemos uma ameaça global às democracias de mercado; agora, devemos buscar estender o seu alcance, particularmente em locais de especial importância para nós. A sucessora para uma doutrina de contenção deve ser uma estratégia de expansão; de expansão da comunidade mundial das democracias de mercado (1993, apud PECEQUILO, 2003, p. 309).

Utilizando o argumento liberal da paz democrática, a premissa do Engajamento e Expansão, também chamada de “Doutrina Clinton”, sustentava que, com a expansão das democracias de livre mercado, os Estados Unidos tornar-se-iam mais seguros, visto que democracias com fortes laços comerciais estão mais propensas à cooperação:

The more that democracy and political and economic liberalization take hold in the world, particularly in countries of geostrategic importance to us, the safer our nation is likely to be [...] Nations with growing economies and strong trade ties are more likely to feel secure and to work toward freedom. And democratic states are less likely to threaten our interests and more likely to cooperate with the U.S. to meet security threats (NSS, 1995, p. i e 2).

A “Doutrina Clinton” advogava, ademais, que, no pós-Guerra Fria, era condição *sine que non* que os Estados Unidos se mantivessem engajados no mundo, posto que a globalização não só reduzia as diferenças entre política interna e externa, mas equacionava a segurança global com a segurança americana: “ The end of the Cold War fundamentally changed America’s security imperatives [...] Our nation can only address this era’s dangers and opportunities if we remain actively engaged in global affairs. (NSS, 1995, p. i e iii).



Assim sendo, se a revolução tecnológica aproximava o mundo, na medida em que informação, dinheiro e idéias passavam a mover-se pelo globo em velocidade recorde; a mesma também possibilitava que a violência do terrorismo, do crime organizado, do tráfico de drogas, dos conflitos étnicos e religiosos e da proliferação de armas de destruição em massa, ameaçasse a segurança dos Estados Unidos de formas novas.

Por isso, a administração Clinton procurou salientar a “necessidade” de os norte-americanos exercerem uma liderança ativa no contexto internacional a fim de combater essas ameaças e impedir instabilidades no sistema internacional:

The Cold War may be over, but the need for American leadership abroad remains as strong as ever [...] Without our active leadership and engagement abroad, threats will fester and our opportunities will narrow [...] as the world's premier economic and military power [...] the U.S. is indispensable to the forging of stable political relations and open trade (NSS, 1995, p. i, 2 e 7).

Em relação à América Latina, como já observado, desde meados da década de 1980, a assistência à democracia vinha se tornando elemento significativo da política externa na região, onde agências como o *National Endowment for Democracy* (NED) e programas como o *Democratic Initiatives Program* da Agência Internacioanl de Desenvolvimento dos Estados Unidos (AID) e instituições criadas no âmbito da OEA, com incentivo norte-americano, eram instrumentais.

Carothers (2000) entende que o esforço norte americano no fomento a democracia seria uma resposta a dois importantes desenvolvimentos políticos:

Primeiramente, a aceleração de uma tendência global rumo à democracia na década de 1980 e início da década de 1990, que empurrou a democracia para o topo da agenda internacional e desafiou os países democráticos a responderem; e, em segundo lugar, o fim da Guerra Fria, que reduziu as barreiras à cooperação política internacional e alertou a política externa dos Estados Unidos para sair do seu foco anterior anticomunista para uma ênfase maior no apoio à democracia como fim em si próprio (CAROTHERS, 2000)

Segundo Huntington (1997, p. 241), a promoção da democracia teria se tornado um objetivo prioritário para os ocidentais (entenda-se norte-americanos): “Ela foi endossada pelo

governo Bush e o secretário de Estado James Baker declarou, em abril de 1990, que ‘para lá da contenção está a democracia’ e que, para o mundo pós Guerra-Fria, ‘o presidente Bush definiu nossa nova missão como sendo a promoção e a consolidação da democracia’”.

No governo Bush-pai, as ações norte-americanas para promover democracia abarcavam desde intervenções diretas, como no caso da invasão do Panamá e Filipinas, em 1989, até a pressão na Organização dos Estados Americanos (OEA), para adoção da Resolução nº 1080, em 1991, que previa a suspensão da participação no sistema interamericano daqueles países onde ocorresse a quebra da ordem constitucional e institucional democrática (VILLA, 2003).

Já no governo Clinton (1993-2001), a promoção da democracia continuaria a ter alta prioridade, tornando-se o baluarte de sua política externa:

Uma vez no cargo, ele (Clinton) recomendou um aumento de dois terços dos recursos financeiros do Fundo Nacional para a Democracia, seu assistente para a Segurança Nacional definiu o tema central da política externa de Clinton como sendo “a ampliação da democracia” [grifos do autor] e seu secretário de Defesa identificou a promoção da democracia como um dos quatro objetivos principais, e tentou criar um cargo de alto nível no seu Departamento para promovê-lo (HUNTINGTON, 1997, p. 241).

Assim, ao assumir o Governo, administração Clinton definiu como prioridade de sua política externa as três seguintes diretrizes: (1) promoção de livre comércio e integração econômica internacional; (2) preservação e modernização da capacidade militar norte-americana e (3) promoção e defesa da democracia e dos direitos humanos. A nova administração aumentou o orçamento do NED em aproximadamente 40%, de US\$ 35 milhões para US\$48 milhões e propôs um eventual aumento de US\$ 100 milhões anualmente, além de anunciar planos para expandir programas de mídia da USIA e introduzir programas de promoção de democracia em outros setores do governo federal (ROBINSON, 1996).

No final da década de 1990, o governo norte-americano estava gastando mais de US\$ 700 milhões por ano em auxílio a democracia em cerca de cem países, principalmente através da Agencia Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), mas também

através da Fundação Nacional para a Democracia (NED), Departamento de Estado, Departamento da Defesa, fundação Ásia e Fundação Eurásia (CAROTHERS, 2000).

No que concerne à América Latina, em 1994, durante a reunião da Cúpula das Américas, o secretário das relações interamericanas do governo Clinton, Alexander Watson, apresentou os seis objetivos centrais da política externa norte-americana para a região no pós-Guerra Fria: 1) promote democracy and economic reform through multilateral and bilateral efforts; 2) strengthen NAFTA and use trade rather than aid to help develop Latin América; 3) encourage regional economic integration; 4) help reduce poverty; 5) help improve Latin American democratic governance; and 6) adjust the U.S. – Cold War economic assistance policy (1997, p. 306).

A estratégia, portanto, era abandonar a postura coercitiva dos governos anteriores e construir uma agenda de cooperação e ampliação do diálogo continental. Diferentemente da Guerra Fria, em que a construção de alinhamentos com a lógica de confronto leste-oeste pautava-se em ações muitas vezes impositivas, nos anos seguintes ao conflito, a promoção dos interesses dos Estados Unidos parecia ter como referência importante a estruturação de uma arquitetura de negociações capaz de favorecer a convergência hemisférica.

O secretário considerava que, com o fim da Guerra Fria, houve uma profunda redefinição dos interesses de segurança norte-americanos na região, onde, pela primeira vez desde a Doutrina Monroe, os Estados Unidos e a América Latina não enfrentavam nenhuma ameaça externa – seja de antigos poderes coloniais ou de regimes totalitários – que vinha distorcendo ou corrompendo a relação hemisférica.

Em vista disso, ele alega que os interesses de segurança de Washington, neste momento, seriam mais afetados pelo próprio caráter dos governos existentes na região e pelas suas habilidades em lidar com problemas políticos, econômicos e sociais. Partindo destes problemas ele enfatiza a importância de estabelecer governos democráticos no hemisfério:

Fortunately for us, civilian, elected leaders predominate in the hemisphere, and the vast majority are committed to deepening democratic processes and promoting the vibrant civil societies that are the best guarantors of democracy. There is a general consensus in favor of democratic political institutions and processes which are responsive and flexible in addressing the demands of a citizenry increasingly accustomed to shaping its own destiny. Democracy is understood to be the form of government most reflective of the will and rights of the people, most able to maximize the creative talents of the population, and least likely to promote war and violence as a means to achieve national objectives. It is, in the 1990s, the legitimate form of government for our hemisphere (WATSON, 1997, p. 307).

Em um outro momento, outro secretário norte-americano, Steven Coffey – principal vice-secretário de Estado assistente Para Questões de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho – em uma entrevista concedida à revista eletrônica da Agência Americana de Informação (USIA), em 1998, alegou que, por acreditar existir uma clara ligação entre estabilidade política e econômica e instituições democráticas, os Estados Unidos “continuarão a promover a democracia e a apoiar as instituições democráticas, em uma grande variedade de programas, em muitas frentes”.

Ele diz: “Continuaremos a dar apoio aos processos eleitorais, às instituições políticas representativas, como os parlamentos. Em muitos lugares, essas instituições acabam de ser criadas. Elas são carentes de experiência e recursos. Para nós, é importante dar continuidade a esse trabalho”.

Segundo o Secretário, uma das prioridades dos Estados Unidos seria apoiar os esforços para garantir o cumprimento da lei, considerado de importância vital, como uma espécie de ponto focal, que reúne o processo de democratização, as mudanças econômicas e um respeito maior pelos direitos humanos. Ele diz: “Temos tido programas para o cumprimento da lei, que são enormemente importantes, há vários anos, mas estamos tentando dar maior coerência a esses esforços. A secretária de Estado Albright, por exemplo, que está muito interessada nessa área, gostaria que nós nos esforçássemos mais para tentar garantir que o trabalho dos vários órgãos e instituições governamentais, que promovem o cumprimento da lei, sejam bem

coordenados. No ano passado, ela convidou Paul Gewirtz, da Faculdade de Direito de Harvard, para examinar os nossos programas de cumprimento da lei em nível mundial” (COFFEY, 1998).

E continua:

Os níveis de autoridade com os quais a maioria dos indivíduos, na maioria dos lugares, entra em contato com a maior frequência são as instituições policiais e jurídicas. E se essas instituições forem corruptas, se elas não forem imparciais, a interação dos cidadãos com as autoridades tende a ser negativa. Portanto essas instituições têm, de fato, uma importância fundamental na proteção dos direitos dos cidadãos comuns e na formação da sua atitude no que diz respeito às autoridades.

Quando questionado sobre a dificuldade em “transmitir” os ideais da sociedade civil norte americana para as democracias emergentes, o secretário responde:

Isso depende das circunstâncias em cada país. Mas freqüentemente as pessoas aprendem muito rapidamente (...) os mais jovens geralmente se adaptam melhor e aceitam as mudanças com mais facilidade. Não devemos assumir que a batalha está vencida e que a democracia, inevitavelmente, sairá vitoriosa em todos os lugares. Haverá reveses. As economias em alguns países estão muito frágeis. E se essas economias entrarem em colapso, haverá ramificações políticas importantes. Mas eu acredito que, com o tempo e com a continuidade das circunstâncias propícias, veremos uma expansão maior da democracia no mundo inteiro (COFFEY, 1998).

Neste momento, torna-se mister colocar as seguintes indagações: O que levaria um país a exigir de outro a adequação de suas instituições e da sua natureza, aos princípios e regras do jogo (usando a expressão de Bobbio) da democracia? Seria legítimo esse procedimento?

É provável que Kissinger responderia a estas questões da seguinte maneira: "as peculiaridades que os Estados Unidos se atribuíram ao longo da história resultaram em duas posturas contraditórias da política externa. Primeira, a de que os EUA melhor atendem a seus valores aperfeiçoando a democracia em casa e servindo assim de farol para o resto da humanidade; segunda, a do que os valores americanos impõem aos EUA a obrigação de promovê-los no mundo inteiro" (KISSINGER, 1995, p. 14).

No entanto, como é sabido, desde a Paz de Westfália (1648), que significou o ato fundador do moderno sistema de estados – ao reconhecer o princípio de soberania e de não-

intervenção entre estados – a organização ou reorganização do Estado-Nação e de suas instituições e a escolha de seus valores na base de que se organizam instituições historicamente é um processo endógeno, ou seja, sancionado a partir da comunidade política nacional. Esse procedimento é o que confere legitimidade à ordem política de qualquer país. A soberania interna de um país implica necessariamente que a deliberação da agenda política interna corresponda a um processo de legitimação por meio de mecanismos definidos para esse efeito pela comunidade política nacional (VILLA, 2003).

Assim, como se pode observar, a conduta norte-americana, missionária na extensão de seus valores – no caso a democracia liberal – aos países latino-americanos, deve ser considerada uma forma de exercício de hegemonia (como será analisado no próximo item), que neste momento, com o fim da Guerra Fria, além de ocorrer por meio de intervenções militares – como no caso do Panamá – se estenderia também à esfera da política.

A influência, agora, seria por meio da transmissão dos ideais da sociedade americana, da aceitação como valor e como prática de sua concepção liberal de democracia. “Com a queda da União Soviética já não existe mais, hoje, tal concorrência ideológica e o que se vem chamando de *globalização da política* ou de governabilidade internacional coincide em muito com uma das grandes tradições e objetivos da política externa americana: a aceitação como valor e como prática de sua concepção liberal de democracia” (VILLA, 2003). Nas palavras do escritor guatemalteco Miguel Ángel Asturias, a máxima da dominação norte-americana seria a seguinte: “Domine, sim, mas não por força, não por força; é melhor para os convencer”.

Já para Kissinger (1995, p. 12), a lógica seria outra: “ (...) que los Estados Unidos poseían el mejor sistema de gobierno del mundo, y que el “resto” [grifos nossos] de la humanidad podría alcanzar la paz y la prosperidad abandonando la diplomacia tradicional y adoptando la reverencia de los norteamericanos al derecho internacional y la democracia”.

E foi, portanto, seguindo a lógica de Kissinger, que o secretário Watson alertou a todos sobre a convergência de valores, interesses e objetivos, que envolvia todo o hemisfério, no pós Guerra-Fria: “I believe that changes in the United States, in the region, and in the world are bringing about an extraordinary convergence of values, interests, and objectives throughout the hemisphere” (1997, p. 306). Seu discurso, na Cúpula das Américas, apresentava essa nova política de cooperação norte-americana para a América Latina. Ele dizia que o governo Clinton desenvolveria um novo relacionamento com a região, baseado no “Respeito mútuo, apoio à democracia e direitos humanos, crescimento econômico, expansão do livre comércio, melhora do bem estar social, redução das ameaças à estabilidade e cooperação internacional nos problemas transnacionais que afetam a todos nós: meio ambiente, tráfico de drogas, migração e proliferação de armas” (1997, p. 306).

O investimento na política de cooperação soava bem na América Latina, uma vez que, de acordo com Jose Miguel Insulza, ministro das relações exteriores do Chile: “todos os países latino-americanos buscam consolidar a democracia e defender os direitos humanos; todos coincidem na necessidade de fortalecer a participação nos mercados mundiais; todos buscam cooperar para o desenvolvimento e estabilidade do nosso continente, todos se preocupam com a qualidade do meio ambiente e temem a proliferação do narcotráfico” (*apud* DOMINGUEZ, 1998).

No entanto, é necessário observar, que, esta política também escondia dois fatores: primeiro, o objetivo dos Estados Unidos em encontrar mercados para as mercadorias e capitais norte-americanos; e segundo, uma vontade sem precedente para intervir coletivamente nos países vizinhos, sob a justificativa de defender a democracia, em lugar de só defender a contra-revolução”.

Segundo Joseph Stiglitz (2003), que chegou a presidir o Conselho de Consultores Econômicos do governo Clinton, a estratégia dos Estados Unidos nos anos 1990 “chamou” os

países em desenvolvimento a abrirem seus mercados para todo tipo imaginável de produto que a “América S.A.” tinha a oferecer. Os Estados Unidos, por sua vez, mantiveram as barreiras comerciais e os amplos estímulos e subsídios à produção.

Chamada por muitos de “Consenso de Washington”, o processo de reformas econômicas incentivadas pelos Estados Unidos expandiu-se para além dos países do leste europeu, passando a integrar os países em desenvolvimento de uma forma geral, sobretudo, os da América Latina.

O laureado Stiglitz revela claramente a incoerência norte-americana. O autor cita uma série de medidas liberalizantes que os EUA instavam outros países a adotar, ao mesmo tempo em que as rechaçava internamente. Para se ter uma idéia, o governo democrata defendia uma Seguridade Social pública e um banco central que dirigisse sua atenção ao crescimento e ao emprego do país; já no exterior, o governo estadunidense incentivava a privatização da rede de proteção social e instigava os bancos centrais a se concentrarem exclusivamente na inflação.

Portanto, deve-se observar que, “promover a democracia” não é o problema, uma vez que, como disse Boron:

Se recordarmos a quantidade de golpes militares que foram realizados com o ativo concurso das embaixadas norte-americanas na região – pense-se, além do Chile em 1973, do golpe brasileiro em 1964 ou do Argentino em 1966, para só citar alguns casos bem conhecidos – o abandono desta política e a adoção de uma linha favorável á democratização não é uma panacéia, mas esta pelo menos chamada a ter significativas repercussões sobre os processos políticos latino-americanos e permite olhar as coisas com um pouco mais de otimismo” (1994, p.36).

O problema aparece quando essa política de promoção de democracia é elevada à categoria de política estratégica, ou seja, o problema surge quando os Estados Unidos fazem desta política uma forma de expandir sua influência e alcançar seus interesses na região:

Um objetivo-chave de política externa dos Estados Unidos é promover valores que refletem os interesses, o caráter, e os ideais do povo americano. Nós fazemos isso porque é correto, mas também porque é inteligente. Comparadas às ditaduras, as nações democráticas têm mais probabilidade



de serem estáveis, mais capazes de lidar com o estresse financeiro; são sócios comerciais mais confiáveis e com menos probabilidade de gerar refugiados ou contribuir para outros problemas globais (U.S.D.S, *apud* AYERBE, 2003, p. 59).

Conforme Ayerbe (2003, b), na percepção do Estados Unidos, os fatores de instabilidade no mundo em desenvolvimento tornava necessário e inevitável o crescente engajamento internacional, cuja defesa desta postura, não seria fruto de prioridades humanitárias, mas de interesses nacionais que vinculavam a segurança com a prosperidade econômica do país, das suas empresas e dos seus cidadãos.

Deste modo, recriava-se sobre um novo prisma, a tradicional imagem da América Latina e suas elites, cuja capacidade de criar instituições de governância estáveis ou democráticas eram questionadas. Ou seja, tratava-se de sinalizar e efetivar o interesse norte-americano em sua região natural de influência por meio de uma reformulação de políticas. E, embora alguns considerem que essa reformulação corresponda a um rompimento com a Doutrina Monroe, se pode notar um sinal de contradição com essa afirmação: como potencia hegemônica no sistema e nas Américas, os Estados Unidos continuavam interessados em preservar a região para a sua expansão (uma versão moderna da “América para os americanos”).

São várias as maneiras pelas quais a política externa dos Estados Unidos vem “exportando” seu modelo de democracia, com destaque para a política de ajuda (AID), de radiodifusão, de programas internacionais de intercâmbio de estudantes e de acadêmicos, através de agências norte-americanas, do NED e também através de intervenções militares.

Luis Fernando Ayerbe (2003), analisando o Plano estratégico da USAID, de 1997 (e atualizado em 2000), coloca que, entre as metas centrais da USAID no período de 1999-2000, estava o fortalecimento da democracia e do bom governo, cujo trabalho baseava-se em quatro objetivos centrais:

- 1) império da lei e respeito aos direitos humanos, especialmente das mulheres, com iniciativas voltadas para o fortalecimento das instituições do poder judiciário e das possibilidades de acesso dos cidadãos à Justiça;
- 2) encorajamento de processos políticos pautados pela credibilidade e pela

competitividade, com iniciativas de suporte a reformas eleitorais, programas de educação para votantes e fortalecimento dos partidos políticos; 3) desenvolvimento de uma sociedade civil politicamente ativa, com iniciativas voltadas para o aumento da participação dos cidadãos nos processos políticos, fiscalização das instituições públicas, fortalecimento institucional e financeiro das organizações da sociedade civil, estímulo a livre circulação das informações e à cultura política democrática; 4) encorajamento da transparência e da responsabilidade nas instituições governamentais, com iniciativas que promovam a descentralização das funções e dos processos decisórios, fortalecendo o poder legislativo, a unidade do governo e as relações entre civis e militares (AYERBE, 2003, p. 68-69).

Conforme apregoa o autor, a USAID utilizaria o ranking anual da Freedom House<sup>55</sup>, para verificar o grau de aderência ao sistema democrático em escala internacional, cujo critério de classificação seria a vigência ou não da liberdade individual, “definida com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, formalmente aceita por todos os membros das Nações Unidas” (2003, p. 69).

A Freedom House classifica, anualmente, todos os países independentes, atribuindo-lhes pontos que variam de 1 (a melhor pontuação) a 7, em função das liberdades civis e dos direitos políticos praticados. As avaliações da Freedom House têm sido usadas como medidas dos regimes políticos, combinando-se essas duas pontuações para se obter uma apreciação do grau de democratização de um regime.

Segundo Ayerbe (2003), a partir do ranking da Freedom House, far-se-ia um contraste com a situação política dos países onde são aplicados os programas da USAID, avaliando seu impacto, e, após essa avaliação, e a partir delas, é que as reformas da USAID passam a ser implementadas. Ele diz:

Na América Latina e no Caribe, tendo em vista a avaliação positiva das mudanças operadas na direção da liberalização política e econômica, a ênfase da USAID passa a ser a implementação das reformas da “segunda geração”, voltadas para o aprofundamento da democracia. No campo político, são focalizados quatro aspectos: império da lei, descentralização das decisões e das práticas democráticas na direção dos governos locais, criação de condições para o fortalecimento da sociedade civil e garantias para a liberdade de imprensa. Essas ações são consideradas estratégicas para

---

<sup>55</sup> Organização privada que classifica os países em três categorias: livre, parcialmente livre, não livre (Ayerbe, 2003, p.69).

os interesses nacionais dos Estados Unidos na região (AYERBE, 2003, p. 70).

E então, são propostas as três áreas prioritárias de atuação:

1) fortalecimento de mecanismos regionais para a promoção dos direitos humanos e o império da lei, especialmente através do Instituto Interamericano para os Direitos Humanos (IIHR), onde se destaca o oferecimento de Curso Interdisciplinar em Direitos Humanos; 2) promoção de uma abordagem regional em favor da legitimação do setor público, fortalecendo mecanismos de transparência, prestação de contas na gestão do Estado e descentralização decisória na direção dos governos municipais; 3) fortalecimento de mecanismos regionais em favor do pluralismo (USAID apud AYERBE, 2003, p. 70).

É interessante notar que, através destas políticas, espera-se e mesmo exige-se dos países em desenvolvimento (onde se inclui a América Latina), padrões de democracia iguais aos dos países ocidentais avançados, sendo os distintos contextos históricos e culturais, quando levados em conta, considerados obstáculos maiores, mas não intransponíveis. Como visto, através do ranking da *Freedom House*, Washington categoriza os países, desenvolve as estratégias de atuação, e as aplicam. “No fundo, o que prevalece é a premissa estadunidense de julgar os processos de modernização política na América Latina, à luz de sua própria experiência histórica” (VILLA, 2003).

Portanto, tendo em vista todo o exposto, alerta-se para a importância de interpretar a atitude norte-americana, missionária, quando não militante, mas certamente ideológica, na defesa e promoção da democracia no mundo – justificando importantes instituições como o *National Endowment for democracy* (NED), bem como intervenções militares para derrubar ditaduras militares em Granada (1989), Panamá (1989) e Nicarágua (1990) – como expressão de hegemonia da potência dominante no mundo pós Guerra-Fria”. Conforme Castro Santos:

De fato, o governo dos Estados Unidos, agora teoricamente livre de suas ambigüidades no mundo bipolar anterior – quando apoiava ditaduras anticomunistas e promovia ‘democracia por meios antidemocráticos’ – passa a pressionar os países em desenvolvimento em direção ao sistema político democrático, como parte de sua política externa. É importante, portanto, considerar democracia como pressão externa, expressão da hegemonia ocidental, independentemente da preferência dos cidadãos e governantes dos países em tela (CASTRO SANTOS, 2002, p. 733-734).

No mesmo sentido está o entendimento de Emir Sader (2002) segundo o qual, “nenhum tema importante do mundo pode ser entendido fora do marco da hegemonia norte-americana”.

Para o autor:

A hegemonia dos Estados Unidos cruza de tal forma o plano tecnológico, comercial, financeiro, político, militar, informativo, midiático, de lazer – entre outros – que o que se tentasse abordar fora desse marco, provavelmente seria focado mal, de forma insuficiente ou provavelmente de forma errada. Trata-se não apenas da vitória de um dos contendores da Guerra Fria sobre o outro e do estabelecimento de sua hegemonia sobre o sistema internacional, no seu conjunto, mas de uma nova modalidade de hegemonia, que se apóia no poderio econômico dos EUA – da sua estrutura produtiva a seu mercado interno –, é articulada por uma capacidade política e militar de intervenção e se multiplica pela rede de aliados e pelo sistema oligopólio internacional de informação e de divertimento, soldados por uma ideologia que se apropriou do conceito de democracia – reductivamente concebida como democracia liberal – e de seu suposto complemento – a economia capitalista de mercado. No seu conjunto, se reestrutura o sistema de poder em escala mundial, sob hegemonia norte-americana, definindo uma nova era na história da humanidade (SADER, 2002).

### **3.3 Democracia como forma de hegemonia**

Como observado anteriormente, o enfrentamento dos Estados Unidos com a União Soviética a partir do início dos anos 1980 constituiu uma estratégia norte-americana que não aceitava a passagem ou a aproximação das nações de sua área de influência ao bloco oposto, estabelecendo assim o caráter da América Latina como um setor de importância estratégica. O objetivo era controlar a ação desta região no plano internacional, orientando as opções ideológicas e as “melhores” práticas políticas, as quais necessariamente deveriam ser vantajosas para a potência.

Os Estados Unidos deveriam, para sua própria segurança, evitar o fortalecimento das “esquerdas na região”, sejam elas guerrilhas ou governos de orientação socialista já instituídos, como o cubano e o nicaraguense, assim como evitar a passagem de países ainda capitalistas para o bloco oposto.

No entanto, com as transformações no Leste Europeu e o desaparecimento das ameaças externas, houve uma mudança na agenda de segurança de Washington para o hemisfério, que

passou a ser orientada em decorrência das ameaças globais – tráfico, migração, meio ambiente – estruturando uma arquitetura de negociações e cooperação, capaz de favorecer a convergência hemisférica em torno de seus valores tradicionais – democracia, livre comércio e estado de direito.

O que se salienta neste trabalho, é a importância de considerar essa conduta norte-americana, missionária na promoção de seus valores, como uma forma de exercício de hegemonia, ou seja, como uma forma de perpetuar sua influência na região, e continuar satisfazendo os seus próprios interesses, como vinha acontecendo desde o período da descolonização, quando, a perseguição dos interesses norte-americanos, tinha como razão de ser (como justificativa) a preservação da “América para os americanos”, afastando e “protegendo” a parte menos desenvolvida do hemisfério das “ameaças externas”. Como coloca Hurrell (1999):

Dado el mejoramiento de las relaciones estadounidenses-latinoamericanas, el discurso político dominante ha tenido a abandonar el lenguaje de la hegemonía a favor de la “asociación y la cooperación” [grifos do autor]. Pero ni la asociación ni la cooperación son incompatibles con la continuación de la hegemonía estadounidense. El predominio y la desigualdad entre los Estados pueden asumir muchas formas. En un extremo, la desigualdad se manifiesta en el ejercicio del poder bruto y la coerción recurrente. En el otro extremo, el predominio deriva del liderazgo libremente escogido entre un grupo de Estados (HURRELL, 1999, p. 206)

É sabido que o domínio dos Estados Unidos sobre o hemisfério é enorme, e que a possibilidade de recorrer ao uso da força continua presente nas relações interamericanas. No entanto, torna-se necessário atentar para o fato de que a potência hegemônica tem tratado de iludir a força coercitiva direta: primeiro, mediante a criação e a manutenção de regimes e instituições que estabeleçam a agenda e decidam quais problemas deverão ser considerados importantes e como deverão ser resolvidos; segundo, mediante o provimento de benefícios para os sócios mais débeis, e terceiro, mediante o cultivo consciente dos valores comuns destinados a legitimar a autoridade.

Essa capacidade norte-americana, de influenciar e gerar consentimento, aproxima-se do conceito de hegemonia apresentado por Gramsci no estudo da sociedade italiana (1978) e transportado para o campo da política internacional.

De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2003), o conceito de hegemonia em Gramsci não se liga apenas ao estudo da sociedade italiana. Trata-se de um conceito bem mais amplo, que resulta da percepção por parte de Gramsci de que, nas sociedades mais complexas do “Ocidente”, o Estado se “ampliou”, adquiriu novas determinações que ainda não existiam, ou existiam só embrionariamente, na época de Marx e Engels e na sociedade russa em que Lênin operou.

Essas novas determinações resultaram da socialização da política (nascimento de sindicatos, formação de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), ocorrida, sobretudo, a partir de 1870. Tal socialização leva à criação de uma nova esfera do ser social, que Gramsci chamou precisamente de “sociedade civil”, num sentido muito diverso daquele presente no uso deste termo por Marx. Com isso, o Estado deixou de ser o simples “poder de opressão” de uma classe sobre outra, deixou de agir apenas através da coerção, e passou a adotar também, como recurso de poder, a busca do consenso, da legitimação, da direção intelectual e moral, que se expressam através da adoção por uma classe (ou bloco de classes) dos valores inicialmente formulados por outra classe (ou bloco de classes). É a essa direção intelectual e moral que Gramsci chamou de hegemonia, um fenômeno que, para ele, manifesta-se em todo o “Ocidente” e não só na sociedade italiana.

Por outro lado, segundo Coutinho (2003) o próprio Gramsci, em várias notas dos *Cadernos*, teria aplicado também, seu conceito de hegemonia, à relação entre nações. Ou seja: mostrou como a supremacia de uma nação sobre outra não se dá apenas no terreno da força, mas também através da adoção, por parte da nação subalterna, dos valores propugnados pela nação hegemônica.

Neste sentido, Arrighi alega que:

Uma vez que palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de “liderança” [grifos do autor] e em seu sentido derivado de “dominação” [grifos do autor], normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia com as relações entre os Estados. Ao transpor o conceito de hegemonia social de Gramsci das relações intra-estatais para as relações interestatais (...), podemos estar simplesmente retrazando, no sentido inverso, o processo mental de Gramsci (2000, p. 29).

Oliveiros Ferreira (1986, p. 221), analisando o pensamento de Gramsci, entende hegemonia como a forma de “assegurar a direção intelectual e moral do processo político-social, ou estabelecer a supremacia de uma forma de unidade do pensamento e da vida que se expressa em uma concepção do mundo”. Partindo deste conceito, ele entende que, um grupo social tem hegemonia ao longo de determinado período ou em dado momento histórico quando consegue estabelecer condutas que sejam válidas e obrigatórias não apenas para a classe da qual é dirigente, mas ainda para outros grupos sociais. Citando os *Cadernos de Gramsci e Da Economia Política* de Rousseau, ele diz:

Definida a hegemonia como a direção intelectual e moral do processo, ou como supremacia de uma forma de unidade do pensamento e da vida que se expressa em uma concepção de vida, ou em uma visão do mundo (Gramsci), segue-se que detém a hegemonia do processo aquele grupo social que consegue fazer os demais grupos aceitarem o seu especial “modo de vida”, de pensar, de agir” (III, 1.726), empenhando ao máximo o aparato da hegemonia e ao mínimo aquele governativo-coercitivo. Essa proposição guarda semelhança com a que se encontra no artigo *Da Economia Política* de Rousseau: “Quando se tem a força nas mãos não é muito difícil fazer tudo mundo tremer e até mesmo ganhar os corações, pois a experiência ha muito tempo ensinou o povo a ter em alta conta seus chefes pelo mal que não lhe fazer e adorá-los quando não é odiado por eles. Um imbecil obedecido pode, como qualquer outro, punir os crimes, mas o verdadeiro homem de Estado sabe preveni-los; é mais sobre as vontades do que sobre as ações que estende seu respeitável império” (Rousseau, Obras, I, 292)” (1986, p. 17).

E conclui: “Na prática do cotidiano, o “respeitável império” [grifos do autor], que o grupo social hegemônico exerce sobre os demais leva a que sua seja a visão do mundo

dominante na sociedade, o que faz as condutas de seus membros (de cuja interação resultou o “modo de vida de pensar e agir”) serem autônomas, enquanto as dos demais são objetivamente heterônomas, embora como tal, não ressentidas, e até, em muitos casos, sejam vistas como autônomas pelos subordinados” (FERREIRA, 1986, p. 17).

É baseado nessa concepção de hegemonia, que se alerta para a necessidade de interpretar a política externa norte-americana de democracia na América Latina, como uma prática hegemônica. Exemplo disso seria a adoção, por quase todos os países latino-americanos (à exceção de Cuba) dos valores norte-americanos – como a sua concepção de democracia, marcadamente liberal, ou do denominado Consenso de Washington – que são introjetados pelos governos e por amplos segmentos sociais desses países, sem que para isso seja necessário recorrer ao uso da força, ainda que, quando esta se faz necessária, a potência não hesita em utilizá-la (como demonstram as intervenções militares em Granada -1989, Panamá -1989 e Nicarágua -1990).

A hegemonia norte-americana na América Latina deve, portanto, ser compreendida como uma predominância estratégica, que estimula formas de segurança coletivas, cujo garante de última instância seriam os próprios Estados Unidos, daí sua capacidade de construção de agendas. Como é percebido no discurso da Secretária Albright:

Embora nossa economia seja forte e nossas forças armadas incomparáveis, permanecem sérios perigos para os nossos interesses. Esses perigos incluem terroristas, possíveis conflitos em regiões chave, o risco da outra crise financeira, tráfico de drogas, e a expansão de armas nucleares, químicas e biológicas. Além das ameaças, há oportunidades favoráveis para os interesses norte-americanos, no sentido de reunir as nações em torno dos princípios básicos da democracia, mercados abertos, o império da lei e o compromisso para a paz (U.S.D.S., *apud* AYERBE, 2003, p. 58).

É importante ressaltar que essa hegemonia norte-americana estaria vinculada à sua capacidade de projetar um formato de idéias políticas ou princípios e valores que tenham conexão com aqueles compartilhados por um razoável número de estados.



Como visto, grande parte da América Latina estava, no fim da Guerra Fria, passando por processos de transição de regimes ditos “ditatoriais” para “democráticos”, portanto, a promoção da democracia pelos Estados Unidos, o empenho de suas agências na criação de planos de ação, que decidem quais as condições e problemas das democracias encontradas pela região, e como estes últimos deverão ser resolvidos – como visto no plano da USAID – ganha sustentação na conjuntura latino-americana. A democracia é um valor perseguido pelos novos líderes dos países e isto facilita o exercício da hegemonia estadunidense na região.

Como coloca John Ikenberry:

Primeiro, a liderança é uma palavra elegante para o poder. Exercer a liderança é levar outros a fazer coisas que de outra forma não fariam. Isso implica a habilidade em criar, direta ou indiretamente, os interesses ou as ações de outros. A liderança deve envolver a habilidade de não desembainhar as armas e também de levar outros estados a conceber seus interesses e objetivos políticos de uma forma nova. Isto sugere um segundo elemento da liderança, que implica não apenas a organização das possibilidades de poder e dos recursos materiais. Ela também implica a capacidade de projetar um formato de idéias políticas ou princípios em relação à especificidade ou à ordem efetiva das políticas. Implica a capacidade de produzir ações pactuadas ou coordenadas por inúmeros estados ou outros setores. Liderança é o uso do poder para organizar a ação de um grupo visando um objetivo comum (1997, p.4).

Deste modo, alerta-se sobre a importância de considerar a política norte-americana pós-Guerra Fria para a região latino-americana, como forma de perpetuar sua hegemonia na região. Desde a descolonização dos países latino-americanos, os Estados Unidos procuram razões para justificar suas interferências e intervenções na região.

Até o final da Guerra Fria, as justificativas baseavam-se na ameaça de forças externas – recolonização e comunismo –, no entanto, com o final do conflito e o desaparecimento do bloco soviético, as ameaças exógenas não mais legitimariam as interferências, que, no entanto, não se encerraram e não deixaram de ser muito bem justificadas. A *rationale* veio da promoção de seus valores: “América Latina es un espacio de primera clase, junto con la antigua Unión Soviética y los países de Europa oriental y central, para los valores estadunidenses fundamentales del gobierno democrático” (LOWENTHAL, 1999, P. 290).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados Unidos, desde sua independência como colônia britânica, sempre se proclamaram uma nação excepcional, portadora dos valores republicanos da liberdade e da paz. No discurso ideológico norte-americano os Estados Unidos sempre foram reverenciados por seu exemplar retrato das virtudes do igualitarismo, da democracia e dos traços perenes de uma nova sociedade destinada, segundo seus profetas, a iluminar a marcha da moderna civilização para as alturas da democracia. São esses valores que sustentam o conteúdo e a natureza da política externa norte-americana e simbolizam o que os Estados Unidos são e a face que projetam ao mundo.

Como visto, no que concerne à política externa norte-americana para a América Latina, tais valores sempre foram invocados para justificar todos os tipos de intervenções e interferências nesta região. Muito precocemente, ainda em 1823, os Estados Unidos formularam a Doutrina Monroe, uma importante iniciativa de ativismo em nível hemisférico, cujos principais arcabouços estiveram presentes no relacionamento com a América Latina e o Caribe durante todo o século XIX e grande parte do século XX.

Com a Doutrina Monroe os Estados Unidos se adjudicaram o “direito e o dever” de guiar e defender as recém emancipadas nações latino-americanas, repudiando a possibilidade de uma política de recolonização por parte das nações européias. No discurso dos diversos presidentes estadunidenses – Democratas ou Republicanos – os Estados Unidos eram tidos como uma sociedade civilizada, que tinha o dever de conduzir as nações recém emancipadas no caminho do mundo republicano.

No entanto, como visto, a Doutrina Monroe sempre tratou os países do Sul como objetos e não como interlocutores, transformando-se com o passar do tempo, de discurso eminentemente defensivo, em justificativa de intervenção política e militar.

Assim, recorrendo ao argumento do “perigo externo”, e se autoproclamando uma “sociedade modelo”, os Estados Unidos assumiram a postura de líder do hemisfério, defendendo o seu próprio modo de vida e expandindo seu domínio sobre a região. Alegando a incapacidade das recém emancipadas repúblicas latinas em criar um ambiente estável na direção da liberdade política e econômica, os Estados Unidos adotaram uma prática de intervenções e interferências naqueles países, sempre justificadas através da idéia da “responsabilidade mundial”, evitando assim que fossem vistos como uma potência imperial.

Os preceitos do monroísmo serviram como justificativas às interferências e intervenções na América Latina até o final da Guerra Fria. Durante o conflito bipolar, os Estados Unidos ainda justificavam as intervenções partindo dos pressupostos de que a região latina era frágil e propensa a interferências extracontinentais, no entanto, o combate, neste momento, era contra o expansionismo soviético.

Com a Doutrina de Contenção evidenciou-se ainda mais a dominação norte-americana na América Latina, servindo como retórica para dissimular o expansionismo americano sobre a periferia do ocidente. Neste período, os Estados Unidos adotaram um discurso pragmático, onde se alegava a necessidade de colaborar com ditaduras militares que, apesar de violadoras dos preceitos democráticos e dos direitos humanos, eram parceiras úteis na contenção do comunismo soviético. A América Latina era vista pelos Estados Unidos como uma fileira de dominós, cuja imaturidade política facilitava o empurrão comunista, e para evitar tal empurrão, se fazia necessário impedir o acesso soviético a um ponto a partir do qual pudessem empurrar.

Neste momento, uma série de condutas intervencionistas foram aplicadas pela política externa norte-americana sob o broquel da Contenção. Na América Central os Estados Unidos inauguraram o chamado conflito de baixa intensidade, caracterizados pela intervenção militar direta e indireta em países cujas políticas poderiam ser prejudiciais aos interesses estratégicos

norte-americanos. O exemplo emblemático foi o apoio aos rebeldes anti-sandinistas na Nicarágua.

No entanto, estas condutas despertaram resistências externas e internas, e os norte-americanos encontraram na “promoção da democracia” uma forma de continuar a expandir seu domínio na região. A criação do NED, em 1983, inaugurou uma nova forma de atuação da política externa norte-americana que, diferentemente das antigas formas de intervenção, realizava operações estratégicas flexíveis e viáveis, baseadas em cuidadosas análises de cada país específico.

Esta política se consolidou com as transições democráticas latino-americanas em meados da década de 1980. Com o exaurimento dos governos ditatoriais, surgia, para os norte-americanos, a necessidade de desenvolver novas justificativas acerca de uma nova democracia, que deveria adotar estruturas políticas e econômicas vantajosas para os Estados Unidos. Assim, os Estados Unidos fortaleciam sua influência de potência-guia e, ao mesmo tempo, evitavam a passagem ou aproximação dos estados satélites ao bloco oposto – comunista.

Se até o final da Guerra Fria a defesa contra as ameaças externas – recolonização e comunismo – serviu de retórica para justificar a expansão da influência norte-americana na região, com o final do conflito, e o desaparecimento da União Soviética, surgiu para os norte-americanos a necessidade de encontrar novas razões para justificar, interna e externamente, o expansionismo de sua política externa.

Apesar do clima de otimismo que tomou conta da América Latina com o final do conflito leste-oeste, de que as intervenções unilaterais norte-americanas finalmente encerrar-se-iam, os fatos demonstraram que a potência logo encontrou novas formas de exercer e expandir o seu domínio no hemisfério.

A estratégia agora era exercer hegemonia através dos valores, ou seja, através da transmissão dos ideais norte-americanos e da aceitação como prática e como valor, da sua concepção liberal de democracia.

Essa política de promover democracia, que começou ainda no cenário bi-polar, fortaleceu-se no contexto do pós-Guerra, e foi alçada à condição de estratégia de segurança no governo Clinton – a estratégia do engajamento e expansão. Seu objetivo era a ampliação da comunidade democrática mundial, bem como, a promoção da prosperidade econômica norte-americana.

Na América Latina, a estratégia norte-americana era abandonar a política coercitiva vigente no período anterior em prol de um discurso de cooperação, que buscava reunir as nações do hemisfério em torno dos valores da democracia e livre mercado. Em vista disso, os Estados Unidos passaram a adotar uma postura missionária na promoção da democracia na região.

Através de intervenções diretas nos países da região, de discursos presidências, pressão nas Organizações Regionais, ou por meio de agências como o NED e USAID, os Estados Unidos passaram a exigir dos países em desenvolvimento padrões de democracia iguais aos seus, recriando a tradicional imagem latino-americana, inaugurada com a Doutrina Monroe, de pouco capaz em criar estabilidade governamental.

Como visto, torna-se necessário considerar essa postura norte-americana, missionária na promoção de seus valores, como uma forma de exercer hegemonia na América Latina, uma vez que, de acordo com o conceito de hegemonia de Gramsci, adequado às relações internacionais, a supremacia de uma nação sobre a outra também ocorre através da adoção, por parte da nação subalterna, dos valores e ideais da nação hegemônica.

Deste modo, é possível perceber que as práticas intervencionistas sempre foram uma constante da política externa norte-americana para a região, bem como sua preocupação em

justificar o exercício dessa hegemonia. Se em um primeiro momento, as ações da potência eram justificadas como forma de defender a região contra as ameaças extra-continentais, com o final destas ameaças, Washington não tardou em encontrar novos preceitos para perpetuar sua posição de domínio e a hegemonia passou a ser exercida através da “transmissão” dos seus valores.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, LUIS MARIA. *Relations Between Latin América and the United States: Balance and prospects*. IN: CIMADAMORE. A. etal. **The poverty of the State. Reconsidering the role of the state in the struggle against global poverty**. CLACSO, 2005.

AHMAD, Aijaz. *Imperialismo de nuestro tiempo*. In: Socialist Register 2004. **El nuevo desafío Imperial**. Autores vários. CLACSO, 2006.

AITH, Marcio. As ligações Secretas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 abril 2001. Caderno Mais, p.1-7.

ALZUGARAY, Carlos. *De Bush a Bush: balance y perspectivas de la política externa de los Estados Unidos hacia Cuba y el Gran Caribe*. In: GOMÉZ, J. M. (comp). *América Latina y el (des) orden global neoliberal: Hegemonia, contrahegemonia, perspectivas*. CLACSO, 2004.

AMBROSE, S. E. *Rise to globalism*. 7. ed., New York: Penguin Books, 1993.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

AYERBE, Luis Fernando. **A reinvenção da Doutrina Monroe**. Determinismo cultural e polícia externa dos Estados Unidos pós 11-09, 2004. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf>. Acesso em: 22 março 2006.

\_\_\_\_\_ A arquitetura das relações do Estados Unidos com a América Latina nos governos Clinton e Bush: continuidades e mudanças. 2003b Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Ayerbe1.pdf>. Acesso em: 22 setembro, 2006.

\_\_\_\_\_ **O Ocidente e o “Resto”**. A América Latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires: CLACSO, 2003

\_\_\_\_\_ **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_  
**Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de**  
 historia. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

BORON, Atilio. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_  
*La mentira como principio de política exterior de Estados Unidos hacia América Latina*. **Foreign Affairs En Español**, Enero-Marzo 2006  
[www.foreignaffairs-esp.org](http://www.foreignaffairs-esp.org). Acesso em: 08 agosto 2006.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Cold War and its aftermath*. **Foreign Affairs**, v.71, n.4, Fall 1992.

CAROTHERS, Thomas. Promoção da Democracia: Foco Fundamental na Nova Ordem. 2000. In: Rumo a uma comunidade de democracias. Disponível em: <http://www.usinfo.org/usia/usinfo.state.gov/journals/itdhi/ijdp/carothers>. Acesso em: 5 agosto 2004.

\_\_\_\_\_  
*The Reagan years: The 1980s*. In: LOWENTHAL, Abraham. F. **Exporting Democracy: the United States and Latin America**. Themes and issues. The Johns Hopkins Press Ltd., London, 1993.

CASTAÑEDA, Jorge. G. *América Latina y la terminación de la Guerra Fria: un ensayo sobre la frustración*. In: LOWENTHAL, A. F; TREVERTON, G. F. (orgs.). **América Latina en un Mundo Nuevo**. México: Fondo De Cultura Económica, 1999.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. Que Democracia? Uma visão conceitual desde a perspectiva dos países em desenvolvimento. **DADOS, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.44, n°4, p.729-771, jan.2001.

CENTER FOR DEFENSE INFORMATION. Military Almanac. 2001-2. Disponível em <http://www.cdi.org.htm>. Acesso em 15 de julho de 2006.

CHOMSKY, Noam, **Contendo a democracia**, Rio de Janeiro: Record, 1991.

CLARKE, J; CLAD, J. *After the crusade - American foreign policy for the post-superpower age*. New York: Madison Books, 1995.

COFFEY, Steven. Promovendo A Estabilidade Política E Econômica Pela Consolidação Da Democracia. In: *Revista Eletrônica da USIA, Volume 3, Número 3, Julho de 1998*. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/itps/0798/ijpp/ijpp0798.htm>. Acesso em: 12 jan. 2007.



COHEN, W.I. *The Cambridge History of American foreign Relations- vol. IV: America in the Age of Soviet Power, 1945-1991*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

COHN G.; THOMPSON, G.; *Unearthed: Fatal Secrets*, *The Baltimore Sun*. 11 jun. 1985. Edição Nacional, seção Front: A-1.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma entrevista para reportagem. In: Gramsci e o Brasil. Reportagem n° 50, nov. 2003.

DOCUMENTO DE SANTA FÉ. 2007. Disponível em : <http://www.geocities.com/proyectoemancipacion/documentossantafe/santafei.doc>. Acesso em: 13 novembro 2006.

DOMINGUEZ, Jorge. The Americas: Found, and Then Lost Again. **Foreign Policy**. Washington, 1998, iss.112; p. 125, 12 pgs.

DRAKE, Paul. W. *From good men to good neighbors: 1912 – 1932*. In: LOWENTHAL, Abraham. F. **Exporting Democracy: the United States and Latin America**. Themes and issues. The Johns Hopkins Press Ltd., London, 1993.

EUA ajudaram no golpe que derrubou Allende. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 fev. 2001. Mundo, p. A 9.

FERREIRA, Oliveiros S. **Os 45 cavaleiros húngaros**: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FIORI, J.L, Globalização, hegemonia e império. In: Fiori, J.L; Tavares, M.C. (Org.). **Poder e Dinheiro**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FUKUYAMA, F. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco. 1992.

FULBRIGHT, J, William. **A arrogância do poder**, São Paulo, IMBRASA, 1969.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Bianteve, 1978.

GUIMARÃES, C. Envolvimento e Ampliação: A Política Externa dos Estados Unidos. In: Guimarães, P.S. (Org.). **Estados Unidos: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

HERZ, Mônica. **Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria**, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/iea/revista/online/eua/herz.pdf>. Acesso em: 10 out. 2004.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations?* **Foreign Affairs**, v.72, n.3, summer 1993. p. 22-49.

\_\_\_\_\_. *The clash of civilizations?* **Foreign Affairs**, v.72, n.3, summer 1993. p. 22-49.

\_\_\_\_\_. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HURRELL, Andrew. *Regionalismo en las Américas*. In: LOWENTHAL, A. F; TREVERTON, G. F. (orgs.). **América Latina en un Mundo Nuevo**. México: Fondo De Cultura Económica, 1999.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Diplomacia e imperialismo na América Latina. São Paulo, CEBRAP, 1973, in **Cadernos CEBRAP**, 12.

IKENBERRY, G. John. *America's imperial ambition*. **Foreign Affairs**, v. 81, n.5, Septemper/October 2002.

\_\_\_\_\_. *The future of international leadership*. In: CARALEY, Demetrius e HARTMAN, Bonnie (eds). *American leadership, ethnic conflict and the new world politics*. Vermont: Capital City Press, 1997.

INSULZA, José Miguel. *La política internacional y el desarrollo de América Latina*. In: PORTALES, C. (comp.). *El mundo en Transición y America Latina*. Grupo Editor Latinoamericano. Colección Estudios Internacionales, 1989.

KATCHATUROV, Karen Armenovitch. **A expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

KENNAN, F. G. *The Sources os Soviet Conduct*, 1947. In: KENNAN, F. G. *American diplomacy 1900-1950*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

KISSINGER. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1999.

KOH, Harold. H. O direito à democracia. In: Rumo a uma comunidade de democracias. Disponível em: <http://www.usinfo.org/usia/usinfo.state.gov/journals/itdhi/ijdp/carothers>. Acesso em: 5 agosto 2004.

LAFEBER, W. *America, Russia and Cold War, 1945-1966*. 8. ed. New York: The Macgraw-Hill Comapnies, Inc., 1997.

LIMA, M. R. S. Miopia de George W. Bush e a Guerra contra o Iraque. **Inteligência**. Ano VI, n.20, janeiro-março de 2003.

LOWENTHAL, Abraham. F. *América Latina y los Estados Unidos en mundo Nuevo: perspectivas de una asociación*. In: LOWENTHAL, A. F; TREVERTON, G. F. (orgs.). **América Latina en un Mundo Nuevo**. México: Fondo De Cultura Económica, 1999.

\_\_\_\_\_. *The United States and Latin American Democracy: Learning from History*. In: LOWENTHAL, Abraham. F. **Exporting Democracy: the United States and Latin America**. Themes and issues. The Johns Hopkins Press Ltd., London, 1993.

MONROE, James. *Seventh Annual Message to Congress*. December 2, 1823.

MORGENTHAU, H. J. *In Defense of the National Interest*. New York: Alfred A. Knopf, INC. 1951.

\_\_\_\_\_. J. "Historical Justice and the Cold War". **The New York review of books**, New York, July 10, 1969, pp.10-17.

NASSER, REGINALDO MATTAR. Política externa dos EUA e a integração hemisférica. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392002000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392002000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em:14 dez. 2006. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-88392002000100011

**NATIONAL SECURITY STRATEGY OF ENGAGEMENT AND ENLARGEMENT**, White, House, NSC, 1995.

NOTTER, Harley, **The origins of the Foreign Policy of Woodrow Wilson**. New York: Russel & Russel, 1965.

**NSC-68, United States Objectives and Programs for National Security**, 14 Abril de 1950. Naval War College Review, Vol. XXVII, May-June, 1975, pp. 51-108. Disponível em <http://www.nwc.navy.mil/>. Acesso em 15 maio 2006.

NYE JR., J. S. *What new world order?* **Foreign Affairs**, v.71, n.2, Spring 1992a. p. 83-96.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PETRAS, James. Estratégia da direita na América Latina. In: PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

REDING, Andrew A. *The evolution of governmental Institutions*. In : WALKER, Thomas (org). *Revolution and Counterrevolution in Nicaragua*. Disponível em: [www.worldpolicy.org/americas/nicaragua/walker.html](http://www.worldpolicy.org/americas/nicaragua/walker.html).

ROBINSON, Willian F. *Promoting Poliarchy: Globalization, U.S. intervention, and hegemony*. Cambridge, Studies in International Relations, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Faustian Bargain: U. S. Intervention in the Nicaraguan Elections and American Foreign Policy in the Post-Cold War Era* Boulder: Westview Press, 1993.

ROOSEVELT, T. **Fear God and take your own part**. N. York, 1916, p.14.

RYAN, D. U.S. **Foreign Policy in World History**. London: Routledge. 2000.

SADER, Emir. **Século XX** : uma bibliografia não-autorizada. O século do Imperialismo. Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. Soberania e democracia na era da hegemonia dos EUA, 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/fsmrn/biblioteca/18\\_emir\\_sader.html](http://www.dhnet.org.br/fsmrn/biblioteca/18_emir_sader.html). Acesso em: 10 out. 2004.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos x América Latina**: as etapas da dominação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Ascensão e queda do império americano**. São Paulo: Mandacaru, CPC – UMES, 2001.

STIGLITZ, E. J. **Os exuberantes anos 90**. São Paulo: Companhia das Letras.

TEXT of President Johnson's Address at Baylor. **New York Times**, New York, 29 maio 1965.

U.S.D.S. (U.S Department of State) 2007. **Bureau of Western Hemisphere Affairs. Background Note: Nicaragua. Janeiro, 2007.** <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/1850.htm>

U.S.D.S. Bureau of Western hemisphere Affairs. Fev. 2007. Background note: Guatemala. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2045.htm>. Acesso em: 14 agosto 2006.

ULLMAN, Richard. H. *Los Estados Unidos, América Latina y el mundo después de la Guerra Fria*. In: LOWENTHAL, A. F.; TREVERTON, G. F. (orgs.). **América Latina en un Mundo Nuevo**. México: Fondo De Cultura Económica, 1999.

VILLA, Rafael. A. D. A questão democrática na agenda da OEA no pós-Guerra Fria. In: *Revista de Sociologia e Política*. n. 20. jun. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782003000100006&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782003000100006&lng=pt&nrm=isso). Acesso em: jan 2007.

WASHINGTON, George. *Farewell Address*. September 19, 1976.

WATSON, Alexander F. U.S. *-Latin America Relations in the 1990s: Toward a Mature Partnership*. In: *Global Perspectives: International Relations, U.S. Foreign Policy, and The view from abroad*. London, Lynne Rienner, 1997.

WEFFORT, Francisco C. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WEINER, Tim. *CIA Plotted Killing of 58 in Guatemala*, **The New York Times**, 28 maio. 1997, toda a edicao, seção Foreign.

WESSON, Robert. G. **A nova política externa dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.